

Vera Silveira Regert

**EM DEFESA DA HERANÇA DE AUSCHWITZ: RELEITURA  
DA HISTÓRIA DO HOLOCAUSTO POR MEIO DA  
ESCRITURA AUTOBIOGRÁFICA DAS VÍTIMAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado, Área de Concentração em Leitura e Cognição, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alba Olmi

Santa Cruz do Sul, março de 2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



## COMISSÃO EXAMINADORA

### Titulares

Prof<sup>a</sup>. Dr. Alba Olmi – Orientadora

Prof<sup>a</sup>. Dr. Flávia Brocchetto Ramos – UNISC

Prof<sup>a</sup> Dr. Jane Tutikian - UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Esta pesquisa é resultado direto da presença oportuna de várias pessoas em minha trajetória como aluna e como pessoa.

Dedico-a, primeira e especialmente, à minha companheira de andanças, professora e orientadora, Dra. Alba Olmi, pelas incontáveis vezes nas quais me recebeu em sua casa e me pegou pela mão e apontou no horizonte as possibilidades de leitura, abordagens, caminhos... Todo o meu carinho e reconhecimento a ela que viveu a empolgação da discussão e a tristeza e indignação de umas verdades duras que desvendamos.

Aos professores do Mestrado em Letras e ao coordenador do curso, professor Dr. Norberto Perkoski, saibam o quanto me fizeram feliz nesses dois anos: satisfação em reencontrá-los e orgulho em tê-los tido como mestres.

Um abraço especial ao amigo e colega de graduação e de mestrado, Romar Beling, por ter me instigado a conhecer e ler sobre o assunto, por ter partilhado comigo algumas de suas descobertas, dicas, idéias, indagações, sugestões.

Aos demais colegas do curso: valeram os encontros, as discussões para amenizar as “angústias dissertativas”, os e-mails, as trocas, os contatos, as mensagens, as ligações, as jantas, as risadas... Beijos a todos!

À direção, supervisão e professores colegas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Affonso Pedro Rabuske, Santa Cruz do Sul, pelo companheirismo no período em que estive junto do grupo e pela paciência em escutar as minhas divagações teóricas: obrigada!

À direção, supervisão e colegas docentes da Escola Estadual de Ensino Médio Guararapes, Arroio do Meio, por terem novamente me acolhido com tanto carinho, alegria, respeito e consideração.

Lembrança aos meus queridos alunos da turma do 3º ensino médio da Escola Guararapes, que abraçaram comigo os trabalhos escritos, os filmes, as

apresentações, auxiliando-me e acrescentando às minhas descobertas acerca do assunto.

Para os amigos todos, aos quais seria impossível listar, obrigada pela participação que têm na minha vida.

Aos meus pais que estarão sempre comigo: sou muito grata pelos seus ensinamentos, gravados perenemente na alma.

Aos meus filhos, Ana Carolina e Miguel, pela presença constante a lembrar-me do compromisso que tenho em fazer do mundo um lugar melhor para eles viverem.

Pelo apoio incondicional, pelo incentivo insistente de que eu mostre o potencial que acredita que tenho, por confiar em mim tanto e sempre: um beijo ao querido João, meu escolhido.

O que precisa ser erradicado é o mal no  
homem, não o próprio homem.

*Os diários*, de Etty Hillesum

## RESUMO

O Holocausto é tema relevante de estudos em diversas universidades da Europa e dos Estados Unidos, tema de inúmeras pesquisas e teses de doutoramento; é foco central de incontáveis publicações. Comparando com as instituições européias, no Brasil pouco se privilegiam esses estudos, porque considerados de insignificante proximidade para os brasileiros, tanto no tempo quanto na relação de espaço. Esta dissertação procura aproximar e ampliar o conhecimento do Holocausto, resgatando a reflexão que ele suscitou e continua provocando entre os mais diversos teóricos do conhecimento humano: retrata a visão de historiadores, sociólogos, psicanalistas, cientistas políticos sobre o assunto, demonstrando quão presentes estão o fato histórico e seus desdobramentos também no Brasil e no mundo. Além do acontecimento histórico, aborda-se as falas das vítimas do Holocausto, comparando-lhes as narrativas, tentando compreender o que significou a vivência da experiência e o resgate das memórias na escritura. Procurou-se refletir sobre as perdas e ganhos legados à humanidade pelo Holocausto, alertando para a necessidade de repensar os fatos no século XXI, considerando-se a materialização, cada vez mais evidente, das manifestações revisionistas e negacionistas no mundo e, inegavelmente, no Brasil, particularmente no Sul e Sudeste.

Palavras-chave: Holocausto. Literatura de Trauma e Testemunho. Narrativa das vítimas. A herança de Auschwitz. Revisionismo. Negacionismo.



## **ABSTRACT**

The Holocaust is a relevant theme studied in several Universities of Europe and United States, subject of countless researches, and it is the central focus of countless issues. Comparing it with the European Educational Institutions, in Brazil that study is not so privileged, because it is considered far from South America's concerns, in terms of History, time and space. For that reason this dissertation tries to approach the knowledge of the Holocaust, rescuing the thoughts that it raised and continues provoking in a large group of theoreticians of human knowledge. In fact, the subject is approached by historians, sociologists, psychoanalysts, political scientists, demonstrating how the historical fact and their unfolding are present, also in Brazil, in Argentina and all around the Western world. Besides the historical event, we approach the victims' of the Holocaust speeches, comparing their narratives, attempting to understand what the experience meant to them and what their writings memories meant to their lives. The objective of the dissertation is also contemplate losses and knowledge's legacies to the Humanity through Holocaust, alerting the reader about the need of rethinking the facts in XXI century, considering the materializations, more and more evident, of nazi manifestations and History Revisions, including Negationism in the United States, Canada and, undeniably, in Brazil, mainly in the South and South-East.

Keywords: Holocaust. Trauma Literature. Victims' narratives. Auschwitz Heritage. Revisionism. Negationism.

## SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>10</u>
<u>1 O HOLOCAUSTO: PORÕES E SÓTÃOS.....</u>	<u>16</u>
<u>1.1 Como o Holocausto tece redes com a Modernidade: a genealogia da violência nazista.....</u>	<u>18</u>
<u>1.2 O sentimento anti-semita de cunho eliminacionista.....</u>	<u>26</u>
<u>1.3 O espetáculo da banalidade do mal.....</u>	<u>35</u>
<u>2 SER SOBRE-VIVENTE: É ISTO UM HOMEM?.....</u>	<u>40</u>
<u>2.1 Pensem se isto é um homem: trauma e identidade.....</u>	<u>41</u>
<u>2.2 Paisagens da vida na memória de papel.....</u>	<u>44</u>
<u>2.3 Ver a si mesmo no espelho da narração.....</u>	<u>47</u>
<u>3 A PALAVRA ÀS VÍTIMAS.....</u>	<u>53</u>
<u>3.1 O registro impossível do “invivível”.....</u>	<u>55</u>
<u>3.2 A noite ou o regresso sem fim.....</u>	<u>64</u>
<u>3.3 Pontos de contato e distanciamentos nas escrituras de homens e mulheres vítimas do Holocausto.....</u>	<u>74</u>
<u>3.4 Perdas e ganhos: o que resta de Auschwitz?.....</u>	<u>94</u>
<u>4 HOLOCAUSTO: MAIS DO QUE UM QUADRO NA PAREDE.....</u>	<u>103</u>
<u>4.1 A educação depois de Auschwitz.....</u>	<u>104</u>
<u>4.2 A herança de Auschwitz.....</u>	<u>108</u>
<u>CONCLUSÕES .....</u>	<u>114</u>
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>133</u>
<u>ANEXOS.....</u>	<u>138</u>
<u>Anexo 1 – Leis de Nüremberg .....</u>	<u>139</u>
<u>Anexo 2 – Cronologia do Holocausto .....</u>	<u>141</u>

## INTRODUÇÃO

Num de seus últimos romances<sup>1</sup>, recentemente traduzido e publicado no Brasil, o renomado escritor italiano Umberto Eco apresenta-nos um personagem intrigante, cujo esforço em reconstruir suas lembranças é significativo e exemplar. Vítima de um colapso cardíaco, Giambattista Bodoni acorda depois de ter estado algum tempo em coma e constata não se lembrar de nada relativo à sua biografia, como seu próprio nome, o de sua esposa, de que tenha filhos ou de como foi a sua infância. É necessário redescobrir coisas há muito aprendidas, porém, esquecidas, como o sabor dos alimentos, a textura dos tecidos ou o que se sente ao escovar os dentes. Percebe, entretanto, que o conhecimento adquirido nas incontáveis leituras ao longo de seus sessenta anos emerge das névoas que recobrem a sua memória em inusitadas citações poéticas e fragmentos de textos clássicos conhecidos.

Verifica que a sua memória semântica não foi alterada no acidente, e passa a empenhar-se bravamente na busca desses livros, almanaques, histórias em quadrinhos, enciclopédias, revistas e jornais dos quais recorda trechos, intuindo que esses materiais podem reconstituir-lhe outras lembranças de infância e juventude, reconstruindo-lhe, assim, a própria identidade e a possibilidade de projetar o seu futuro.

O personagem, que afirma possuir “uma memória de papel” (2005:92), procurará, no sótão da antiga casa dos seus pais e avós, o material precioso que

---

<sup>1</sup> Referimo-nos ao romance ilustrado de Eco: A misteriosa chama da rainha Loana, publicado no Brasil em 2005, pela Record.

poderá ajudá-lo a encontrar-se consigo, com sua história, com episódios importantes que marcaram sua família, com a história do seu tempo.

Essa empreitada de Bodoni, o protagonista do romance ilustrado *A misteriosa chama da Rainha Loana* (2005), de Umberto Eco, é emblemática daquilo que procuramos realizar nesta pesquisa. A exemplo dele, também queremos visualizar formas no nevoeiro, também rastrear os porões e sótãos que conseguirmos adentrar, também tomar de empréstimo as recordações alheias inscritas nas memórias de papel de várias pessoas que buscam estudar e responder aos questionamentos que tentamos reforçar.

Das metáforas utilizadas no romance, com as formas no nevoeiro, os porões e sótãos, com a memória de papel, queremos estabelecer pontes e referências ao acontecimento do Holocausto judeu ocorrido durante a 2ª Grande Guerra, a partir da ótica dos segregados e sobreviventes escritores que se permitiram registrar suas experiências, e de outros que colheram seus depoimentos.

O termo *guerra* é de origem germânica, *werra*, e vem para substituir o vocábulo latino *bellum*. Utilizada em inúmeras situações lingüísticas para definir as relações entre pessoas ou o teor de certos acontecimentos, a palavra assume várias conotações em expressões que podem ser até corriqueiras, entre outras: “guerra dos sexos” quando se refere à conflituosa convivência entre homens e mulheres; “guerra fria”: desentendimento entre adversários sem confronto armado; “guerra aberta”: hostilidade de caráter evidente e constante; “nome de guerra”, apelido ou pseudônimo atribuído a alguém dependendo da atividade que exerce; “homem de guerra” quando se quer remeter a “perito na arte militar”<sup>2</sup>. Apesar dos diferentes empregos da palavra “guerra”, todas as expressões mantêm um contato entre si, porque a palavra possui, invariavelmente, atributos semânticos referentes a conflito, luta, oposição, perseguição, mal ou dano.

A guerra é um mecanismo usado historicamente para modificar e moldar o perfil da organização sociopolítica do planeta, redesenhando fronteiras e demarcando territórios, apontando novos critérios de valoração cultural e étnica, vão

---

2 Cf. Grande Enciclopédia Larousse Cultural, 1999:2854-2855.

definindo o mundo em vencedores e vencidos, os melhores e os indesejáveis. Freqüente na trajetória da humanidade, sabemos das suas datas, dos nomes de seus militares e líderes políticos que se sobressaíram pela ousadia e empreendimentos, estudamos e localizamos no mapa os países envolvidos, bem como decoramos os números dos mortos contabilizados nos conflitos. No entanto, além dos dados oficiais, tidos como representativos da verdade, pouco sabemos a respeito do outro lado da história: o que os vencidos e marginalizados têm a dizer? Qual é o seu entendimento do fato com o qual foram diretamente envolvidos? Como significam os acontecimentos vistos e vividos por eles na guerra?

Apesar de haver estudos na área e de maneira acanhada estarem aumentando as publicações sobre o assunto no Brasil, o espaço concedido no país à Literatura Testemunhal, e particularmente à Literatura do Holocausto, é pequeno. Devido à falta de traduções dos textos originais, a maioria dos leitores brasileiros é distanciada desses textos pela dificuldade de entender outro idioma, é privada de conhecer os relatos de homens e mulheres vítimas do Holocausto, e são negadas outras possibilidades de compreensão do fato histórico.

Em âmbito internacional, já vários escritores são reconhecidos pelos relatos autobiográficos de vivências que tiveram durante a 2ª Guerra Mundial, frutos do isolamento nos guetos, da prisão nos campos de concentração ou da angustiante espera de parentes, amigos e conhecidos feitos prisioneiros durante o período do conflito. Como expoentes da Literatura Memorial ou de Testemunho, citamos alguns autores sobreviventes do Holocausto “que constituem o cânone testemunhal da *Shoah*”<sup>3</sup> (SELIGMANN-SILVA, 2006:60), estes traduzidos para o português e notoriamente considerados referência para conhecimento do assunto: Primo Levi, Paul Celan, Nelly Sachs, Jorge Semprún, Georges Perec, Elie Wiesel, Ruth Klüger, Marguerite Duras, Anne Frank, Ida Fink, Art Spiegelman, Imre Kertész, entre outros.

Se fizermos um levantamento, perceberemos que grande parte das obras traduzidas para diversas línguas e, inclusive, para o português, é produção de homens escritores sobreviventes ou não, somando poucas obras de mulheres

---

<sup>3</sup> Palavra de origem hebraica que significa “aniquilamento”. Segundo alguns teóricos, esse termo seria o mais adequado para substituir “holocausto”, principalmente após o lançamento do filme de Claude Lanzmann, em 1985, intitulado “Shoah”.

também escritoras de suas experiências enquanto vítimas do Holocausto. Assim, no parágrafo anterior, mencionamos autores importantes cujos textos constam traduzidos no mundo e no Brasil, porém, inúmeros outros que figuram nesse espaço não são mencionados aqui porque não há tradução nem publicação de suas obras em português. Indicamos algumas escritoras para dar a idéia da dimensão da ausência: Roberta Ascarelli, Inge Auerbacher, Mary Berg, Trudi Birger, Titti Marrone, Leila Berg, por exemplo. Infelizmente, um grande número de leitores é privado de conhecer e aprender com os textos dessas escritoras por não ter acesso a eles, aqui no Brasil.

Assim sendo, tendo em vista que a maior parte da Literatura de Testemunho sobre o Holocausto judeu tem procedência do relato de homens escritores sobreviventes, gostaríamos de conhecer mais também do depoimento das mulheres que sobreviveram ao fato traumático, suas angústias, suas vivências, seu modo de superação da catástrofe, seu jeito de viver a vida e de narrar a sua experiência. Pretendemos verificar também a narrativa feminina do Holocausto, tencionando identificar e relacionar semelhanças e diferenças entre as vozes de homens e mulheres que vivenciaram esta experiência, ao mesmo tempo em que buscamos um conhecimento mais amplo e sob novas perspectivas do histórico acontecimento. Afinal, estamos falando de História e de histórias, de relatos e textos que se entrecruzam nos fios de uma mesma rede; estamos falando de um acontecimento que, de uma ou outra forma, nos constitui enquanto pessoas do século XXI.

Para obtermos sucesso em nossa investigação, consideramos de fundamental importância conhecer diferentes posicionamentos sobre o Holocausto. Num primeiro segmento do estudo, pretendemos apresentar a releitura de pontos relevantes assinalados por teóricos de diversas áreas do conhecimento: historiadores, sociólogos, filósofos, psicanalistas, políticos. Os autores que sustentam esta primeira parte do trabalho, entre outros, são os seguintes: Zygmunt Bauman, sociólogo que investiga os diversos fatores implicados na concretização do genocídio; Enzo Traverso, historiador preocupado em delimitar uma genealogia da violência emblemática do nazismo; Daniel Goldhagen, cientista político que aponta o nível de envolvimento do povo germânico na efetivação dos planos de eliminação dos judeus; Jean Paul Sartre que procura, através da Filosofia, refletir sobre o anti-

semitismo e seus seguidores; Hannah Arendt, pensadora alemã que desmistifica o totalitarismo, o fascismo, o regime nazista e reflete sobre as estruturas que tornaram possível a “banalidade do mal”.

O segundo bloco aborda conceitos-chave para compreender o Holocausto e sua relação inextricável com os sobreviventes. Conceituações como: sobrevivência, memória, trauma, identidade, pensamento narrativo, as fases da produção literária das vítimas, são explorados nesse espaço. Nossas bases teóricas são sustentadas por idéias de estudiosos como: Márcio Seligmann-Silva, Ivan Izquierdo, Nestor Braunstein, Jerome Bruner, Stefano Zampieri, Harald Welzer, Shoshana Felman, entre as proposições de muitos outros autores.

Além dos posicionamentos dos teóricos sobre o assunto, foi necessário empreender um estudo comparado entre obras de escritores sobreviventes do Holocausto, para evidenciar as repercussões do contexto histórico da perseguição nazista em suas narrativas, procurando contextualizar os seus testemunhos no espaço e no tempo. Oferecer um espaço privilegiado para que as vítimas fizessem uso da palavra: este direcionamento caracterizou o terceiro bloco de reflexão, no qual utilizamos as produções textuais de Primo Levi, Elie Wiesel, Jorge Semprún, Etty Hillesum, Ruth Klüger, Victor Klemperer, Anette Wiewiorka, Janina Bauman. Esses autores foram em princípio priorizados no estudo, porém outros acabaram tomando parte, enriquecendo o trabalho, como: Anne Frank, Ida Fink, Imre Kertész, Erica Fischer, Georges Perec, Marguerite Duras, Aleksander Laks.

O quarto bloco acentua o caráter dinâmico e atual do Holocausto, retratando a preocupação que temos com o que sobrou, em termos de educação e reflexão para a humanidade depois do genocídio. Também aqui, são os pesquisadores que nos ajudam a iluminar este problema, mostrando-nos o quanto ele é presente. Contamos com as idéias daqueles que especificamos a seguir, entre outros: Theodor Adorno, filósofo que propõe a reconsideração da Educação na sociedade após o Holocausto; Shoshana Felman, professora e psicanalista que sugere a educação como um resultado viável da crise; Ida Dominijanni, jornalista e professora universitária, convoca a um resgate da memória do Holocausto privilegiando seu aspecto genealógico; Georges Bensoussan, teórico abordado pela professora Amélia Cidro,

que reflete sobre a importância das pessoas superarem as celebrações ritualísticas dedicadas à *Shoah*, compreender de fato o passado e evitar que ele volte a se repetir.

Para isso, lançamos mão de instrumentos que puderam, direta ou indiretamente, manter relação com o tema visado: buscas na Internet, poemas, e outros textos como biografias, diários íntimos, autobiografias, literatura ficcional, enfim, todo material acessível que pôde ser utilizado como referência e suporte para o estudo.

Propusemo-nos a uma análise comparativa, procurando, através de contrapontos teóricos, iluminar, favorecer e suscitar novos olhares aos textos-base, pois entendemos o exercício da releitura da obra como sendo momento de “atividade crítica”, “que lida amplamente com dados literários e extraliterários”, com a “finalidade de interpretar variadas questões”, nos termos de Carvalho (1986:39;82), contribuindo, assim, para a produção de um conhecimento mais sólido e preeminente acerca das narrativas sobre o Holocausto.

Indubitavelmente, o conhecimento e o estudo da escritura das vítimas do Holocausto vêm propiciar uma oportunidade ímpar de entrar em contato com ótima literatura, de caráter distintamente testemunhal, o que resulta em conhecimento, em superação e respeito às individualidades, em processo de autoconhecimento, em reivindicação e conquista de maior abertura ao imaginário do “outro”, de condição para o diálogo. Em outras palavras, tencionamos possibilitar divulgação mais ampla à Literatura de Testemunho, arriscando na conquista de um espaço mais seu, mais próprio, respeitadas suas abrangências e peculiaridades de reflexão, entendendo a Literatura como espaço privilegiado de pensar. Além das produções escritas, que são objeto de estudo, também queremos visualizar a relação que essas produções estabelecem com o homem contextualizado, fruto de seu tempo social e cultural, também co-responsável pelos acontecimentos que marcam a história da humanidade.



Recortando as palavras de Levi<sup>4</sup> enunciadas na abertura à obra *É isto um homem?* (1988:9), texto considerado parâmetro para conhecimento da literatura produzida pós-Holocausto, transmitimos o apelo que este sobrevivente faz, num verdadeiro e doloroso eco da sua memória pessoal à memória coletiva:

Vocês que vivem seguros  
Em suas cálidas casas,  
Vocês que voltando à noite,  
Encontram comida quente e rostos amigos,

Pensem se isto é um homem  
Que trabalha no meio do barro,  
Que não conhece paz,  
Que luta por um pedaço de pão,  
Que morre por um sim ou por um não.  
Pensem se isto é uma mulher,  
Sem cabelos e sem nome,  
Sem mais força para lembrar,  
Vazios os olhos, frio o ventre,  
Como um sapo no inverno.

Pensem que isto aconteceu:  
Eu lhes mando estas palavras.  
Gravem-na em seus corações,  
Estando em casa, andando na rua,  
Ao deitar, ao levantar;  
Repitam-na a seus filhos.

Ou senão, desmorone-se a sua casa,  
A doença os torne inválidos,  
Os seus filhos virem o rosto para não vê-los.

## 1 O HOLOCAUSTO: PORÕES E SÓTÃOS

---

4 Primo Levi (1919-1987): judeu nascido em Turim, na Itália, tinha vinte e três anos quando foi capturado e deportado para Auschwitz. Referência mundial da produção literária testemunhal pós-Holocausto.

Considerado por muitos como o acontecimento mais degradante e desumano que figurou no cenário da 2ª Grande Guerra, o Holocausto judeu inquieta, causa dúvida, indignação e produz controvérsias entre os estudiosos do assunto. De um lado, cada vez mais, e com maior evidência, os chamados revisionistas<sup>5</sup> e/ou negacionistas<sup>6</sup> que procuram, através de diferentes argumentos, pôr em dúvida a veracidade, as proporções, a intensidade e as conseqüências do horror do Holocausto para os judeus e demais vítimas e, por extensão, para toda a humanidade, procurando suscitar a desconfiança inclusive quanto aos relatos dos sobreviventes. Temos os grupos que se autodenominam neonazistas que despontam, ainda acanhada e isoladamente, em locais diversos do planeta, proclamando os ditos e preceitos nazistas, insurgindo com as idéias hitleristas da limpeza étnico-racial para a construção de uma sociedade livre dos indesejáveis e inconvenientes. Esses grupos divulgam suas idéias pela internet, ou ostentando o símbolo nazista, ou em manifestações nas quais algum grupo étnico é ofendido, constrangido e, inclusive, violado.

De outro lado, temos os estudiosos de diferentes áreas do conhecimento que desaprovam as posturas já mencionadas, e apresentam seus contra-argumentos que vão na direção da importância e urgência de se refletir sobre o que foi e o que possibilitou a loucura nazista da Solução Final<sup>7</sup>, porque há indícios de ela estar latente e à espreita de uma nova oportunidade para acontecer como evento análogo ao que incidiu décadas atrás. A esses teóricos, unem-se as vozes dos sobreviventes, poucos, se comparados aos números estarrecedores dos que pereceram durante a guerra e em conseqüência do Holocausto, vozes perfeitamente audíveis e das quais não podemos omitir a escuta e a compreensão.

Em sua origem etimológica, a palavra grega *holokauston* significa “Entre os hebreus, sacrifício em que a vítima (um animal) era totalmente consumida pelo fogo; imolação”; e em outras acepções que reforçam a primeira: “Oferenda completa e

---

5 São assim chamados os adeptos da teoria do Revisionismo. Como o nome sugere, essa teoria prega a revisão de idéias, doutrinas, valores, fatos históricos. No caso do Holocausto, os revisionistas questionam a veracidade do acontecimento, ou a sua intensidade e proporção.

6 Adeptos da doutrina que “questiona a veracidade do genocídio dos judeus pelos nazistas durante a II Guerra Mundial e negam a existência das câmaras de gás”. Cf. Larousse Cultural, 1999:4174.

7 Expressão que nomeia o projeto nazista de exterminar os judeus da Europa.

generosa, sacrifício”; também “Imolação de si mesmo”<sup>8</sup>. Com o acontecimento da 2ª Guerra Mundial, a palavra Holocausto passou a designar os assassinatos em massa de crianças, mulheres e homens, judeus e não judeus. Para alguns, o nome mais adequado para referenciar tantas mortes e tamanha atrocidade é *Shoah*, “palavra hebraica que significa ‘aniquilamento’”<sup>9</sup>. Para a escritora vienense e sobrevivente Ruth Klüger, o essencial é nomear para entender o que aconteceu, definindo melhor os contornos do fato:

Se a palavra Shoah é adequada, como se tem afirmado recentemente, não me importa, basta que haja uma palavra qualquer que possa ser utilizada sem rodeios e explicações complementares. Pois as palavras, as palavras simples que aparecem em definições nos dicionários, [...] são as que cercam e criam o assunto em discussão. (KLÜGER, 2005:207-208)

Independentemente da importância de nomear ou definir, a primeira parte do estudo presentifica o fato do Holocausto, procurando apresentar as considerações de filósofos a historiadores, de psicólogos a sociólogos que oferecem distintos e, às vezes, convergentes, caminhos de abordagem sobre o assunto, contribuindo, cada um, para ampliar e perfilar com maior nitidez o que aconteceu há mais de 60 anos e marcou, indelével e inexoravelmente, o século XX como um dos mais sangrentos da História.

### **1.1 Como o Holocausto tece redes com a Modernidade: a genealogia da violência nazista**

Nada mais significativo que iniciar nossa explanação sobre o Holocausto com a assertiva de Primo Levi: de todos os nomes-testemunho do Holocausto, merecidamente entre os mais conhecidos e importantes, indispensável para o estudo sobre o assunto. De forma direta e contundente, chama a atenção para a dificuldade que ele e outros sobreviventes têm de serem ouvidos, da urgência de ser compreendida a situação no seu cerne e da necessidade de as pessoas encararem o fato, pois, como conclama e insiste Levi, se o genocídio judeu foi novidade no século XX, pode não ser surpresa no século XXI e subseqüentes, porque talvez

---

8 Definições essas que constam na Enciclopédia Larousse Cultural, 1999:3009.

9 Cf. Larousse Cultural, 1999:5360.

venha a repetir-se por estar mais presente entre nós do que somos capazes de avaliar. Nas palavras do escritor italiano:

Para nós, falar com os jovens é cada vez mais difícil. Percebemos que falar com eles é, simultaneamente, um dever e um risco: o risco de parecer anacrônico, de não ser escutado. Devemos ser escutados: acima de nossas experiências individuais, fomos coletivamente testemunhas de um evento fundamental e inesperado, fundamental justamente porque inesperado, não previsto por ninguém. Aconteceu contra toda a previsão; aconteceu na Europa; incrivelmente, aconteceu que todo um povo civilizado, recém-saído do intenso florescimento cultural de Weimer, seguisse um histrião cuja figura, hoje, leva ao riso; no entanto, Adolf Hitler foi obedecido e incensado até a catástrofe. Aconteceu, logo pode acontecer de novo: este é o ponto principal de tudo quanto temos a dizer. (LEVI, 2004:172)

Por ser um evento sem par ou sem referente semelhante na História da humanidade, por sua complexidade e abrangência, como esclarece Levi em sua fala, o Holocausto foi interpretado de diferentes maneiras ao longo das análises empreendidas por estudiosos de diferentes áreas. Inicialmente, o Holocausto foi entendido como sendo uma espécie de anomalia no sistema, ou seja, um defeito na engrenagem, um desvio moral e ético do sistema alemão democrático e racionalizado, considerado, apesar disso, funcional e idealmente o melhor até aquele momento na história da organização social humana.

Para justificar essa concepção do Holocausto como “deformidade na engrenagem”, numa linguagem que se pretende científica, bastante divulgada na época, o Holocausto foi comparado a um câncer, uma doença ou disfunção no organismo social que, uma vez tratado ou extirpado, seria um problema erradicado e resolvido. Nesse raciocínio, os perpetradores são pessoas consideradas sádicas, amorais, desvirtuadas, descontroladas e capazes de atos insanos e incontidos. Bastaria apontá-los, isolar e punir os responsáveis que estaria paga a dívida social que contraíram. Por outro lado, as vítimas são as únicas prejudicadas pela “loucura momentânea” (que durou décadas) dos criminosos, o que constitui o Holocausto como um problema delas, devido ao seu específico grupo étnico-social, é um problema dos judeus (BAUMAN, 1998:11).

No entanto, estudos posteriores sinalizam para outro direcionamento. O que, de certa forma, a sociedade intui e procura ignorar, é que o Holocausto pode ter sido

mais que uma *falha* no sistema, pode ter sido *fruto* desse sistema ideal pensado e aprimorado nas últimas centenas de anos, mais especificamente, desde o Iluminismo antropocêntrico do século XVIII<sup>10</sup> até o requinte tecnológico da Modernidade do século XX.

Em defesa dessa idéia, o sociólogo Zygmunt Bauman, na obra *Modernidade e Holocausto*, ao demonstrar o quanto a Sociologia deixou a desejar numa análise mais atenta e profunda do Holocausto, em relação a outras áreas de conhecimento, como, por exemplo, a Teologia e a Historiografia, nos apresenta importantes considerações teóricas sobre os fatos.

Já no prefácio de seu trabalho, Bauman (1998:12) sustenta que “o Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura”<sup>11</sup>. Constitui-se, então, em veículo importante para conhecermos melhor a sociedade da qual fazemos parte e da qual tanto nos orgulhamos. O sociólogo acrescenta, na introdução, a assustadora possibilidade de que o Holocausto constitua duas faces do mesmo corpo, talvez indissociáveis, talvez indispensáveis uma à existência da outra. Dizendo de maneira diferente: talvez o Holocausto seja uma das faces e a Modernidade a outra e que uma não possa existir sem a presença daquela que a complementa. Assim sendo, torna-se impossível continuarmos insensíveis ao morticínio, negando-lhe a relevância e a sua ligação estreita conosco. Questionamentos constantes e incômodos serão mais dolorosos para serem satisfatoriamente respondidos: “como foi autorizada a matança dos judeus e de outros indesejáveis num dos países considerado padrão de modernidade, de progresso científico e tecnológico? Como foi tolerado o horror dos assassinatos em massa de crianças e mulheres durante vários anos?”; e ainda, “como foi possível que pessoas comuns pudessem se transformar em carrascos e assassinos?” (id., *ibid.*).

---

10 Movimento intelectual baseado na razão como instrumento ideal para solucionar os problemas sociais. Desenvolveu-se na Europa, principalmente na França, Inglaterra e Alemanha.

11 Em relação à tecnologia e modernidade de seu tempo, comenta o sobrevivente da perseguição nazista, professor Victor Klemperer, em seus diários: “Curioso, no momento em que a técnica moderna elimina todas as fronteiras e distâncias (avião, rádio, televisão, laços econômicos), grassa o mais terrível nacionalismo” (1999:258).

Em nosso entendimento, compreendemos que Bauman argumenta de forma esclarecedora quanto aos dois primeiros questionamentos, que seguimos procurando explicitar. Quanto à terceira interrogação, a abordaremos, no próximo item de estudo, contemplando o enfoque do cientista político Goldhagen que, em sua tese de doutoramento, analisa com autoridade o envolvimento do povo alemão na execução do Holocausto.

Conforme Bauman, o Ocidente concebe o mundo a partir de uma visão mitológica, entendendo que a história da humanidade se dá de maneira evolutiva, emergindo da barbárie e da ignorância, assim definida pelo avanço e progresso da civilização. Nesse esquema predomina a organização, a burocracia, o planejamento social, a produção seriada, o lucro, os gráficos e seus indicadores. Para que tudo funcionasse, a civilização moderna criou e forneceu as barreiras e os obstáculos à preservação da estrutura, estabeleceu as instituições que regem o sistema e primam pela segurança de seus componentes.

Apenas a traidores e apátridas, impuros, criminosos, enfermos sociais ou grupos estranhos e hostis, o processo civilizatório não protege, pois estes são considerados indesejáveis e descartáveis para o que deve ser perfeito e harmônico. Leia-se: judeus, opositores políticos, doentes mentais, homossexuais, ciganos, existentes na Alemanha de Hitler. Por extensão, atualmente, poderíamos ler: marginalizados, negros, mulheres, pobres, idosos, etc. O maior legado do Holocausto é permitir reler a sociedade e os elementos que a estruturam e pôr em xeque sua eficiência de promover a igualdade e a justiça para todos, filosofia maior que legitima a existência do Estado Moderno.

Evidencia-se, assim, a primeira grande deficiência problemática da Modernidade: os mecanismos criados para a proteção e segurança do homem podem anular-se quando da necessidade de atuar em seu favor, no que se refere a alguns grupos específicos de indivíduos (como os judeus na Alemanha hitlerista ou os negros nos Estados Unidos, por exemplo), na verdade, para selecionar, isolar e condená-los à obnubilação, à marginalidade e à exclusão. No caso dos judeus, o povo foi, literalmente, selecionado para o extermínio. Bauman afirma que “no

período que levou à Solução Final<sup>12</sup>, as salvaguardas mais confiáveis [a Ciência, a Igreja, a Escola, por exemplo] foram colocadas à prova. Todas falharam, cada uma delas e todas ao mesmo tempo” (p. 132).

O segundo aspecto importante analisado pelo sociólogo é a existência da íntima ligação entre a burocracia moderna e o Holocausto. Consoante seu estudo, a ligação entre eles não é casual nem transgressão desvirtuada do sistema, pelo contrário, é condição necessária para a efetivação do Holocausto e sua Solução Final. Assim, a burocracia, com suas características de tecnicidade, capacidade de traçar projetos e torná-los eficazes, aliada à irrelevância dos padrões morais para aplicabilidade e consumação dos objetivos na obtenção dos fins desejados, serviu de ferramenta essencial na elaboração e concretização dos planos de afastamento social dos judeus, seguido de isolamento físico em guetos, depois a extradição para os campos de concentração e, por fim, a aniquilação através do extermínio. Essas resoluções não foram mais do que procedimentos burocráticos de rotina, sem conflito com os princípios da racionalidade, pelo contrário, resultantes dela.

Bauman salienta a sistematicidade do intento dos nazistas, mostrando-nos que a operação burocrática para a “solução do problema judeu” foi meticulosamente planejada, incluindo o controle e a avaliação dos resultados. O que seria mais barato: exterminar os judeus a metralhadas ou pelas chaminés de Auschwitz? Como aumentar mais a fortuna do Reich: saqueando as casas das vítimas ou limitando em listas próprias os objetos que elas levariam em “viagem”? O que resultaria em lucro maior: usar os judeus como trabalho escravo ou deixá-los perecer à fome no *Lager*<sup>13</sup>? Qual a melhor maneira de evitar o tumulto da multidão ao chegar a Treblinka<sup>14</sup>: contar com a colaboração de prisioneiros calejados do campo para a manobra até as câmaras de gás, nas quais supostamente os que chegavam tomariam banho e seriam desinfetados, ou arrastá-los aos pontapés, com cassetetes e cães ferozes para a seleção? Perguntas como essas são produtos de um raciocínio moderno e técnico: análise da situação na busca de resolução de

---

12 Conferir estudo do professor Mark Roseman na obra *Os nazistas e a solução final* (2003), que aborda, entre outros itens: emigração, morte e deportações, assassinatos em massa e, finalmente, o genocídio como “solução final para o problema judaico”.

13 Palavra alemã utilizada para nomear “campo de concentração”.

14 Campo de extermínio alemão, construído em junho de 1942. Aproximadamente 750.000 judeus foram assassinados ali. (Cf. Larousse Cultural, 1999:5748).

problemas, para a almejada obtenção de “um mundo ordenado, planejado e controlado”.

Ainda um terceiro item para a reflexão que o estudo nos oferece é a visão de que, para ser efetivado o Holocausto, inúmeros elementos se combinaram e, com a ausência de um ou mais, não teria sido possível a catástrofe: o sentimento anti-semita exterminador, o racismo atuante segundo as especificações de um projeto de sociedade perfeita, a burocracia eficiente, o ufanismo nacionalista excludente, a ciência inescrupulosa e sem limites, a Igreja omissa, um líder carismático e empreendedor, a situação alemã decadente pós-Primeira Grande Guerra, a tecnologia a serviço da vilania, entre outros. Nas palavras de Bauman:

A verdade é que todos os “ingredientes” do Holocausto – todas as inúmeras coisas que o tornaram possível – foram normais; “normais” não no sentido do que é familiar, do que não passa de mais um exemplo de vasta categoria de fenômenos de há muito plenamente descritos, explicados e assimilados (ao contrário, a experiência do Holocausto era nova e desconhecida), mas no sentido de plenamente acompanhar tudo o que sabemos sobre nossa civilização, seu espírito condutor, suas prioridades, sua visão imanente do mundo – e dos caminhos adequados para buscar a felicidade humana e uma sociedade perfeita. (BAUMAN, 1998:27)

Como explica o historiador italiano Enzo Traverso (2002), os nazistas não inventaram nada que já não existisse antes para a preparação e execução dos seus planos violentos. Na verdade, os “ingredientes” que se combinaram para culminar no Holocausto já haviam se manifestado no passado da sociedade europeia e encontraram solo fértil, especialmente, na sociedade alemã. Nesse raciocínio, o nazismo conseguiu sintetizar os elementos existentes e perceptíveis na estrutura social positivista da Europa entre os anos de 1870 a 1933: o capitalismo industrial, o imperialismo, o colonialismo, a política de eugenia, o desejo de limpeza étnica ou higiene racial e suas ligações com o darwinismo.

Traverso sinaliza a experiência da Primeira Guerra Mundial como sendo responsável pelo surgimento de uma nova consciência em relação à violência, marcada pela desumanização das vítimas e pela desvalorização da vida. Ele comenta que a geração dos ex-combatentes, traumatizados com a guerra e impossibilitados de se reintegrarem à vida do pós-guerra alemão, foi que permitiu



que Hitler assumisse o poder, implantasse o nacional-socialismo e fomentasse uma guerra mais violenta do que tinha sido a primeira. Segundo o pesquisador, a Primeira Guerra condensou toda a violência do século anterior, demonstrando diversas tendências na maneira nazista de governar. Alguns aspectos dessa violência podem ser exemplificados: no exército que industrializa a guerra através da autoridade, na imposição da hierarquia e da disciplina incondicional, da racionalidade instrumental, da morte seriada. Do mesmo modo, nas experiências dos campos para prisioneiros de guerra, na animalização do inimigo e na sua condição reduzida de objeto (concepção transmitida por novas formas de propaganda que visavam à discriminação racial), na guerra total que não faz distinções entre militares e civis que também são presos e deportados.

Para Traverso, é necessário investigar desde as primeiras manifestações de violência encontradas no passado da civilização europeia, traçar uma genealogia dessa violência e compreender de que modo ela foi ferramenta para incrementar as práticas nazistas. O primeiro elemento importante citado pelo escritor é o uso da guilhotina, tida por ele como um símbolo da morte mecanizada, em série, que isenta o carrasco, uma vez que ele não assassina a vítima diretamente, tornando-o um mero funcionário que executa ordens. O segundo elemento abordado por Traverso é a cadeia caracterizada pela desumanização do prisioneiro, onde imperam a disciplina do corpo e a humilhação do sujeito; e ainda, a submissão hierárquica e a racionalidade da administração. O terceiro elemento: o padrão da fábrica taylorista<sup>15</sup> que serviu de base para a organização sistemática do extermínio nazista, com seu caráter de técnica e exatidão de resultados. Como último elemento importante a ser refletido, Traverso cita o padrão de administração racional, que preconizou a indiferença moral e que possibilitou o processo de deportação em massa e ao posterior extermínio das vítimas.

Os elementos listados, ao se encontrarem com os preceitos nazistas, ajustaram-se a ele e possibilitaram “um sistema industrial voltado ao morticínio no qual a tecnologia moderna, a divisão de tarefas e a racionalidade administrativa se

---

15 Referência ao engenheiro norte-americano, Frederick Winslow Taylor, “autor do método de organização científica do trabalho que leva o seu nome (taylorismo)”. (Cf. Larousse Cultural, 1999:5600).

integravam eficazmente, como numa empresa” (TRAVERSO, 2002:57).<sup>16</sup> Na verdade, a relação entre massacre e administração preconizou a estrutura da organização e administração dos *Lagers* nazistas.

Traverso continua sua exposição indicando que as idéias relativas à evolução e seleção das espécies, do “direito” de as últimas disporem das outras, configuram conceitos de cunho colonialista, e são tão importantes quanto os primeiros elementos para entendermos o nazismo. Mesmo as Leis de Nuremberg que, como sabemos, são basicamente raciais, alicerçadas em preceitos de superioridade étnica, têm seu precedente histórico na África, ao longo das guerras coloniais, no séc. XIX, quando foram experimentadas e aplicadas. Também por ocasião dessas guerras, foram utilizadas as metralhadoras e as armas automáticas. Lembra Traverso que o próprio Hitler comparou a Segunda Guerra com uma guerra colonial.

É salientado por Traverso que, na genealogia da violência nazista, foi de fundamental importância o programa da eugenia, através da aplicação de doutrinas de limpeza étnica e da “biologização” do anti-semitismo, já difundido e arraigado dezenas de anos antes. Os nazistas conseguiram evidenciar uma oposição própria do anti-semitismo: o conceito de judeu como sendo comerciante ávido por dinheiro, calculista, astuto, ligado às finanças, controlador e detentor do dinheiro, representante, portanto, da civilização ocidental capitalista e iluminista. O homem ariano, ao contrário, é concebido como guardião da tradição, isto é, com suas raízes na terra, tido como agricultor, heróico, criador. Nessa perspectiva, Traverso sustenta que o nazismo tornou-se “uma forma de modernismo reacionário” (p. 173).<sup>17</sup>

Numa síntese da proposição teórica de Traverso, o Holocausto foi singular não pelo fato de não ter precedentes na História, mas sim por ser “uma *síntese única* de um vasto conjunto de formas de opressão e de extermínio já experimentadas, cada uma separadamente das outras, ao longo da história moderna” (p. 181, grifo do autor)<sup>18</sup>. O genocídio só foi possível pela conjunção de diversos fatores políticos, sociais e históricos. E, para uma sólida compreensão do assunto, é necessário voltar

<sup>16</sup> “un sistema industriale di messa a morte nel quale tecnologia moderna, divisione del lavoro e razionalità amministrativa si integravano efficacemente, come in un’ impresa.” Tradução original do italiano pela Profa. Alba Olmi, orientadora da dissertação. A partir daqui, todas as demais traduções dos originais italianos são da mesma autoria.

<sup>17</sup> “[...] una forma di modernismo reazionario [...]”

os olhos para a História européia, conhecer a genealogia da violência e perceber que o nazismo foi mais do que uma irrupção da irracionalidade e do Mal na sociedade contemporânea.

## 1.2 O sentimento anti-semita de cunho eliminacionista

Ao procurar responder à pergunta “Por que este anti-semitismo?”, formulada por Mathilde, sua filha de treze anos, a historiadora Annette Wieviorka percebeu que, apesar de lidar com o assunto do Holocausto há vários anos, mesmo dispondo em casa de inúmeros periódicos, revistas e livros, ainda que já tendo palestrado em diversas oportunidades em rádio e televisão, abordando o tema, responder coerentemente aos questionamentos da filha seria deveras complicado. Mesmo nessa condição difícil, procura corresponder à dúvida que Mathilde lhe apresenta, explicando-lhe:

- Por que este anti-semitismo?
- O anti-semitismo é antigo. Para alguns, é contemporâneo do próprio momento em que nasceu o judaísmo, há três milênios! Outros acham que sua fonte é o cristianismo. Fala-se assim principalmente de antijudaísmo. Em essência, culpam-se os judeus de não terem admitido que Jesus é o Messias, de recusarem esta “boa-nova”, de resistirem à conversão. Pior ainda, acusam os judeus de serem responsáveis pela morte de Cristo. Esta responsabilidade é coletiva – todos os judeus – e eterna, pois se transmite a todas as gerações de judeus há dois mil anos. Foi na Idade Média que este antijudaísmo cristão floresceu e alimentou todo o tipo de mitos. O judeu tornou-se um personagem demoníaco, que tinha parte com o diabo. Quando a Europa foi vítima de uma epidemia de peste negra, foi culpa dos judeus, que teriam envenenado os poços; acusaram-nos também de assassinatos rituais: todos os anos, no momento da Páscoa judaica, eles assassinariam uma criança cristã para misturar seu sangue ao pão ázimo que os judeus comem durante todo o período da Páscoa. Mas naquela época, principalmente durante os massacres, como os que foram cometidos na época das Cruzadas, era possível a um judeu escapar do seu destino pela conversão. Os que se recusaram a trair suas crenças foram, então, mártires que sacrificaram sua vida, como se diz, pela santificação do Nome, ou seja, de Deus. (WIEVIORKA, 2000:59-60)

Instigada pelo interesse que a filha demonstra, Wieviorka procura dar-lhe retorno a respeito *dessa* e outras inquirições no livro *Auschwitz explicado à minha filha* (2000) e, por sua vez, indaga-se: como explicar a uma criança sobre o uso

---

18 “[...]”una sintesi unica di un vasto insieme di forme di oppressione e di sterminio già sperimentate, ciascuna separatamente dalle altre, nel corso della storia moderna.”

obrigatório da Estrela de Davi; a fumaça das chaminés de Auschwitz<sup>19</sup> e Birkenau; os números tatuados nos braços dos prisioneiros; e sobre as câmaras de gás; e a morte de velhos, crianças, mulheres; e da guerra; e da crueldade humana? O mais assustador, ela revela, é que os questionamentos que Mathilde lhe dirige são os mesmos formulados desde sempre por ela mesma e por vários outros historiógrafos e filósofos, há mais de meio século.

Queremos principiar a abordagem deste bloco de estudo, citando, a propósito, a fala de Raul Hilberg<sup>20</sup> (apud BAUMAN, 1998:106), considerado o “historiador do Holocausto” por excelência, e que propõe a mais contundente indagação que surge do Holocausto: “Vocês não ficariam mais felizes se eu pudesse mostrar que todos os que perpetraram [o crime] eram loucos?”. No entanto, a tendência que se evidencia como confirmação de pesquisas e esforços teóricos aponta para a direção adversa: os criminosos (em sua larga maioria) eram pessoas “normais”, agradáveis com outros sujeitos, preocupados com seus filhos, amados por suas esposas, zelosos por seus animais de estimação, e funcionários aplicados, ou seja, cidadãos que agiam naturalmente e de acordo com o que social, cultural e profissionalmente era esperado deles.

O professor norte-americano Daniel Jonah Goldhagen (1997), em empenho acirrado para responder à questão proposta por Hilberg, fornece-nos algumas conjecturas imprescindíveis para entendermos o envolvimento voluntário de, além de os alemães nazistas, também da maior parte do povo germânico no massacre dos judeus. Para esclarecimento, sua busca por documentos, registros, dados que pudessem auxiliar na ratificação (ou não) das hipóteses foi intensa e, como resultado, temos uma extensa e consistente tese de doutoramento.

Partindo da premissa de que o anti-semitismo é um axioma, ou seja, uma verdade incontestável que faz parte das crenças do povo alemão, Goldhagen comprova que a crueldade para com os judeus e o projeto de eliminá-los da sociedade alemã nazista não deveria causar espanto. Afinal, endossando as

---

19 Maior conjunto de campos de concentração destinados ao extermínio de judeus e outros prisioneiros (Cf. Larousse Cultural, 1999:523). Passou a ser nome-símbolo para designar a destruição dos judeus na Europa.

20 Autor da obra *The Destruction of the European Jews*. New York: Holmes & Meier, 1983.

informações de Wieviorka, o pesquisador também reforça que esse sentimento de ódio aos judeus é bem antigo, datando da Idade Média.

No período medieval, porém, o anti-semitismo apresentou um cunho diferenciado daquele de que temos notícia no século XX. Também os judeus eram responsabilizados pelos mais diversos males e calamidades, acusados de serem o povo que “assassinou Jesus” e que fechou os ouvidos à “Boa nova” que Ele veio trazer ao mundo. Entretanto, sua influência maléfica era entendida de forma periférica, situada nas bordas sociais e espaciais, relacionada diretamente com o aspecto teológico da cristandade em oposição ao judaísmo, sendo que era admitida a conversão de um judeu se ele se submetesse ao batismo cristão e renunciasse a sua pervertida religião. Esses motivos de aversão aos judeus, além de serem potencializados na Modernidade, vão ser acrescidos de outros fatores que inviabilizam a relação daqueles com os alemães: a raça como critério determinante de divisão entre os dois povos, uma vez que é elemento intrínseco ao povo judeu e, independente de quaisquer fatores, é imutável; os judeus, que jamais poderiam se tornar alemães, são considerados a causa central da desordem e da decadência da Alemanha pós-Primeira Guerra, que só poderá ser “salva” mediante o extermínio desses invasores e traidores. Essas idéias, na verdade, funcionaram como álibis e argumentos para justificar a perseguição aos judeus e convencer a sociedade da “necessidade” de seu sacrifício no Holocausto.

Goldhagen afirma que o anti-semitismo não foi apenas uma manifestação isolada no espaço e tempo germânico moderno, mas é, historicamente, desde a Idade Média até o Século das Luzes, uma idéia compartilhada tanto pela elite e pessoas importantes quanto pelas comuns. O pesquisador classifica o anti-semitismo como um modelo cognitivo de “crenças, pontos de vista e valores que estruturam a conversação da sociedade” (1997:42), que, edificado socialmente, constituiu aspecto integrante da cultura germânica e foi transmitido de geração a geração através das instituições responsáveis pela educação (família e demais entidades ligadas à socialização). Modelo cognitivo confirmado continuamente através dos “contos folclóricos, literatura, a imprensa popular, panfletos políticos e caricaturas, os condutores das potentes imagens anti-semitas forneciam a venenosa *Bildung* sobre os judeus, localizada no núcleo da cultura alemã” (p. 90). Assim que o

anti-semitismo estava totalmente assimilado e profundamente arraigado no imaginário alemão.

O anti-semitismo é, portanto, um sentimento antigo e remonta à Idade Média. Para se ter uma idéia mais exata da densidade das conseqüências desse sentimento, transcrevemos alguns trechos muito significativos escritos já no século XII. O texto a que nos referimos é um fragmento de *O diálogo entre um filósofo, um judeu e um cristão*<sup>21</sup>, de Pierre Abelard,<sup>22</sup> sendo que as palavras destacadas abaixo são as do judeu, contando o modo como é visto e tratado pelos demais, e como ele se sente com isso. Começa denunciando a opressão a que é submetido por meio dos pesados tributos exigidos, a fim de manter a própria vida. Sem ter a proteção de um soberano, nem um lugar para onde ir ou regressar, diz o judeu: “todos pensam que seja justo praticar o ódio contra nós e desprezar-nos; e quando alguém nos ofende está persuadido de que cumpriu um ato de justiça”.

O depoimento do judeu segue procurando entender a raiva dos cristãos que o acusam de ter assassinado o seu Deus e desabafa: “Não conheço outro povo que tenha suportado tantas provas dolorosas em nome de Deus”. Se havia algum pecado, fala o judeu no diálogo, este foi redimido com tanta dor que já fora infligida ao seu povo. Dispersos pelo mundo, subjugados pelos impostos e pelas leis que os proíbem de ter direitos garantidos aos demais, o judeu conclui sua reflexão colocando que: “nosso estado, mais do qualquer palavra, mostra com evidência a todos quanto nossa vida é dura e infeliz”. Citamos, a seguir, o texto integral:

Não conheço outro povo que tenha suportado tantas provas dolorosas em nome de Deus quanto nós suportamos todos os dias.

A fornalha da nossa dor sem dúvida já apagou qualquer pecado da nossa alma.

Estamos dispersos em todas as regiões do mundo, sem ter o apoio ou proteção de um soberano. Somos oprimidos por pesados tributos e, para salvar nossa vida miserável, pagamos um preço exorbitante.

Todos pensam que seja justo praticar o ódio contra nós e desprezar-nos; e quando alguém nos ofende está persuadido de que cumpriu um ato de justiça.

Nossos perseguidores acreditam que nossa desgraçada escravidão seja conseqüência do ódio que Deus sente por nós e julgam que as crueldades que nos foram infligidas sejam uma justa punição divina.

Assim pensam os pagãos (os muçulmanos e a tribo de Ismael), lembrando a opressão que um tempo nós exercitamos sobre eles, ocupando suas

---

21 Cf. BROCCHERI, Maria Teresa. L'alibi del deicidio. Excerto de *O diálogo entre um filósofo, um judeu e um cristão*, de Pierre Abelard (século XII).

22 Filósofo e teólogo nascido em Palet (Bretanha), em 1079, Pierre Abelard foi seguidor da Escolástica Medieval.

terras e destruindo suas casas. E assim pensam os cristãos acreditando e afirmando que nós matamos seu Deus.

Eis entre quais pessoas temos que errar sem destino, em quais protetores precisamos confiar, obrigados que somos a colocar nossas vidas nas mãos de nossos inimigos.

Também o sono que conforta nossos corpos é para nós inquieto e cheio de temores. Dormindo, tememos os passos que se aproximam e o punhal que ameaça nossas gargantas. Para viajar precisamos pagar caro preço os guias nos quais não podemos confiar e cara também a proteção dos príncipes donos das terras em que moramos. Sabemos bem que eles desejam nos matar para apropriar-se dos nossos bens.

As leis nos proíbem de possuir terras e casas e assim, para viver, nos resta apenas o lucro que conseguimos emprestando algum dinheiro a outros povos. E isto nos torna ainda mais odiosos: nosso estado, mais do que qualquer palavra, mostra com evidência a todos quanto nossa vida é dura e infeliz.<sup>23</sup>

Então, já na Modernidade, mesmo antes que o Partido Nacional-Socialista ascendesse ao poder instituído, os judeus eram submetidos a toda variedade de infortúnios devido às idéias de serem perigosos engenheiros do Mal, destruidores da ordem moral, demonizados (pensamento mítico que contesta o princípio da racionalidade, norteador da Modernidade), em clara correspondência ao testemunho do judeu do século XII. Eles sofriam, social, psicológica e fisicamente, por serem considerados negativamente opostos aos alemães. A situação de disparidade agravou-se e oficializou-se, com o apoio de programas e instituições governamentais, quando Hitler assumiu e implantou o Nazismo. Identificados por sua “natureza criminosa, raízes criminosas, demônio terrestre, astuto e cruel, históricos malfeitores mundiais, depravados, subumanos, pseudo-povo reunido” (GOLDHAGEN, 1997:420), relacionados com “vermes, doença virulenta e mortal no corpo da Alemanha” (grifo nosso), não é de surpreender que as agressões verbais e físicas infligidas aos judeus fossem tão corriqueiras e aceitas amplamente, que

---

23“Non conosco un altro popolo che abbia sopportato tante prove dolorose in nome di Dio quante noi ne sopportiamo ogni giorno. La fornace del nostro dolore ha senz'altro cancellato qualsiasi peccato dalla nostra anima. Siamo dispersi in tutte le regioni del mondo, privi della guida di un sovrano, siamo oppressi da gravi tributi e paghiamo per salvare la nostra miserabile vita un prezzo esorbitante. Tutti pensano che sia giusto odiarci e disprezzarci e quando qualcuno ci reca offesa è persuaso di compiere un atto di giustizia... I nostri persecutori sono convinti che la nostra disgraziata schiavitù sia la conseguenza dell'odio che Dio ha per noi e giudicano che le crudeltà che ci sono inflitte siano una giusta punizione divina. Così pensano i pagani [i musulmani, i "fratelli della tribù di Ismaele", a mio parere] ricordando la oppressione che noi esercitavamo un tempo su di loro occupando la loro terra e distruggendo le loro case; così pensano anche i cristiani che affermano che abbiamo ucciso il loro Dio. Ecco fra quale gente erriamo senza meta, in quali protettori dobbiamo fidare, costretti a mettere la nostra vita nelle mani dei nostri nemici. Anche il sonno che conforta le membra stanche è per noi inquieto e pieno di paura: dormendo temiamo i passi che si avvicinano e il pugnale che minaccia la nostra gola. Per viaggiare dobbiamo pagare cara la scorta della quale poi non possiamo fidarci e cara paghiamo anche la protezione dei principi delle terre dove abitiamo: sappiamo bene che desiderano ucciderci per impadronirsi dei nostri beni... Le leggi ci proibiscono di possedere campi e case e così per vivere ci resta solo il guadagno che otteniamo prestando denaro agli altri popoli. E questo ci rende ancora più odiosi : il nostro stato più che qualsiasi parola mostra con evidenza a tutti quanto la nostra vita è infelice.”

incidentes desse tipo não tinham a menor importância, não chamavam a atenção nem causavam indignação: “Ser um anti-semita na Alemanha de Hitler, durante o período nazista era tão comum, que o fato não virava notícia”, comenta Goldhagen (p. 42).

A convivência entre alemães e judeus, impossível de ser pacífica e tolerante, tornou-se incompatível e era imperativo achar “uma solução para o problema judeu”. Após as tentativas de isolar os judeus socialmente (com inúmeras restrições quanto ao acesso a diversos espaços e âmbitos sociais, depreciação de estabelecimentos dos judeus, retirada dos profissionais judeus da rede pública de trabalho, entre outras<sup>24</sup>), de confiná-los nos guetos à sua revelia e sorte, de deportá-los da Alemanha, era urgente uma atitude que decidisse o impasse definitivamente: eis o fortalecimento do anti-semitismo de caráter eliminacionista, com a clara postura de fazer desaparecer os judeus. Transcrevemos a declaração de um anti-semita convicto chamado Friedrich Lange, citado por Goldhagen, e que ilustra o desejo de livrar-se dos judeus: “O problema judeu não é mais uma questão de *se*, mas somente de *como*” (1997:93, grifo do autor).

Pelo encontro e junção de dois fatores, anti-semitismo germânico combinado à circunstância histórica, acontece a decisão nazista de concretizar o Holocausto, mas também de motivar a participação voluntária da população no extermínio, e a população se mostra favorável às medidas drásticas e necessárias para a “limpeza da Alemanha”. Em elucidação de Daniel Golghagen: “A verdade inexorável é que, em relação aos judeus, a cultura política germânica havia evoluído a um ponto tal que alemães comuns, alemães representativos, em número enorme – e a maior parte de seus concidadãos alemães estava apta para tanto – tornaram-se carrascos voluntários de Hitler” (p. 483). Deste modo, não são convincentes e estão invalidados os argumentos utilizados pelos perpetradores de estar obedecendo cegamente a ordens, de ignorância do que realmente estava acontecendo, de suas atitudes como fruto de pressões psicológicas e sociais, perspectivas de ganhos pessoais, de não se sentirem diretamente responsáveis pelo que eles fizeram, etc.

---

24 Essas e outras proibições são regulamentadas pelas conhecidas Leis de Nuremberg (proclamadas em 15 de setembro de 1935). Baseadas essencialmente em critérios de superioridade racial, as leis normatizaram principalmente os casamentos entre judeus e arianos. As Leis de Nuremberg, propriamente ditas, podem ser consultadas ao final do trabalho, no anexo 1.



Finalmente, o estudioso norte-americano apresenta-nos a idéia de que o anti-semitismo não é novo, mas constante, embrenhado na história germânica, permanecendo na sociedade ocidental e tornando-se mais ou menos manifesto devido às condições sócio-culturais e históricas que o encorajam ou não a evidenciar-se. Insurgiu no século XX por ter encontrado terreno fértil, receptivo e amplo no qual pudesse se fortalecer e levar a cabo o propósito extremo da aniquilação de um povo. O sentimento do anti-semitismo não é inédito, e sim perfeitamente compatível com o contexto do novo e do moderno, marcado pela tecnologia, ciência e razão. Numa tentativa de resposta direta ao questionamento de Hilberg, selecionamos e mencionamos uma última fala do professor Goldhagen:

O genocídio<sup>25</sup> era imanente à conversação na sociedade alemã. Era imanente a suas linguagens e emoções. Era imanente a sua estrutura cognitiva. E era também imanente às práticas de uma sociedade protogenocida durante os anos 30. Sob circunstâncias apropriadas, o anti-semitismo eliminacionista se transformou através de metástase em sua forma mais virulenta exterminadora e os alemães comuns tornaram-se assassinos genocidas voluntários. (GOLDHAGEN, 1997:477)

De modo a acrescentar outros pontos de vista às colaborações de Goldhagen, trazemos presente na discussão o filósofo Jean-Paul Sartre que, em tom profundamente existencialista, também reflete sobre o anti-semitismo. Numa breve, porém não menos importante abordagem contemplando esse assunto, o texto *A questão judaica* é produzido na França de 1946, pós-guerra, e escrito partindo exclusivamente da opinião do autor e sem leituras prévias nem documentação que sejam mencionadas ao final da redação: nele temos um documento filosófico obrigatório para maior entendimento da questão.

Se pudéssemos sintetizar numa só palavra-chave quem é o anti-semite, apontaríamos “escolha” como o termo que determina a sua identidade, segundo a proposição teórica do filósofo. Escolha motivada por diversos fatores, mas, ainda assim, uma escolha apaixonada, livre e total de si mesmo, do seu modo de ser no mundo e de explicar o mundo. Para Sartre, o anti-semite “é um homem que tem

---

25 Em definição da historiadora, Anette Wieviorka: “É uma palavra recente, pois foi inventada em 1944, precisamente para denominar o extermínio dos judeus, por um professor de Direito Internacional, Raphael Lemkin, que tinha emigrado da Polônia para os Estados Unidos. Esta palavra se compõe da raiz grega *genos*, raça, e do verbo latino *coedere*, matar. Designa a tentativa de fazer um povo desaparecer” (2000:29).

medo [...] de si mesmo, de sua consciência, de sua liberdade, da solidão, da mudança, da sociedade e do mundo” (1995:36). Conforme o filósofo, co-existir no mundo com as verdades e modelos propostos pela modernidade só é possível com a presença de um forte preconceito (que é uma certeza incontestável, amplamente aceita), pois ela é capaz de afugentar o medo fruto da incerteza, da dúvida, inerentes à condição de ser humano em relação à vida, às conseqüências de suas atitudes. Sartre acrescenta que o anti-semita tem medo de descobrir e admitir que o mundo moderno não é nem está perfeito e que, para modificá-lo, faz-se imperativa a atuação de todos: “seria necessário inventar, modificar, e o homem voltaria a ver-se como senhor do seu próprio destino, com uma responsabilidade angustiante e infinita. Por isso, o anti-semita concentra no judeu todo o mal do universo” (1995:28).

Assim, a maneira que o anti-semita encontrou para esclarecer o contexto existencial da modernidade e superar o seu peso, está na concepção maniqueísta da determinante oposição do Bem contra o Mal, que exime as pessoas das responsabilidades individuais, e o “ninguém” legitima a ação de todos. É claro que o anti-semita representa o que há de justo, positivo, nobre, aquele que heroicamente se livra do mal, e o judeu, aquilo que é perverso, que deve ser dominado e destruído. Assim procedendo, o anti-semita age promovendo a si como senhor e dono da vida alheia, pois, tratando os judeus como seres inferiores, estes passam a pertencer a uma coletividade, na denominação de Sartre (1995:17), a uma “elite de medíocres”, a um grupo de pessoas que supera seu marasmo diante da vida e o seu medo dela, pela afirmação de sua “superioridade” através da subjugação de outro grupo étnico.

Desde o início de sua explanação, Sartre insiste na essencialidade de percebermos a idéia geral que se tem do judeu, seja na História (p. 12), seja na Literatura (p. 33), pois “o judeu é um homem que os outros consideram judeu” (p. 46). O estudioso explica que o homem define-se como um “ser em situação” (p. 40), porque compõe a si através de um todo sintético que compreende sua situação biológica, econômica, cultural, e outros fatores diversos que o constituem: “estar em situação significa *escolher-se* em situação” (p. 40), o que permite aos homens diferenciarem-se entre si e assumirem escolhas diferentes de sua própria pessoa. Os judeus compartilham de uma mesma situação de judeu, explica Sartre, porque

vivem numa comunidade que os considera judeus, o que significa ter uma sabedoria resignada, retraída, sentir a hostilidade, a malevolência, a indiferença sempre pronta a radicalizar-se, sentir-se em constante ameaça. Em tempos de paz, procuram universalizar-se, esconder-se na multidão, não serem notados para não serem perseguidos, têm uma inquietude que não é metafísica, é social.

Para os anti-semitas, o judeu é entendido como “atitude”, presente em todas as suas condutas, em seu jeito de ser, de pensar, de comer, de dormir (p. 50), e indissociável delas. Tentam mostrar a ele que lhe falta a verdadeira essência de ser, os verdadeiros valores, a verdadeira moralidade, bens inatingíveis ao judeu, pois não pode renunciar a uma condição que lhe é inerente e inalterável. Segundo o filósofo, essa “deficiência” causa nos judeus o que chamou de “situação de culpabilidade”, na qual eles se sentem culpados se não fizerem mais que todos os outros, se não provarem continuamente serem merecedores, por exemplo, do seu trabalho e de sua cidadania reconhecida em determinado país. E, mesmo assim, encontram-se continuamente “à mercê dos humores, das paixões da sociedade ‘real’” (p. 57).

Para reverter esta situação, Sartre propõe que haja um liberalismo concreto, entendido como pleno direito de cidadania para quem ajuda a construir o seu país, com participação ativa na vida social, “isso significa, portanto, que os judeus, assim como os árabes ou os negros, têm direito de intervir na empreitada nacional porque também são responsáveis por ela” (p. 92). Pontua ser indispensável determinar exatamente os meios para atingir este liberalismo. Primeiro, atuando sobre o anti-semitismo e os anti-semitas, oferecendo-lhes novas bases para suas escolhas para que elas se transformem, através da propaganda, educação e proibições legais, e indo além destas. Segundo, procurando construir uma sociedade baseada na produção coletiva dos meios de trabalho. Sartre finaliza esclarecendo que é necessário lutar pelos judeus como por nós mesmos: “Nenhum francês estará em segurança enquanto um judeu, na França e *no mundo inteiro*, puder temer pela própria vida” (p. 96, grifo do autor).

### 1.3 O espetáculo da banalidade do mal

O Holocausto se notabilizou pelas proporções gigantescas que assumiu em, aproximadamente, quatro ou cinco anos na Alemanha nazista. A prisão, as audiências, o julgamento dos indivíduos diretamente ligados ao planejamento e execução do Holocausto também foram, na esfera jurídica, algo imensamente novo e diferente, enfadonho e cansativo, assustadoramente superficial e insensato em muitos momentos. Na introdução da obra *As entrevistas de Nuremberg* (GOLDENSOHN, 2005), temos uma noção da estrutura legal montada para que os julgamentos pós-guerra acontecessem:

O Tribunal Militar Internacional responsável por processar os principais criminosos de guerra resultou de longos debates políticos e judiciais. Após uma sessão preliminar em Berlim, a 18 de outubro de 1945, os julgamentos se transferiram para o Palácio da Justiça de Nuremberg, onde as sessões transcorreram a partir de 14 de novembro. Os principais procedimentos, compreendendo as apresentações da acusação e da defesa, duraram pouco mais de nove meses, de 22 de novembro de 1945 a 31 de agosto de 1946. Os julgamentos foram um empreendimento gigantesco. Havia quatro juízes e quatro promotores (com suplentes), cada qual com sua própria equipe, e todos oriundos das potências vitoriosas – os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética – bem como da França. A corte reuniu-se em 403 sessões abertas, ouviu um total de 166 testemunhas e examinou literalmente milhares de declarações juramentadas e centenas de milhares de documentos. Os julgamentos eram enfadonhos e lentos, até porque eram conduzidos em quatro línguas e exigiam um enorme trabalho de tradução simplesmente para registrar o depoimento, os interrogatórios, as apresentações por escrito e muitos documentos. Uma idéia da escala dos julgamentos é dada pelo fato de que os termos da audiência e uma mera seleção dos documentos apresentados como provas foram publicados (também em quatro línguas) em 42 grossos volumes. (GELLATELY apud GOLDENSOHN, 2005:18)

Em abril de 1961, vários anos após os julgamentos de Nuremberg, novo julgamento ligado ao Holocausto está acontecendo: levado ao banco dos réus, agora em Jerusalém, vê-se a figura comum de Adolf Eichmann<sup>26</sup>. Descoberto morando com a família em Buenos Aires, ele é seqüestrado por um comando israelense. Responsabilizado legalmente pela deportação de milhares de judeus para os campos de concentração, é acusado de crimes contra o povo judeu, contra a humanidade e de crimes de guerra.

---

<sup>26</sup> Funcionário nazista alemão responsável pela deportação e o extermínio dos judeus da Europa Oriental e da Alemanha. Vários anos foragido na Argentina, foi capturado, julgado e condenado à morte por enforcamento, pela Suprema Corte de Israel. (Cf. Larousse Cultural, 1999:2040).

Se, até esse momento, o mundo mantinha-se distante e alheio aos acontecimentos do Holocausto, com o julgamento de Eichmann essa atitude se modificou drasticamente, como percebemos na pesquisa de Yehuda Koren e Eilat Negev, ambos moradores em Jerusalém, e autores da biografia dos “sete anões da família Ovitz”, presos em Auschwitz durante o Holocausto e cobaias das pesquisas de Josef Mengele no campo. Na sua obra, os autores comentam das mudanças ocorridas em Jerusalém, por conta do julgamento do nazista:

A partir do instante em que começou o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, no dia 11 de abril de 1961, a atitude dos israelenses frente ao Holocausto mudou de forma dramática. [...] As pessoas juntavam-se nas ruas; coladas nos alto-falantes, elas acompanhavam os procedimentos. As declarações de 110 testemunhas, cada uma representando uma comunidade aniquilada, revelavam pela primeira vez ao público israelense, e estabeleciam para a história, toda a extensão da “solução final”. O Holocausto agora estava na lista de calamidades nacionais de Israel. Pela primeira vez, os sobreviventes podiam desafogar seus corações, e o país chorava com eles. (KOREN; NEGEV: 2006:207)

O julgamento de Eichmann, como aconteceu com os criminosos julgados em Nüremberg, é acompanhado com grande interesse pela imprensa do mundo, e entre os repórteres que cobrem o acontecimento, está a correspondente Hannah Arendt, fazendo a reportagem para a revista *The New Yorker*. Enquanto ocorrem as sessões do julgamento de Eichmann na Casa da Justiça, as inquirições que são dirigidas a ele, as suas alegações que defendem os motivos e justificativas para a solução final que organizou e comandou, tudo está sendo analisado e profundamente re-elaborado por Arendt. Das suas impressões e constatações mais incisivas, nasce o livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre “a banalidade do mal”* (2000), do qual apresentamos a seguir alguns pontos teóricos importantes para nossa compreensão do Holocausto.

A expectativa em torno da figura de Eichmann era muito grande. Primeiro por ter sido apontado, inclusive por companheiros acusados e punidos nos julgamentos pós-guerra, como sendo o mentor responsável por arquitetar e viabilizar a solução final que dizimou milhões de judeus. Segundo, esperava-se conhecer, por ocasião do julgamento, o pensamento do “monstro” cuja mente sádica e desumana foi capaz de conceber o projeto burocrático de concentração, transporte e eliminação dos judeus no Leste.

Qualificado por Arendt de “Espetáculo!!” (ARENDR apud COHEN-GEWERC, 2006:56), o julgamento revelou ser Eichmann um “instrumento da monstruosa máquina administrativa do regime nazista, um pequeno funcionário da ideologia dentro dessa banalidade do mal”. Ao contrário do homem diabólico que se esperava, ele mostrou ser mediano, medíocre até, pouco inteligente, pronto a obedecer a qualquer comando como funcionário cegamente dedicado, um homem sem originalidade própria. Justamente da sua falta de personalidade advém sua vantagem no tribunal: várias vezes, durante os interrogatórios, afirmou não aceitar a acusação de ter assassinado judeus, considerando-se que ele “apenas” organizava os grupos de transporte para os campos de concentração e extermínio no cumprimento de ordens superiores, porém, jamais pegou em armas ou agrediu algum judeu, nem ordenou para que qualquer funcionário seu o fizesse. Conforme enfatiza Arendt, Eichmann se sentia culpado somente “quando deixava de cumprir alguma ordem” (2000:37).

Tentando construir “um relato sobre a consciência de Eichmann” (p. 128), a filósofa demonstra em diversos momentos que o acusado não era um anti-semita fanático, mas um cidadão comum que vê na afiliação às organizações governamentais da época uma oportunidade de promover-se profissionalmente. Arendt chega a afirmar que Eichmann “não percebeu o que realmente estava fazendo” e “o que o levou a fazer o que fez foi pura irreflexão” (p. 310), pois mostrou uma “distância” e um “desapego” (p. 311) da realidade que podem ser mais prejudiciais do que estar diretamente inserido, consciente e sentindo-se responsável pelos acontecimentos. Exemplifica a isenção que ele sente em relação aos fatos por ocasião da Conferência de Wannsee (1942), reunião de pessoas ilustres representantes de instituições ligadas a Hitler, na qual Eichmann atuou como secretário. Como só havia profissionais importantes nesse encontro, dando opiniões concretas acerca da implementação da Solução Final, concorrendo entre si para ver quem teria o privilégio de assumir essa “questão sangrenta”, Eichmann dispensou qualquer culpa que pudesse afligi-lo, pois, como declarou no tribunal: “Naquele momento, eu tive uma espécie de sensação de Pôncio Pilatos, pois me senti livre de toda a culpa”; e Arendt arremata: “*Quem haveria de ser o juiz?*” (p. 130, grifo da autora).

Segundo Arendt, das duas primeiras alternativas frustradas de limpar a Alemanha, a expulsão e a concentração dos judeus, quando Eichmann ainda era um perito em “emigração forçada”, evidencia-se a terceira solução, o assassinato, que promove o acusado a “perito em evacuação forçada” (p. 131). Isso significava organizar um esquema eficaz para transportar os judeus até os campos do Leste: “Em país após país, os judeus tinham de registrar-se, eram reunidos e deportados, sendo os vários carregamentos dirigidos para um ou outro centro de extermínio no Leste, dependendo da capacidade relativa de cada um no momento; quando um trem carregado de judeus chegava a um centro, os mais fortes eram escolhidos para trabalhar, e todos os outros eram imediatamente mortos” (p. 131). E o que sabemos é que Eichmann empenhou-se em realizar perfeitamente o seu trabalho, cumprindo “deveres de um cidadão respeitador das leis” (p. 152).

O processo de deportação, seleção e extermínio é bastante simples e exato na fala de Eichmann. Apesar de ele não ter assassinado nenhum judeu pessoalmente, estamos cientes de que existem situações piores que a morte física propriamente dita: a tortura, a perda da identidade, a padronização, a renúncia de si, o abandono da vida, a indiferença. Arendt cita o testemunho de um ex-prisioneiro de Buchenwald<sup>27</sup>, David Rousset, que afirma: “Eles [os nazistas] sabem que o sistema que consegue destruir as vítimas antes que elas subam ao cadafalso... é incomparavelmente melhor para manter todo um povo em escravidão. Em submissão. Nada é mais terrível do que essas procissões de seres humanos marchando como fantoches para a morte” (p. 22).

Corroborando Rousset, a psicóloga e professora Shoshana Felman (2000) confirma que o aniquilamento anterior à morte é a marca registrada do nazismo: “Aquilo em que consiste a violência do Holocausto – a própria essência do apagar e do aniquilar – não é tanto a morte em si, mas o fato ainda mais obscuro de *que a própria morte não faz diferença*, o fato da morte ser radicalmente *indiferente*: todos são colocados num mesmo plano, pessoas morrem como números, não como nomes próprios” (p. 64, grifos da autora).

---

<sup>27</sup> Aldeia da Alemanha, onde foi instalado um campo de concentração (1937) que forneceu mão-de-obra escrava para as fábricas subterrâneas das bombas V-1 e V-2. Chegou a conter 240.000 presos, dos quais 52.500 morreram. (Cf. Larousse Cultural, 1999:976).

Hannah Arendt afirma que o grande mérito do julgamento foi ter suscitado novos questionamentos perturbadores em toda a sociedade, a partir do esboço traçado de um Eichmann que, envolvido de maneira banal pelo Mal, foi capaz de determinar atrocidades inomináveis a outros seres humanos:

Hoje parece que a era do regime de Hitler, com seus crimes gigantescos e sem precedentes, constituiu um “passado indomado” não apenas para o povo alemão ou para os judeus do mundo, que tampouco esqueceu essa catástrofe no coração da Europa, e também não conseguiu aceita-la. Além disso – e isso foi talvez o mais inesperado -, questões morais gerais, com todo seu intrincamento e complexidades modernas, que nunca suspeitei que fossem assombrar as mentes dos homens de hoje e pesar tanto em seus corações, repentinamente passaram a primeiro plano da opinião pública. (ARENDR, 2000:306)



## 2 SER SOBRE-VIVENTE: É ISTO UM HOMEM?

Depois de apresentarmos um embasamento que privilegiou aspectos filosóficos e históricos acerca do Holocausto (enquanto fato sem antecedentes na História, sendo que algumas causas e conseqüências seguem manifestas no presente), nosso trabalho investe, no atual capítulo, em esclarecer outro ponto, agora centrado nas vítimas: quem são os sobreviventes? Como eles entendem sua experiência sem equivalentes? Como essa experiência persiste nas suas memórias? Do que eles lembram? De que modo eles narram o que vivenciaram? Como cada um viveu o evento? Como sobreviveram?

Numa de suas afirmações, a escritora e sobrevivente Ruth Klüger esclarece: “Deve-se recordar que cada um de nós, seja objetivamente, seja subjetivamente, viveu o *Lager* a seu modo” (2005:65). Apesar disso, nós, leitores, podemos conhecer um pouco mais sobre a realidade vivida nos guetos, nos campos de concentração, as situações adversas a que foram submetidas as vítimas do nazismo através dos seus próprios relatos que, em diversos aspectos, mostram-se convergentes.

Neste bloco, revemos conceitos teóricos que nos permitem compreender sobre memória, trauma, literatura, testemunho dos sobreviventes e de vítimas diretas ou indiretas do Holocausto, procurando estabelecer pontes entre as “paisagens da memória” dessas pessoas e refletir no presente sobre as suas experiências, suas escolhas, as suas motivações, os seus sofrimentos, os seus pensamentos, enfim, o que lhes foi possível elaborar a partir do Holocausto.

## 2.1 Pensem se isto é um homem: trauma e identidade

Georges Perec teve uma infância conturbada, pois seu pai foi morto no front e sua mãe foi assassinada em Auschwitz. Procurando reconfigurar sua própria história, juntamente com a de seus pais, escreve o ilustrativo *W ou a memória da infância* (1995). A obra é escrita a partir de dois planos – o da autobiografia e o do relato dos acontecimentos na imaginária ilha de W onde impera o Esporte. Perec recupera fragmentos de sua memória infantil, bem como recria ficcionalmente o ambiente do campo de concentração. É dessa obra que retiramos o trecho a seguir, ingresso para a discussão que queremos suscitar acerca da sobrevivência das vítimas, enquanto condição marcada pelo trauma e pela busca de re-construção da identidade:

Como explicar que o que ele descobre não é algo pavoroso, não é um pesadelo do qual irá despertar bruscamente, algo que expulsará do seu espírito? Como explicar que aquilo é a vida, a vida real, que aquilo é o que haverá todos os dias, que é aquilo que existe e nada mais, que é inútil acreditar que alguma outra coisa existia, fingir acreditar noutra coisa, que nem mesmo vale a pena tentar disfarçar, tentar enfarpear aquilo, que não vale a pena fingir acreditar em algo que haveria por trás, abaixo ou acima? Há aquilo e pronto. [...] Não há outra escolha. Não existe alternativa. Não é possível tapar os olhos, não é possível recusar. Não há recurso, nem piedade, nem salvação a esperar de alguém. Não há a esperar sequer que o tempo traga uma solução. Há aquilo, há o que ele viu, e às vezes será menos terrível que o que viu, às vezes será muito mais terrível que o que viu. Mas, para onde quer que volte os olhos, é aquilo que verá e nada mais, e somente aquilo será verdadeiro. (PEREC, 1995:169-170).

Como realmente entender e assimilar o que aconteceu? Como descobrir a si novamente? Como seguir sobrevivendo? É possível superar a experiência? E explicá-la a si mesmo?

Primo Levi escreve em dois livros seus, *É isto um homem?* (1988) e no *A trégua* (1997), de um sonho freqüente que teve (e esclarece que outros prisioneiros tinham sonhos semelhantes) sobre estar de volta à sua casa, junto dos familiares e, ao contar-lhes o que vivenciara, ver a irmã levantar-se do sofá e dar-lhe as costas, incrédula quanto à verdade do relato, e indiferente ao sofrimento de Levi. Ela se

retira da sala onde o irmão permanece atônito, abandonado e solitário. Ao despertar, confuso entre o que era sonho e realidade, o prisioneiro via-se projetado novamente na dura situação do campo de Auschwitz, com toda a crueza da violência, da fome, da morte, do Mal. Esclarece que o sonho aconteceu muitas vezes enquanto lá vivia, e também quando já estava em liberdade, de volta à Itália.

Outro sobrevivente, autor de diversas obras sobre a sua experiência no *Lager* de Buchenwald, Jorge Semprún, comenta em *A escrita ou a vida* (1995) do sonho que ele tem: após a libertação, com variável incidência, sonhou que estava de volta ao local onde fora mantido preso, tendo presentes e próximas todas as sensações registradas nos meses em que ali viveu – a neve brilhante, as chamas e a fumaça das chaminés do crematório, as ordens gritadas pelos soldados nazistas nos alto-falantes, a presença constante da morte na perda de amigos e companheiros de infortúnio. Semprún conta que, ao visitar o campo para auxiliar em um documentário, o sonho retornou com toda a força e o embriagou de tal forma que lhe foi difícil distinguir o que era sonho e realidade, o que era passado e presente. Consternado, chega a indagar-se sobre quem é Semprún em março de 1992, data do seu retorno ao campo: o mesmo jovem de 20 anos de idade, como em 29 de janeiro de 1944, quando ingressou em Buchenwald?

Levi, sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz, cujo nome é paradigma para a literatura sobre todos os *Lagers* nazistas e seus horrores; Semprún, sobrevivente do campo de Buchenwald, construído a poucos quilômetros da cidade alemã chamada Weimar, antes do Holocausto considerada república da cultura e berço de civilização germânica. Semprún, questionando-se: “tínhamos realmente sobrevivido?” (1995:240), responde à sua própria pergunta remetendo-se à fala de Primo Levi: “Nada era verdadeiro fora do campo, pura e simplesmente. O resto só terá sido breve vacância, ilusão dos sentidos, sonho incerto: é isso” (1995:244).

O que é sobreviver a uma catástrofe? Qual o limite entre passado e presente? Sonho e realidade? Vida e morte? Conforme Braunstein, diz-se “sobrevivente” daquele que, tendo vivido experiência extrema e inenarrável, não se concebe mais inteiro, como se uma parte imprescindível sua tivesse morrido e a outra parte que se

lhe afigura fosse sua desconhecida e, em conseqüência, irreconhecível. Em catástrofes coletivas que, obviamente, são sempre pessoais também, a questão que aflige os sobreviventes, constante nos relatos biográficos e autobiográficos é “por que eu?”. Pergunta-se sobre que estigma ou culpa carrega para ter como resposta o castigo físico ou psicológico da fome, do frio, das doenças, da deportação ou da “solução final” das câmaras de gás e dos fornos crematórios? Ou ainda, por que sobrevivente, muitas vezes o único, de uma família ou comunidade? Na definição dada pelo psicanalista estudioso do assunto, Braunstein afirma:

Um morreu; outro, sem havê-lo pedido, usurpa o seu nome e seu lugar. O sobrevivente é um morto camuflado. Tal é o significado da sobrevivência. Vive-se um cadáver. Depois do trauma o sujeito volta a nascer e se pergunta, não sem surpresa, como é possível que continue “vivenciando”, sentindo. Nas catástrofes coletivas, a pergunta é “Por que eu e não outro em meu lugar?” (BRAUNSTEIN, 2003)<sup>28</sup>

Conforme Braunstein, a experiência imposta aos sobreviventes é revivida em cada sonho que reproduz os encontros com a morte que foram abundantes nos campos de concentração. O psicanalista define o sobrevivente como aquele que perdeu sua identidade “apesar do nome próprio ter sido preservado”. Não se reconhece no que foi antes da catástrofe, um sujeito para o qual “o espelho deixou de funcionar”, que volta das entranhas da morte e, apesar disso, já não vive porque está além dela, um cadáver que vaga pela vida e que “segue sonhando”.

O sobrevivente sente-se um estranho em relação a si e aos demais. Entende-se inadequado ao antigo universo contextual do qual foi integrante. Primo Levi verbaliza esse rompimento de si: “Sentia-me mais perto dos mortos do que dos vivos” (citado por SEMPRÚN, 1995:242). A mudança física e de identidade dos sobreviventes é evidente do mesmo modo para os seus entes queridos, também vítimas do nazismo. Marguerite Duras, ao reencontrar-se com o seu homem amado<sup>29</sup>, depois de muita espera, sofrimento e incertezas, escreve em seu diário: “Na minha lembrança, em um determinado momento, os ruídos se extinguem e eu o

---

<sup>28</sup>Publicado em Tempo Psicanalítico, n. 35, 2003. Disponível em: <<http://nestorbraunstein.com/trauma.html>>, acesso em: 26 mar. 2006. As citações feitas aqui são do material veiculado no endereço eletrônico.

<sup>29</sup> Marguerite Duras refere-se a Robert Antelme, comunista francês, autor de A espécie humana.

vejo. Imenso. À minha frente. Não o reconheço. Ele me olha. Sorri. [...] É um sorriso de confusão. Ele se desculpa por estar assim, reduzido àquele objeto” (1986:64).

Na fala do professor da Unicamp, Seligmann-Silva, pesquisador do assunto, o sobrevivente é “como alguém que habita na clausura de um acontecimento que o aproximou da morte” (2006:58), pois atravessou uma experiência traumática que o assinalou para sempre. Seligmann-Silva explica que: “A experiência traumática é, para Freud, aquela que não pode ser totalmente assimilada quando ocorre. Os exemplos de eventos traumáticos são batalhas e acidentes [...]” (1999:43). Esse trauma rompe a vida e o ser do sobrevivente em duas instâncias irreconciliáveis: o que era antes e o que ficou sendo depois, partes não assimiláveis nem totalmente acessíveis. Em acontecimentos traumáticos, o sobrevivente está condenado a não mais reconhecer-se porque “o espelho já não funciona” (BRAUNSTEIN, 2003) e a existir numa sobre-vida.

## 2.2 Paisagens da vida na memória de papel

A faculdade da memória é grandiosa, ó meu Deus, sua infinita e profunda complexidade inspira um sentimento como de terror, e isso é o espírito, e isso sou eu mesmo... (ECO, 2005:42)

Referindo-nos mais uma vez à idéia de que cada indivíduo viveu o campo de concentração a seu modo, acrescentamos que cada um recorda o *Lager* também a seu modo, particularizando o seu relato, ainda que haja correspondência quanto a vários pontos. Isto acontece porque existe a possibilidade de lembrar (ou esquecer) fatos significativos de nossa narrativa pessoal, pois somos dotados de faculdade excepcional: referimo-nos à Memória. Segundo Izquierdo, pesquisador desse tema na América Latina: “Eu sou eu, você é você porque cada um tem sua própria história para lhe dizer isso. O conjunto das memórias que cada um de nós tem é o que nos caracteriza como indivíduos. Mas também nos caracteriza como indivíduos aquilo que resolvemos ou desejamos esquecer” (2004:13).

Mesmo em relação a acontecimentos coletivos, a memória revela-se individualmente seletiva do que será possível lembrar ou daquilo que virá a ser

esquecido por irrelevância ou por ser extremamente desagradável, dramático ou traumático: “Gravamos melhor, e temos muito menos tendência a esquecer, as memórias de alto conteúdo emocional” (IZQUIERDO, 2004:37).

Conforme aponta Izquierdo, a faculdade da memória possibilita o aprendizado, a comparação, a avaliação e nova aplicação desse aprendizado em circunstâncias a serem vivenciadas futuramente, no intuito de compreendê-las e superá-las, garantindo a sobrevivência. Portanto, o propósito da memória é o de orientar nas tomadas de decisão, no presente, para melhor projetar o futuro. São vários os tipos de memória que temos. Em breve diferenciação: 1) memória procedural, responsável por diferentes procedimentos que somos capazes de realizar, como: andar, escovar os dentes, abrir a fechadura, chegar à escola; 2) memória de trabalho, de caráter momentâneo ou de curta duração, permite resolver situações problemáticas imediatas; 3) semântica, relacionada à língua, sua construção e significações lingüísticas; 4) de longo prazo, permite o arquivamento de informações que, possivelmente, serão retomadas até o final de nossa vida; 5) a memória autobiográfica, que é considerada: “bem mais complexa que outros sistemas de memória. Lembrar-se da própria biografia significa saber como vivemos determinada situação e como nos sentimos ao vivê-la” (MARKOWITSCH, 2006:53).

A memória autobiográfica, “característica própria e exclusiva do homem” (WELZER, 2006:49), está intimamente ligada ao fator emocional, não retrata necessariamente o ocorrido, mas o vestígio emocional do ocorrido, que passa por reformulações sucessivas. Justamente por ser das memórias o tipo mais complexo e intrincado, a memória autobiográfica é “a mais fácil de ser perturbada: toda uma multiplicidade de lesões cerebrais e, mesmo uma pequena lesão, é capaz de confundi-la” (MARKOWITSCH, 2006:52), tornando as lembranças, muitas vezes, confusas e disparatadas.

Lembranças são fundamentais por se constituírem em subsídios decisivos da história das pessoas. Paradoxalmente, podem ser contraditórias e passíveis de modificações e até de reinvenções. São as chamadas “falsas memórias” que podem se alimentar das “fontes mais diversas, para além daquilo que efetivamente se viveu:

histórias de outras pessoas, romances, documentários ou filmes e mesmo aquilo que se sonhou ou fantasiou” (WELZER, 2006:47).

Na verdade, pesquisadores do assunto já indicaram ser possível ocorrer a fusão de novas experiências com lembranças pré-existentes:

Cada evocação de uma lembrança tem por consequência seu novo armazenamento. E é arquivado também o contexto de cada situação rememorativa, o que faz com que a lembrança original seja enriquecida de novas nuances, corrigida ou centrada em determinados aspectos, podendo mesmo ser reescrita. (WELZER, 2006:46)

A memória autobiográfica, vinculada fortemente às experiências cujas lembranças são de conteúdo altamente emocional, por vezes difíceis e dolorosas, não pode ser encarada como fonte absoluta de verdades indiscutíveis, e sim, deve ser concebida como bagagem íntima que facilita o entendimento da situação vivida. No caso de qualquer indivíduo e, em especial, em relação aos sobreviventes do Holocausto, a memória autobiográfica vai sendo elaborada por cada um, para que, efetivamente, possam adaptar-se do melhor modo à sua realidade. Assim, conforme o professor e pesquisador de psicologia social, Harald Welzer: “[...] as lembranças traumáticas não são ‘mais verdadeiras’ ou ‘mais autênticas’ que as demais. Mas os sentimentos associados a elas contêm – e mantêm – o vestígio emocional do acontecimento passado” (2006:48).

É na busca de preservar sua memória autobiográfica, entendida como sua própria identidade, que inúmeras vítimas do Holocausto optaram ou por “esquecer” o que fora experimentado durante sua perseguição até a chegada aos campos de concentração, ou por registrar em textos testemunhais ou ficcionais o que aprenderam em função do aprisionamento nos campos e de outras situações impostas pelo nazismo.

As nossas memórias, dolorosas ou não, definem quem somos, diferenciando-nos. A sobrevivente vienense, Ruth Klüger, ao ser interpelada por uma tia distante que a acolhe e sugere que ignore o que viu e viveu durante a Segunda Guerra,

percebe a inextricável relação entre as suas memórias e sua identidade e recusa-se a esquecer:

Na escuridão, sentada no confortável banco traseiro [do carro], a tia distante disse para mim: “Você precisa apagar da mente o que aconteceu na Alemanha e fazer um novo começo. Você tem de esquecer tudo o que ocorreu na Europa. Apagar, como se apaga o giz da lousa com um apagador”. E para que eu entendesse com meus fracos conhecimentos de inglês, fez o gesto de apagar. Pensei que ela queria tomar de mim a única coisa que tinha, ou seja, minha vida, a vida que vivera. Não se pode jogar isso fora como se tivéssemos uma outra guardada no armário. Ela também não desejaria jogar sua infância fora, essa é minha e pronto, não posso inventar uma outra vida para mim. (KLÜGER, 2005:203)

### 2.3 Ver a si mesmo no espelho da narração

[...] nossa geração inventou uma nova literatura, aquela do testemunho.  
(WIESEL apud FELMAN, 2000:18)

Os sobreviventes dos campos de concentração, quando se sentem capazes, contam as suas histórias. Falam de horrores vistos e vividos no período da guerra e da perseguição nazista aos seus pais, mães, irmãos, tios, avós, judeus e não judeus, e a si mesmos que, inevitavelmente, constituem suas memórias de infância e juventude. Essas lembranças são as histórias relatadas pelos sobreviventes e são marcadas pelo medo, pelo sofrimento, pela crueldade, por inúmeros fantasmas que insistem em compartilhar espaço nessas narrativas pessoais, como Georges Perec nos explica:

[...] sempre irei encontrar, em minha própria repetição, apenas o último reflexo de uma fala ausente na escrita, o escândalo do silêncio deles e do meu silêncio: não escrevo para dizer que não direi nada, não escrevo para dizer que não tenho nada a dizer. Escrevo: escrevo porque vivemos juntos, porque fui um no meio deles, sombra no meio de suas sombras, corpo junto de seus corpos; escrevo porque eles deixaram em mim sua marca indelével e o vestígio disso é a escrita: a lembrança deles está morta na escrita; a escrita é a lembrança de sua morte e a afirmação de minha vida. (PEREC, 1995:54)

Alguns sobreviventes relutam durante muito tempo em lembrar e narrar o que lhes aconteceu, preferindo optar pelo esquecimento e pelo silêncio. Um exemplo disso é a trajetória de Janina Bauman, que levou cerca de quarenta anos para



escrever sua história. Ao sentir-se impelida e decidir-se pelo relato, reviveu “o passado, ano após ano, mês após mês, experiência após experiência”, querendo reingressar na sua narrativa e resgatar “o pequeno e limitado mundo de uma adolescente vivendo no medo, no isolamento, na ignorância de muitos fatos e ocorrências importantes” (2005:7-8).

Partimos da metáfora já conhecida de que “a vida é um livro” para a proposição teórica de Bruner (1997) de que somos contadores de histórias que nos auxiliam no modo de entender, organizar e valorar os acontecimentos no mundo e, especialmente, somos narradores capazes de significar e compreender a própria história individual. Essa narrativa é intensamente “centrada em um si-mesmo” (p. 97) e resgata episódios de vida, muitas vezes indescritíveis; é contada para si, também é construída com a contribuição e interferência decisiva dos outros e relatada para eles. A nossa narrativa tem, por conseguinte, as facetas de ser, complementarmente, individual e coletiva, pessoal e socialmente constituída.

Se a narrativa pessoal é o mecanismo capaz de nos representar no mundo, assim como nos permite compreender melhor os fatos deste mundo, nomeá-los, organizá-los, cabe perguntar: por que algumas narrativas são contadas e outras não? Por que umas são consideradas importantes e merecedoras de partilha e outras não são? Na proposição de Bruner: “Uma vez que assumamos uma visão narrativa, podemos indagar por que uma história é contada e outra não” (BRUNER, 1999:99).

Uma possível resposta encontramos na fala do médico psiquiatra e professor universitário Luis Gustavo Guilhermano. Ele afirma que “um dos fortes elementos na formação da civilização é a transmissão de conhecimento entre os seres humanos, que decorre, em grande parte, do relato de experiências de vidas exemplares” (GUILHERMANO apud DINIZ, 2002:177). Esclarece o professor que assim, nascem os mitos e as lendas com os seus heróis, de presença importante em todas as culturas para “formar e divulgar costumes”. Por histórias de vida exemplares, Guilhermano entende aquelas “de pessoas que enfrentaram e superaram grandes adversidades, não só pelos seus atributos físicos e inteligência, como também por

suas qualidades de caráter” (p. 177). São histórias que devem ser narradas, divulgadas, transmitidas, por serem de “grande valor para os leitores” (p. 178).

Voltando a Bruner, este continua seu estudo mencionando a visão de Polkinghorne de que a nossa identidade é construída com base numa “configuração narrativa” e que entendemos nossa existência como uma extensa e intrincada história, que não se sabe como acaba, mas que permite ser revisitada e revista, ser acrescida de “novos eventos” (p. 100) para projetar o futuro.

A história pessoal e/ou coletiva confunde-se com a própria linguagem, que possibilita narrar e atribuir significados específicos a essa história. Para Alberto Manguel, escritor judeu, “somos a língua em que somos falados, somos as imagens em que somos reconhecidos, somos a história em que somos condenados a lembrar [...], mas somos também a língua em que questionamos essas pressuposições” (2000:35). Portanto, aquilo que não é nomeado não existe enquanto fato lingüístico, não é compreensível nem passível de repercussão e, conseqüentemente, priva do aprendizado. Ao apropriar-se da palavra e derrubando a barreira da incógnita, do indizível, do antes não nomeado, as mulheres e os homens escritores do tema do Holocausto permitem-se ouvir a própria fala e desenhar a sua identidade ao autonarrar-se. Reconhecendo-se enquanto individualidade, colaboram com o amadurecimento humano coletivo com seu modo peculiar de encarar a vida, de contornar os acontecimentos problemáticos, de superar seus traumas e de sobreviver apesar deles.

Para Georges Perec (1995:54): “o indizível não está escondido na escrita, é aquilo que muito antes a desencadeou”. Ou, na definição de Jorge Semprún, a experiência: “ela foi invivível” (1995:22). Daí, e por isso mesmo, a função da linguagem como instrumento que sinaliza o indizível ou o invivível, aquilo que não tem aparência definida (às vezes por falta de referenciais históricos precedentes, como o Holocausto, por exemplo), mas cujos contornos a palavra pode insinuar. Segundo Seligmann-Silva: “A linguagem tenta cercar e dar limites àquilo que não foi submetido a uma *forma* no ato de sua recepção” (1999:43, grifo do autor).

Das experiências traumáticas, afigura-se, então, presente a necessidade de narrar o vivenciado. Porém, dois entraves são imanentes ao ato de contar: primeiro, a insuficiência das palavras em abarcar as significações da experiência inominável; segundo, a descrença de outrem (ou a sua ignorância) acerca da veracidade do relato que, de tão absurdo, é deveras inacreditável.

Não obstante os sérios empecilhos existentes para a escritura das experiências dos sobreviventes, o desejo de colocar cada leitor frente a frente e em confronto com elas é maior do que a vontade de acomodação-instalação na “nova vida” e da fuga das lembranças. É preciosa a fala de Kertész, Nobel da Literatura em 2002, ao expor a necessidade de escrever para si e para os outros:

Eu escrevo porque tenho que escrever e, quando escrevemos, conduzimos um diálogo, assim li em algum lugar, enquanto havia Deus conduzíamos com ele, provavelmente, um diálogo, agora, como ele não mais existe, é mais provável se conduzir um diálogo apenas com outros homens ou, na melhor das hipóteses, apenas consigo mesmo. (KERTÉSZ, 1995:24)

É a tentativa de nomear que impulsiona os sobreviventes da ocorrência traumática a narrar as lembranças da experiência vivida e sentida. Revela necessidade de resgate e reorganização das experiências na intenção de transmiti-las e atribuir-lhes crédito. Testemunha é, na definição de Klüger, alguém que “vivia algo de que valia a pena dar testemunho” (2005:106) e para tanto precisa recorrer a “uma seleção, deletar, penosa procura por palavras diurnas para pensamentos imaturos de semipenumbra” (p. 251).

Para a psicanalista Shoshana Felman (2000), a testemunha de um acontecimento com a gravidade do Holocausto não pode ser entendida como sendo “dona da verdade”, mas sim como alguém que vivenciou a experiência e que “de fato testemunha” e “*gera* a verdade, por meio do processo discursivo” (p. 27-28, grifo nosso). Portanto, é primordial recuperar a fala das vítimas para que o conhecimento que se tem do Holocausto não seja unilateral e parcial, para abarcar o significado que ele teve na 2ª Guerra Mundial e redesenhar o espaço que ele tem na História da Humanidade.

Conforme Felman, ser testemunha é ter diante de si uma tarefa penosa, de enorme responsabilidade, cujo caráter é pessoal, intransferível e solitário porque mais ninguém pode testemunhar em seu lugar: ela “fala de si e para além de si”. Suas “práticas discursivas” ou literárias são “apanhados culturais” de si mesmos, repletos de palavras ditas e lacunas feitas de silêncio, de sentimentos de perplexidade e incompreensão, mas, que ainda assim, funcionam como “modalidade de relação com os acontecimentos” e permitem uma fusão entre texto e vida, podendo penetrar o leitor “como uma verdadeira vida” (p. 14-18).

Oportunidade de reflexão e aprendizado, o testemunho é, para muitos escritores, urgência e requisito para a sua sobrevivência, para a preservação da sanidade, para a ordenação das suas idéias, para a restauração da sua identidade pós-Holocausto, para a sua reintegração na vida. A agonia presente no gesto da escritura/testemunho de Elie Wiesel é representativa da condição aflitiva dos demais sobreviventes de situações de trauma:

Por que escrevo? Talvez para não enlouquecer. Ou, ao contrário, para atingir o âmago da loucura.  
Como Samuel Beckett, o sobrevivente se exprime “em desespero de causa”; escreve porque não pode deixar de fazê-lo. Suas experiências, tudo o que aconteceu, o isolam: ele não pode deixar de dividi-las com outrem. (WIESEL, 1984:7)

Dessa forma a Literatura de Testemunho caracteriza-se por apresentar diversas propriedades de funcionamento: pode atuar como momento de revisão da História, oportunizando que venham à tona e sejam ouvidos, como contraponto ao oficialmente aceito, os apelos dos menos favorecidos social e historicamente. Ou propiciar a crítica a verdades tidas como absolutas. Ou favorecer a (re)-vista a um passado e situação não elaborados nem assimilados. Como procuramos salientar, os escritores sobreviventes e vítimas do Holocausto são relevantes enquanto autobiógrafos e tanto mais autoridades enquanto representantes da Literatura de Testemunho, pois, segundo Seligmann-Silva, “aquele que testemunha se relaciona de modo excepcional com a linguagem: ela desfaz os lacres da linguagem que tentavam encobrir o ‘indizível’ que a sustenta”. Então:

Literatura de Testemunho é um conceito que nos últimos anos tem feito com que muitos teóricos revejam a relação entre a literatura e a “realidade”. O conceito de testemunho desloca o “real” para uma área de sombra: testemunha-se, via de regra, algo de excepcional e que exige relato. (SELIGMANN-SILVA, 1999:41)

A construção literária é a forma primordial para o registro das memórias e o testemunho permite que uma experiência pessoal seja transformada em memória cultural de irrestrito acesso. Segundo Wiesel, como referenciamos ao início, a Literatura de Testemunho é invenção do século XX, desponta no cenário literário como tipo de produção com cunho específico, aquele que possibilita a escritura, o reconhecimento e o assumir-se de si mesmo com certo distanciamento que é preciso para olhar, ver e relatar-se no agora e em relação ao passado. É, portanto, uma espécie de espaço concreto onde pode ocorrer o encontro-diálogo consigo e repercutir suas reflexões ao domínio social e coletivo. A arte literária como veículo eficiente das verdades mais humanas e inexplicáveis, é o que ilustra a conversa de Semprún com um amigo, professor universitário, que declara:

- O outro tipo de compreensão, a verdade essencial da experiência, não é transferível... Ou melhor, só o é pela escrita literária...  
Vira-se para mim, sorri.
- Pelo artifício da obra de arte, é claro! (SEMPRÚN, 1995:126)

Para o estudioso Stefano Zampieri, literatura é o instrumento capaz de “tornar comum o que é particular, de colocar à disposição de todos aquilo que, de outra forma, permaneceria como experiência individual”. Uma vez de responsabilidade comum, as palavras serão de todos, permitindo “revivê-las como se as tivesse vivenciado realmente, experimentar de novo aquelas sensações como se lhes tivessem pertencido desde o começo”.<sup>30</sup>

---

30 “La letteratura [...] dunque, racconta la nostra esistenza che diventa storia. Ogni evento, ogni individuo, ogni sentimento, strappato alla particolarità quotidiana di chi l’ha vissuto, diventa un discorso comune, parola di tutti perché a tutti appartiene.” “[...] riviverle come se le avesse vissute realmente, di riprovare quelle sensazioni come se gli fossero appartenute fin dall’inizio.” Cf. ZAMPIERI, Stefano. Scrivere, testimoniare. Disponível em: <http://members.tripod.com/littera/scrivere.htm>. Acesso em: 16 set. 2006. (Excertos de ZAMPIERI, Stefano. In: \_\_\_\_\_. Il flauto d’osso: Lager e letteratura. Firenze: La Giuntina, 1996).

### 3 A PALAVRA ÀS VÍTIMAS

Provavelmente vale bem a pena estar pessoalmente envolvida no escrever da História. Você pode então dizer o que os livros de História deixam de fora.

*Uma vida interrompida: os diários de Etty Hillesum*<sup>31</sup>

É preciso, amigo, ouvir pacientemente o discurso oficial da História sobre a página que acaba de ser aberta.

*O diário do gueto*, de Janusz Korczak <sup>32</sup>

Os livros didáticos de história procuram oferecer aos estudantes um apanhado geral de como foi sendo construída a trajetória do homem no mundo e como foi sendo acumulado o conhecimento que temos: as descobertas científicas, as conquistas territoriais, os governantes e suas gestões políticas, as relações sociais entre os povos, os conflitos, etc. Inúmeros são os dados sobre a humanidade aos quais temos acesso pelo estudo da história. É comum, entretanto, que tenhamos uma visão deturpada dos acontecimentos históricos por diferentes variantes: falta de leitura e aprofundamento dos fatos, dificuldade de acesso às informações, problema em comparar divergentes pontos de vista em relação a determinado ponto, material superficial e precário, informações manipuladas e deturpadas em prol de uns poucos favorecidos, prejudicando assim a confiabilidade histórica para a grande maioria.

No que diz respeito às guerras, na quase totalidade das vezes, a História é contada pelo mais forte, pelo que venceu a batalha e sobrepujou o outro. O que passa a ser testamento legado às gerações posteriores é o que foi legado pelos

---

<sup>31</sup> Jovem judia, nascida em Amsterdã, cujos diários cobrem os anos de 1941 a 1943, quando morreu em Auschwitz.

<sup>32</sup> Educador que mantinha um orfanato com duzentas crianças, aproximadamente. Em 1942, tanto o professor quanto seus pupilos pereceram no campo de extermínio de Treblinka.

vencedores. Nas palavras de um profissional da área, o historiador Ignacy Schiper, que foi vítima dos nazistas e morto em Majdanek, um dos vários campos de concentração espalhados pelo interior da Alemanha e países de ocupação nazista:

Em geral, a História é escrita pelos vencedores. Tudo o que sabemos dos povos assassinados é o que seus assassinos quiseram dizer. Se nossos assassinos conseguirem a vitória, se forem eles a escrever a história desta guerra, nossa destruição será apresentada como uma das páginas mais belas da história mundial, e as gerações futuras prestarão homenagens à coragem desses cruzados. Cada uma de suas palavras será palavra de Evangelho. Podem assim decidir nos apagar completamente da memória do mundo, como se jamais tivéssemos existido, como se jamais tivesse existido judaísmo polonês, gueto de Varsóvia, Majdanek. (SCHIPER apud WIEVIORKA, 2000:37)

Em geral, sabemos daquilo que se transforma em notícia, o que é de interesse comum, o que nos atinge de modo mais imediato, aquilo que está mais presente e perceptível, aquilo que nos foi sugerido conhecer. Mas, o que saber do Holocausto judeu na Alemanha, acontecido há décadas, durante a 2ª Grande Guerra? O que dominar além das datas dos acontecimentos mais marcantes? O que conhecer mais do que nomes de pessoas importantes envolvidas e eternamente lembradas? Da divisão da Europa depois da guerra? Dos países que participaram da guerra como aliados ou do “eixo”? O que refletir além da Alemanha reerguida como potência econômica e cultural no pós-guerra?

Nosso posicionamento é no sentido de que devemos responder satisfatoriamente a todos os questionamentos levantados, bem como acrescentar outros ao inventário: considerando todas essas interrogações e suas respostas, o que realmente chegamos a conhecer e saber sobre o Holocausto, para ultrapassar a versão oficial que os livros de história nos apresentam? Em que medida esse fato nos afeta e nos preocupa? O quanto sabemos a respeito das vítimas? Qual a versão que as vítimas assumem para interpretar e contar o Holocausto? O que o relato dessas mulheres e homens tem a contribuir com a história coletiva e pessoal de cada um de nós? Num momento em que aumenta o pronunciamento dos ditos “revisionistas”, contestando a veracidade e a proporção do Holocausto, negando a legitimidade de incontáveis pesquisas sobre o assunto e a boa fé dos testemunhos, refletir sobre todas essas perguntas ligadas às vítimas torna-se, para nós, impreterível.

As dúvidas que surgem em relação aos marginalizados pelo Holocausto: de que maneira abordam o fato, quais pontos nevrálgicos indicam como indispensáveis para entender o que foi o Holocausto, como definem a experiência, que papel assume o relato nessa revisitação à experiência, seus variados discursos são itens que abordamos com maior insistência neste terceiro bloco que tem como objetivo primeiro trazer a fala das vítimas à tona, numa busca de diálogo com o presente e conosco.

Cada obra que vai sendo conhecida e lida, mesmo versando sobre o centro comum que foi o horror do Holocausto, vai se acrescentando de aspectos diferenciados, de novos vieses, do conhecimento que vamos construindo a partir do relato de quem viveu, na posição de vítima, direta ou indiretamente, sobre a realidade do nazismo. Cada autor, a seu modo, lança luzes e esclarece a si e a nós, leitores, que valor atribui ao Holocausto e o que foi possível aprender com ele. O intento expresso dos escritores, que sustentamos como nosso também, é: iluminando o passado do Holocausto, poder-se evitar o seu esquecimento no presente e tê-lo como ponto de referência para o futuro. Nesse sentido, citamos o alerta de Jorge Semprún, em *A escrita ou a vida*:

Chegaria um dia, relativamente próximo, em que não restaria mais nenhum sobrevivente de Buchenwald. Não haveria mais memória imediata de Buchenwald: mais ninguém saberia contar com as palavras vindas da memória carnal, e não de uma reconstituição teórica, o que terão sido a fome, o sono, a angústia, a presença ofuscante do Mal absoluto – na exata medida em que ele está aninhado em cada um de nós, como liberdade possível. Mais ninguém teria em sua alma e seu cérebro, indelével, o cheiro de carne queimada dos fornos crematórios. (SEMPRÚN, 1995:282)

### 3.1 O registro impossível do “invivível”

Qualquer coisa sobre a qual não se leia ou escreva permanece em suspenso, sem solução.

*Paisagens da memória*, de Ruth Klüger

Às vezes sinto vontade de fugir com tudo que possuo para dentro de algumas palavras, procurando refúgio nelas. Mas ainda não existem palavras para abrigar-me.



*Uma vida interrompida*, de Etty Hillesum

Para conhecer uma face outra do Holocausto, para além daquela retratada nos livros de História, para pormenorizar aquela apresentada pelos teóricos, para pôr em xeque a faceta mascarada proposta pelos revisionistas ou negacionistas, recorreremos aos testemunhos de sobreviventes e de outras vítimas que nos oferecem seu depoimento. Podemos ter acesso a eles através de diversos meios: gravações de entrevistas (como o documentário *Shoah*, dirigido por Steven Spielberg); poemas marcadamente autobiográficos (conferir produção poética de Nelly Sachs ou de Paul Celan, entre outros); ou então em filmes que recuperam alguns acontecimentos rotineiros nos campos de concentração ou extermínio (como os conhecidos sucessos cinematográficos: *A lista de Schindler*, *A escolha de Sophia* ou *As cinzas da guerra*). Temos os romances que abordam o tema (*Suíte francesa*, de Irène Némirovsky, ou *A viagem*, de Ida Fink); os registros escritos em caráter biográfico ou autobiográfico (*Uma história para meus netos*, de Fiszal Czeresnia, também *Meu coração ferido: a vida e as cartas de Lili Jahn*, organizado por Martin Doerry) e, ainda, o Holocausto expresso também em histórias em quadrinhos (ver *Maus*, de Art Spiegelman).

Independente do veículo escolhido, (filmes, reportagens, livros), o apelo para que fiquemos cientes dos horrores da guerra existe e se presentifica na fala protagonizada pelos segregados:

Muitos de nossos mais promissores e vigorosos jovens estão morrendo dia e noite. Não sei como encarar isso. Com todo o sofrimento à nossa volta, sentimo-nos envergonhados de nos levar, e aos nossos humores, por demais a sério. Mas você precisa continuar a levar-se a sério, deve permanecer como sua própria testemunha, marcando bem tudo o que acontece neste mundo, jamais fechando seus olhos à realidade. Deve enfrentar esses tempos, e tentar encontrar as respostas para as muitas perguntas que eles propõem. E talvez as respostas ajudarão não só a você mesma como também aos outros. (HILLESUM, 1981:52)

Como mencionamos, vários são os recursos que podem ser utilizados para o conhecimento do Holocausto, mas nenhum é tão contundente e incisivo, com poder de marcar de forma indelével a mente, quanto os textos que inscrevem o testemunho das vítimas. Nada mais revelador do que retomar os caminhos

percorridos por eles no passado e com eles partilhar os pensamentos e vivências. Há enorme distância entre ler sobre o genocídio judeu e ler as memórias de quem viveu na pele, na cabeça e no coração as insanidades nazistas e, ainda assim, superou-se, sobrevivendo ou não, para contar.

Recordamos que os sobreviventes, ao retornarem às cidades onde nasceram, não recebiam crédito ao contarem sua experiência, pois os fatos que relatavam eram por demais absurdos e inconcebíveis. Da reação de incredulidade das pessoas, muitas vezes amigos íntimos e parentes, toma forma a questão: escrever ou não? Tornar-se-ia real a profecia feita por um soldado SS, citada em *Os afogados e os sobreviventes*?

Seja qual for o fim da guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhes dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos *Lager* [...]. (LEVI, 2004:09)

O teórico italiano Stefano Zampieri<sup>33</sup> propõe uma nomenclatura específica para a produção textual dos que testemunharam sobre a experiência do Holocausto: *Literatura do Lager* (2004:74)<sup>34</sup> ou narrativa do *Lager*. Isso porque, para Zampieri, “a literatura do *Lager* é um conjunto de espaços muito articulado”, tal qual “um arquipélago” delineado por limites bem definidos. Conforme o teórico, os limites são tão perceptíveis que ele convencionou três fases que caracterizam os testemunhos das vítimas.

33 ZAMPIERI, Stefano. Lager e letteratura. In: Atas do Seminário Figure della Memoria. Firenze, 8-15, jan. 2004. Publicadas por Edizioni Plus/Università di Pisa, dez. 2004, p. 73-81. Também disponível em: <http://rete.toscana.it.sett/lefp/publicazioni/allegati/edu05op.pdf>. Acesso em out. 2006.

34 O texto de Zampieri, juntamente com os demais papers apresentados no Seminário Figure della Memoria, se constituiu de uma preparação coletiva, tendo em vista uma viagem ao campo de extermínio de Majdanek, que representou a segunda etapa de uma primeira viagem de estudos realizada em 2002 para Auschwitz. Essas viagens de estudo junto a outras iniciativas de reflexão e de atualização dos temas históricos ligados ao Holocausto, e a alguns eventos que possuem valor constitutivo na história italiana e europeia do séc. XX, são promovidas e financiadas pelo Ministério da Educação da Itália para professores de todos os níveis de ensino e de todas as áreas de. (Cf. Paolo Benesperi, Assessor da Educação, Formação, Políticas do Trabalho e Concertação da Região Toscana/Itália, na Apresentação do Seminário Figure della Memoria, p. 7-8)

A primeira fase corresponde aos testemunhos dados logo após o fim da guerra, nos anos finais da década de 40, publicados por pequenos editores e direcionados a um reservado e acanhado grupo de leitores representados pelas pessoas de amigos e parentes das vítimas. A reação desses leitores já foi comentada anteriormente e ilustrada no sonho apreensivo de Levi, em contar a sua história e esta ser desprezada. Período histórico marcado pela reconstrução de cidades inteiras dizimadas durante o conflito, por pessoas preocupadas em se refazer de um momento decadente e de se manterem afastadas do conhecimento desse passado tão recente. Para os sobreviventes, resta o desconforto e o sentimento de culpa por terem escapado com vida da guerra, o que culmina numa “política do silêncio”. Zampieri menciona, como representantes da primeira fase, os conhecidos escritores: Primo Levi, Robert Antelme e David Rousset, entre outros.

A segunda fase, compreendida entre dez e quinze anos mais tarde, portanto, final da década de 50, quando a Europa consegue recuperar sua estabilidade e garantir seu crescimento econômico, vai se configurar como momento mais propício para a escuta dos sobreviventes. Zampieri (2004:76) comenta que o grande nome da narrativa do *Lager* nessa fase é Elie Wiesel, que escreve *A noite*, primeiramente em sua língua materna, o *yiddish*, porém de difícil alcance para os leitores. *A noite* precisará ser publicada em francês (ainda no ano de 1958) para que haja público leitor de sua obra e porque, para ele, o francês era língua da liberdade.

A prisão e julgamento de Adolf Eichmann, refletidos sob a perspectiva de Hannah Arendt no cap. I deste trabalho, são o marco para o início da terceira fase. Nos anos 60, é estabelecido “o novo papel do testemunho, uma nova dignidade das vítimas que são chamadas como protagonistas e cujas palavras agora têm valor, constituem um legítimo ato de acusação” (ZAMPIERI, 2004:77). A conhecida Guerra dos Seis Dias ou Terceira Guerra Árabe-israelense<sup>35</sup> (em junho de 1967) é, segundo Zampieri, evento histórico importante nesta fase porque mobiliza sobreviventes e demais pessoas a “repensar a *Shoah*”. Jorge Semprún é citado como o nome de peso nessa fase, com a publicação de *A grande viagem* (1963).

---

35 Cf. Larousse Cultural, 1999: 2864.

Temos ainda uma fase final, conforme Zampieri, nos anos 90, manifestando-se surpreendente, porque se somam sessenta anos de distância do Holocausto. Com novo fôlego, aos sessenta e cinco anos, Wiesel publica, em 1995, o primeiro volume de sua autobiografia, *All rivers run to sea*, (“Todos os rios levam ao mar”, obra ainda sem tradução para o português), que abarca os anos de 1928 a 1969. O segundo volume, *And the sea is never full*, cujo título quer dizer que “o mar das lembranças nunca se encherá”, foi publicado em 1999, resgatando a vida do escritor de 1969 em diante. Os sobreviventes, mesmo idosos, retomam a narrativa do *Lager* e da sua repercussão, confirmando a necessidade de dizer a experiência novamente e também de forma nova, até porque o público leitor é também outro.

Assim, da “intimidade da memória individual” se parte em busca e conquista de uma “*escritura ética*”, isto é, capaz de questionar os grandes valores existenciais do homem, suas escolhas e, de alguma forma, sua própria natureza humana (ZAMPIERI, 2004:79, grifo do autor).

Através da contribuição de Zampieri, percebemos que a escolha ou decisão de escrever ou não sobre a experiência do genocídio foi diferente na postura dos escritores. Por diferentes motivos, uns, impelidos pela lembrança recente, colocam-se imediatamente a escrever após a libertação. Temos, como vimos, o exemplo do escritor italiano Primo Levi, formado em química e deportado para Auschwitz, na Polônia, em 1944, que escreve sua emblemática obra *É isto um homem?* em 1947, no calor dos acontecimentos. Outros optam pelo silêncio e somente vêm a escrever décadas mais tarde. A escritora e sobrevivente Ruth Klüger, ao voltar para a Alemanha a trabalho, em novembro de 1988, é atropelada por um jovem alemão que, em disparada com sua bicicleta, a deixa impotente, caída na rua, e lembrando dos anos infames de repressão e humilhação na infância. Esse evento a perturba imensamente e ela decide redigir a sua autobiografia.

Há também aquelas obras contextualizadas em meio à perseguição nazista, revelando anseios e dúvidas em tempo real, trazendo à tona o dia-a-dia de quem não sabe se viverá mais um dia e se terá oportunidade de contar o que está vivenciando. São os diários das vítimas que, depois de vários anos da guerra, são divulgados para o conhecimento público. Apesar de ser extremamente perigoso se

fosse descoberta e denunciada aos nazistas, sujeita a penas severas, a jovem Janina Bauman tem clara consciência da importância de registrar em seu diário os acontecimentos que lhe causam indignação ou surpresa:

Sei que manter um diário significa assumir um grande e desnecessário risco – ele contém a afirmação, preto no branco, de tudo aquilo que estamos tentando esconder. Mas não quero que minhas experiências caiam no esquecimento, de modo que continuarei escrevendo, se não para a posteridade, ao menos para mim mesma. Agora vou enterrá-lo no fundo do catre e dormir em cima dele. (BAUMAN, 2005:206)

Escrever ou não? Além do risco de não ser “confiável”, existem outros dois impasses que imobilizam a ação: primeiro, a impossibilidade de a palavra revelar literalmente o que foi a tortura nazista nos guetos e no *Lager*, por falta de vocábulos apropriados para nomear o que não tem nome, para narrar tamanho estranhamento, espanto, horror, absurdo. Conforme explica o escritor romeno Elie Wiesel, enviado ainda adolescente para os campos de concentração de Auschwitz depois a Buchenwald, na obra *Palavras de estrangeiro*:

Nós todos sabíamos que nunca, nunca diríamos o que era preciso dizer, nunca exprimiríamos em palavras coerentes, inteligíveis, nossa experiência de loucura absoluta. A caminhada pela noite abrasadora, o silêncio antes e durante as seleções, a prece monótona dos condenados, o *Kaddish* dos moribundos, o medo e a fome dos doentes, a dor e a vergonha, os olhares alucinados, os olhos esgazeados: nunca saberia dizê-los. As palavras me pareciam gastas, bobas, inadequadas, maquiadas, anêmicas; eu as queria ardentes. (WIESEL, 1984:8)

Em segundo lugar, o outro entrave para a escrita refere-se à maneira mais conveniente de colocar no papel a experiência do *Lager*, qual modo, estrutura, estilo mais apropriado para conduzir a narrativa e fazer com que o leitor, que não teve a mesma vivência, possa entender, através da memória e relato do sobrevivente, o que aconteceu. O escritor sabe que sua tarefa será penosa, caso decida expor a sua história. O espanhol Jorge Semprún reflete sobre as escolhas que tem de fazer para escrever a respeito do que experimentou nos campos de concentração:

Há obstáculos de todo o tipo à escrita. Puramente literários, alguns. Pois não pretendo fazer um simples depoimento. Já de início, quero evitar, evitar-me a enumeração dos sofrimentos e dos horrores. Outros se aventurarão, de toda maneira... Por outro lado, sou incapaz, hoje, de imaginar uma estrutura romanesca na terceira pessoa. Não desejo sequer enveredar por esse caminho. Portanto, preciso de um “eu” da narração,

nutrido com a minha experiência, mas ultrapassando-a, capaz de nela inserir o imaginário, a ficção... Uma ficção que seria tão esclarecedora quanto a verdade, sem dúvida. (SEMPRÚN, 1995:163)

Escrever ou não? Os registros das memórias das vítimas podem significar para seus autores a possibilidade de reencontro com eles mesmos, percorrendo novamente os caminhos do passado. Ou tentativa de organização do caos que os acompanha desde sempre. Pode significar a direção para alguns, pode funcionar como recurso último de manter a vida para outros. Pode ser sinônimo de salvação ou de tortura pelo reviver constante das lembranças. As ressonâncias da escrita sobre o Holocausto apresentam grande variação para os seus narradores.

Apesar das diferenças (algumas complementares, outras incompatíveis), no entanto, em alguns pontos há consenso para a grande maioria dos escritores. Para o sobrevivente Elie Wiesel é premente escrever porque ele não fala apenas de si, mas especialmente dos mortos que povoam suas memórias e seu presente:

E uma criança. E um velho. E um mendigo. E um louco. Eles fazem parte de minha paisagem interior. A razão? Caçados, perseguidos pelos matadores, eu lhes ofereço refúgio. O inimigo queria uma sociedade sem eles? Arranjo-me para trazer alguns de volta. O mundo os renegava, os repudiava; pois bem, que eles vivam ao menos nos sonhos doentios de meus personagens. É para eles que escrevo. (WIESEL, 1984:13)

O entendimento de débito para com os mortos, o sentir-se compelido a emprestar-lhes a sua voz, dar-lhes espaço nas narrativas, tentar resgatar-lhes a trajetória pessoal interrompida antes que pudessem comunicá-la, garantir-lhes um corpo mais concreto do que o de pessoa fantasma e anônima é compartilhado em vários textos. Esse sentimento vem acompanhado de uma estranha sensação de dever algo (o quê?) para alguém (quem exatamente?) por ter sobrevivido (por que eu?). Nas considerações de Klüger:

Os sentimentos de culpa dos sobreviventes não giravam em torno do fato de que acreditássemos não ter direito à vida. Eu, pelo menos, nunca acreditei que deveria ter morrido porque outros haviam sido assassinados. Não tinha feito nada de mal, por que deveria pagar? O termo deveria ser sentimento de "dívida". Fica-se empenhado de maneira estranha, não se sabe a quem. A vontade é tirar dos algozes para dar aos mortos, e não se sabe como. A sensação é a de ser, ao mesmo tempo, credor e devedor, e se praticam ações compensatórias dando e exigindo, que não fazem sentido à luz da razão. (KLÜGER, 2005:165)

Escrever ou não? Persistente questão, ela continua figurando, peremptória. Alguns escritores, apesar de contarem suas histórias, recuperando o equilíbrio interior por alguns anos, sucumbem aos efeitos do Mal absoluto. A esses, a escrita foi incapaz de salvar. Utilizando-nos de palavras do poeta Paul Celan, que cometeu suicídio jogando-se nas águas do rio Sena: depois de “beber o leite-breu d’aurora”, de reconhecer que “a morte é uma mestra d’Alemanha”, de cavar “uma cova grande nas nuvens” a ser ocupada quando subir “aos ares como fumaça”, como resultado desse canto macabro do Holocausto só resta escolher a morte (CELAN apud GAGNEBIN).<sup>36</sup>

O escritor Semprún reserva em seu livro *A escrita ou a vida* um capítulo inteiro dedicado a Primo Levi, que se suicidou em 11 de abril de 1987, em sua casa. Semprún questiona-se sobre o porquê do escritor italiano ter conseguido esquivar-se da morte através da escrita durante tanto tempo e, quarenta anos depois da libertação, ter cedido ao desamparo radical. Numa reflexão muito sensível, Semprún produz as perguntas a si, lança-as para nós, leitores, e já as responde:

Por que quarenta anos depois, suas recordações deixaram de ser uma riqueza? Por que ele perdeu a paz que a escrita parecia ter lhe devolvido? O que ocorreu na sua memória, que cataclismo, naquele sábado? Por que lhe foi de repente impossível assumir a atrocidade de suas recordações? Uma última vez, sem recurso, sem remédio, a angústia se impusera, pura e simplesmente. Sem esquivar nem esperança possíveis. A angústia cujos sintomas ele descrevia nas últimas linhas de *A trégua*. (SEMPRÚN, 1995:244)

Escrever ou não? O próprio Semprún (1995) é um exemplo de sobrevivente e escritor que se desviou durante muitos anos da escrita, optando pelo “silêncio de sobrevivência” (p. 110), um calar-se quase absoluto, não fosse o seu “olhar alucinado, devastado” (p. 111) que denunciava sua agonia. Para poder aceitar-se de volta à vida, somente o “esquecimento poderia salvá-lo” (p. 160) e foi preciso renunciar a duas coisas que o afastavam dela: “a escrita, o prazer” (p. 111), durante muito tempo.

Dizer sim à escrita significaria para Semprún a “morte voluntária, deliberada” (p. 155) que seria capaz de desviá-lo da dor, fazendo-o livrar-se dela, evidência que o

<sup>36</sup> Artigo intitulado A (im)possibilidade da poesia. Dossiê Cult, 1999:50.

acometeu após um sonho que teve e do qual acordou não sabendo mais se estava em Paris ou novamente em Buchenwald. Deu-se conta de que “tudo recomeçaria enquanto estivesse vivo: assombração na vida” (p. 160). Precisava optar, solitariamente, “apesar dos desvios, das censuras voluntárias e involuntárias, da estratégia do esquecimento” (p. 225) entre tentar exorcizar a experiência do campo de concentração ou silenciar-se para sempre. Ao escolher escrever, Semprún arranca da memória, “fiapo por fiapo, frase por frase” (p. 190) suas lembranças, percebendo que “A felicidade da escrita, eu começava a saber, jamais apagava essa desgraça da memória. Muito pelo contrário: aguçava-a, escavava-a, reavivava-a” (p. 160). Sabe, porém, que é necessário “fabricar a vida com toda essa morte. E a melhor maneira de conseguir é a escrita” (p. 162).

Para Etty Hillesum, a escrita foi fundamental para mantê-la sóbria em meio a tantas situações de opressão, humilhação e pavor que presenciou: “As pessoas estão morrendo aqui neste exato momento por terem seus espíritos destruídos, porque não podem mais encontrar nenhuma significação na vida... e são pessoas jovens!” (1981:231). Para evitar fraquejar diante das várias faces da morte, ela acompanha, em toda a sua extensão, a dominação dos judeus e a convulsão que a guerra provoca naqueles escolhidos como suas vítimas, desde que inicia o estudo de Psicologia até ser assassinada no campo de concentração. Sua busca incessante da consciência profunda de si mesma, os amores e desencantos, a procura de entendimento da alma do outro, as sevícias da guerra, o testemunho da violência desmedida, tudo está registrado em seu diário, publicado a primeira vez trinta e oito anos após a sua morte.

Hillesum menciona em vários pontos do relato que a escrita lhe permite tecer sua “teia”, unindo sua vida à realidade, como “uma linha contínua” (p. 115), constituindo-se “um espaço inspirado” onde é possível dizer “as poucas grandes coisas que importam na vida” (p. 141). Escrever, nas horas mais inusitadas (como aponta no seu diário), sempre que foi possível fazê-lo, significou para Etty estar “em dia” consigo, procurando não “perder” o seu caminho (p. 32), pois a “vida é composta de histórias que esperam ser contadas por mim” (p. 55), como explica. “Sempre à cata de algumas palavras” (p. 65), procura suprir suas necessidades



internas (p. 125) e legar ao mundo, por meio do seu registro, o argumento de quem foi posto à margem da sociedade nacional-socialista:

E tenho que usar esta frágil caneta-tinteiro como se fosse um martelo, e minhas palavras serão outras tantas marteladas com as quais divulgar a história de nosso destino e um pedaço da História como ele é e como nunca foi antes. Não nesse totalitarismo, de uma forma maciçamente organizada, abrangendo toda a Europa. Mesmo assim, algumas pessoas deverão sobreviver pelo menos para serem cronistas desta era. Eu gostaria muito de ser uma delas. (HILLESUM, 1981:174)

Falando em nome de si, falando em nome dos seus, relatar as memórias da guerra, recuperar o passado e suas histórias, trazer à tona e à mostra essas experiências é tarefa extenuante, trabalhosa, exigente, como define a escritora polonesa Ida Fink:

A reconstrução desses dias é um trabalho árduo de exploração através dos territórios nebulosos da memória. A névoa define, se adensa, ora uma imagem clara, ora uma lacuna, a reconstrução desses dias é um duro esforço de arranjo de pedaços e fragmentos numa só continuidade e totalidade. É também, acima de tudo, um trabalho doloroso. (FINK, 1998:34)

Escrever ou não? Se o sobrevivente não escolhe fazê-lo por si mesmo, para confrontar as mais recônditas das suas lembranças, que o faça, então, para estabelecer liames com as memórias e o conhecimento dos leitores, para que possamos ter a oportunidade de contatar, ainda que tangencialmente, com as experiências limiares dos sobreviventes através dos seus testemunhos. Afinal, segundo Levi, a partilha de vivências e a comunicação só não são realizáveis quando houver alguma “incapacidade patológica”, do contrário elas são saudáveis e indispensáveis, posto que são próprias do homem:

Salvo casos de incapacidade patológica, pode e deve comunicar-se: é um modo útil e fácil de contribuir para a paz alheia e a própria, porque o silêncio a ausência de sinais, é por vez um sinal, mas ambíguo, e a ambigüidade gera inquietude e suspeição. [...] Recusar a comunicação é crime; para a comunicação, e especialmente para aquela sua forma altamente evoluída e nobre que é a linguagem, somos biologicamente e socialmente predispostos. (LEVI, 2004:78)

### **3.2 A noite ou o regresso sem fim**

Procuramos, nos capítulos iniciais do trabalho, apresentar as várias acepções que o Holocausto assumiu para sobreviventes e não-sobreviventes, com a elaboração teórica de diversos estudiosos do tema. Neste espaço do texto, abordamos preferencialmente, de uma gama de opções possíveis para a análise das repercussões do Holocausto, alguns aspectos sobre os quais nos parece relevante refletir a partir das falas das vítimas. Os itens estudados são, a saber: a impossibilidade de o sobrevivente esquecer o *Lager* e o sentimento que lhe restou em relação à Alemanha; a violência sem igual infligida aos prisioneiros, sua quebra da resistência nas mortes (da identidade religiosa, da força de vontade, do corpo) produzidas pelos nazistas, e a necessidade e urgência da ampla discussão sobre o Holocausto. Como ponto de partida, escolhemos um fragmento de *A noite*, do escritor Elie Wiesel:

Nunca me esquecerei daquela noite, a primeira noite de campo, que fez de minha vida uma noite longa e sete vezes aferrolhada. Nunca me esquecerei daquela fumaça.  
 Nunca me esquecerei dos rostos das crianças cujos corpos eu vi se transformarem em volutas sob um céu azul e mudo.  
 Nunca me esquecerei daquelas chamas que consumiram minha fé para sempre. Nunca me esquecerei daquele silêncio noturno que me privou por toda a eternidade do desejo de viver.  
 Nunca me esquecerei daqueles momentos que assassinaram meu Deus, minha alma e meus sonhos, que se tornaram deserto.  
 Nunca me esquecerei daquilo, mesmo que eu seja condenado a viver tanto tempo quanto o próprio Deus. Nunca. (WIESEL, 2006:42)

Assim como Wiesel, nascido em 1928, num lugarejo chamado Sighet, na Romênia, deportado em 1944 para os campos de concentração, quando contava dezesseis anos e libertado em 1945, nunca mais pôde livrar-se do que presenciou e experienciou enquanto prisioneiro, as outras vítimas da guerra e do sofrimento desmedido são categóricas em declarar que é impossível esquecer a *Shoah* pessoal, familiar, coletiva que o Holocausto representou. Incisiva a pergunta feita por Semprún em *A escrita ou a vida*: “Aliás, tínhamos realmente sobrevivido?” (1995:240).

O primeiro grande e irrevogável legado do Holocausto: nunca esquecer o *Lager* - fardo a ser carregado para todo o sempre pelo sobrevivente. Mesmo procurando adequar-se à “normalidade” da vida pós-guerra, as marcas da experiência traumática sobrevêm, nítidas e sensíveis, cada vez que algum fato no momento

presente alude, em maior ou menor grau, a um algo contido no passado do *Lager*: a fumaça de alguma chaminé num vilarejo perdido no mapa, a luz refletida na neve macia, algum nome pronunciado ao acaso ou um rosto percebido de perfil, como recorda Semprún: “Haveria sempre essa memória, essa solidão: essa neve em todos os sóis, essa fumaça em todas as primaveras” (1995:140).

Através do seu testemunho, o sobrevivente polonês naturalizado brasileiro, Aleksander Laks, vai ao encontro da declaração do escritor espanhol e endossa: “Não sei a respeito de datas, horários, nomes ou números. Não sei quanto tempo durou, quem eram as pessoas ou o número do meu uniforme. Isso não me importa. [...] Eu estava lá, eu estava lá, eu estava lá” (LAKS, 2005:166).

Muitos “estiveram lá” e não voltaram (ou regressaram silenciosos) para contar a sua experiência extrema de encontro com a humilhação, a dor, a aniquilação, com a face da morte. Segundo o posicionamento de vários sobreviventes, entre estes, Primo Levi, os que pereceram ou os “afogados” é que seriam as vítimas mais legítimas do Holocausto, porque vivenciaram o sacrifício até o seu âmago mais radical, que foi a experiência da morte. “Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; [...] são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria significado geral. Eles são a regra, nós, a exceção” (LEVI, 2004:72).

Porém, “ter estado lá”, ter conseguido voltar e procurar transmitir o que se viveu é extremamente difícil, pois, como vimos, aquele que volta está traumatizado, com a alma alquebrada. Completa e irreversivelmente marcado, como lembra Braunstein (op. cit.), além de o sobrevivente ter tido sua vida cindida entre o antes e o depois, esse que volta não pode ser o mesmo de outrora. Aquilo que ele foi está morto, e o que sobreviveu permanece em constante luto pelo “que ele nunca mais poderá voltar a ser”.

É o mesmo, continua Braunstein, que ser condenado a “viver entre duas mortes”, a primeira imposta pelo carrasco (o Outro), a segunda, aquela que se constitui evento inevitável da existência. A primeira morte, talvez, possa ser superada pelo testemunho que “viveria no lugar da testemunha”. Mesmo ressaltando

sua experiência ímpar, para o sobrevivente, seu “livro da vida se petrificou”, suas páginas vividas lhe são ilegíveis, irreconhecíveis, irrecuperáveis, insuficientemente expressivas.

Ter “estado lá”, vivenciado de muito perto ou pessoalmente o Holocausto, desde as primeiras manifestações anti-semitas acirradas até o extremismo dos campos de concentração, significa ter cicatrizes impossíveis de serem eliminadas. “Meus sentimentos nunca se recuperaram”, afirma a sobrevivente Lotte Paepcke, prima de Lilli Jahn, médica judia na Alemanha de Hitler que não escapou com vida à guerra (PAEPCKE apud DOERRY, 2004: 352).

Sentimentos de descrença, de incerteza, de incredulidade, de insegurança, de desconfiança, instalaram-se indelévels nas vítimas. Sentimentos que questionam a sua identidade enquanto judeus-alemães, cidadãos educados conforme os padrões assimilados da cultura germânica, enquanto trabalhadores incorporados no sistema de produção econômica, enquanto pessoas integrantes de vários círculos de amizade e de convívio. Os perseguidos demonstram a sua decepção em relação à pátria que os despreza, apesar de fazerem parte dessa comunidade.

Nas declarações de Victor Klemperer, professor de Filologia, intimidado durante o regime do nacional-socialismo, sobrevivente pela “proteção” que seu casamento com uma ariana pôde lhe assegurar: “Quanto a mim, jamais voltarei a ter confiança na Alemanha” (1999:16). E ainda: “Fantástica Idade Média: ‘Nós’ – judeus ameaçados. De fato, sinto mais vergonha do que medo, vergonha, pela Alemanha. Verdadeiramente, sempre me senti alemão” (p. 18). Em outro trecho de seu diário, o professor comenta, ironizando: “[...] O Ministério da Educação da Espanha ofereceu a Einstein um cargo de professor titular numa universidade espanhola, ele aceitou. Esta é a piada mais curiosa da história da humanidade. A Alemanha realiza *limpieza de la sangre* – a Espanha convida o judeu alemão” (p. 23, grifo do autor).

Junta-se ao desabafo de Klemperer, a observação de Klüger ao referir-se à sua cidade natal, após a experiência da perseguição e prisão em Theresienstadt, Auschwitz – Birkenau e, por fim, Christianstadt, quando ainda menina:

Viena é uma cidade cosmopolita, cada um tem sua própria imagem de Viena. Para mim, a cidade não é estranha nem familiar, o que por sua vez significa que ela é ambas as coisas para mim, portanto, familiarmente estranha ou estranhamente familiar. Viena era, sobretudo, triste, e inimiga das crianças. Inimiga até o âmago, das crianças judias. (KLÜGER, 2005:63).

O escritor Elie Wiesel retorna a Buchenwald, em 1979, no papel de sobrevivente e integrante da Comissão Presidencial sobre o Holocausto e conta, no livro *Palavras de estrangeiro* (1984), suas impressões sobre o local onde fora prisioneiro durante vários meses. Nessa visita, outras vezes adiada para “um dia...” (p. 17), dá-se conta da beleza da paisagem em torno do antigo campo de concentração, pergunta-se sobre a escolha de cenário tão belo para as atrocidades perpetradas. Seria “acaso da natureza ou cálculo dos algozes?” (p. 15).

Constata que esse esplendor da natureza havia lhe passado despercebido, pois “trinta e cinco anos atrás” via somente “os arames farpados”, num mundo sem céu que acabava ali mesmo. E explica: “Dante nada compreendeu. O inferno se insere num cenário cujo esplendor sereno nos tira o fôlego” (p. 15). Voltar ao campo de concentração de Buchenwald, numa aldeia da Alemanha, lugar em que viu sua família e amigos perecerem, resulta numa situação perturbadora e dolorosa: “[...] é natural que um judeu se sinta deslocado hoje, nesse país. Ele procura seus irmãos e não os encontra, não os encontra nem mesmo entre os mortos” (p. 18).

As proporções adquiridas pelo Holocausto empreendido na Alemanha hitlerista foram notáveis. Não menos surpreendentes foram as demonstrações, tão bem programadas e aprimoradas, daquilo que Primo Levi chamou de “violência inútil”, em *Os afogados e os sobreviventes* (2004). O sobrevivente italiano dedica todo um capítulo para refletir sobre a violência infligida sem outro propósito maior que o de suscitar a dor e a humilhação das vítimas (p. 91). Enumera e questiona-se sobre o porquê dos encaminhamentos feitos pelos nazistas, além da “crueldade gratuita” (p. 93) evidente nessas ações: os transportes para os campos abarrotados de pessoas, o pudor violado, as privações de todo tipo, as exaustivas chamadas na praça de contagem, a arrumação sádica das camas, a tatuagem de identificação, o tratamento atroz dado aos moribundos, o trabalho escravista, as experiências médicas praticadas com humanos.

Destacamos a “violência inútil” como sendo um segundo aspecto que marca as vítimas na sua tentativa de compreender o Holocausto. Levi inicia suas colocações chamando a atenção do leitor para as condições insanas da “viagem”, cuja preparação era feita aos tropeços pelos deportados que, com vaga idéia do que os aguardava, separavam para a bagagem os itens listados pelos alemães (como jóias, peles, ouro, moedas fortes...) e deixavam, ironicamente, o indispensável e primariamente necessário (como um recipiente para os excrementos, provisões para vários dias de viagem, água...). O suplício iniciava já no transporte: em trens de carga para animais, os deportados eram amontoados em número muito superior à capacidade da lotação. Vários prisioneiros enlouqueciam, adoeciam e morriam por falta de ar, de comida, de movimento, “e muitas vezes, entre os viajantes, existem velhos, doentes, crianças, mulheres em período de aleitamento...” (LEVI, 2004:94).

O fato degradante de não ter local apropriado no trem para aliviar suas necessidades fisiológicas foi, segundo o escritor italiano, um “prólogo” ou uma amostra do que estava por vir no campo de concentração. “Não era fácil nem indolor habituar-se à enorme latrina coletiva, ao limite de tempo estrito e obrigatório, à presença, à sua frente, do aspirante à sucessão; em pé, às vezes suplicante, outras vezes prepotente” (id., ibid.). Todavia, conforme Levi, o melhor seria acostumar-se rapidamente ao esquema, ou o sofrimento seria ainda maior, constatando que “a transformação de seres humanos em animais já estava a meio caminho” (p. 97). A esse processo de animalização inclui-se a humilhação de continuamente ser obrigado a ficar nu, “privado não só das roupas e dos sapatos [...], mas dos cabelos e de outros pêlos” (p. 98) e a falta básica de uma colher, com a qual pudesse tomar a sopa diária sem assemelhar-se aos cães.

Também os momentos intermináveis à espera da finalização das rotineiras chamadas dos prisioneiros, em alguns campos de concentração com a presença, inclusive, dos cadáveres agrupados para a contagem, são apontados por Levi como de “redundância inútil” (p. 98) e exemplo de ações ofensivas com objetivo de vexar os internos do *Lager*. A chamada acontecia ao ar livre, com ou sem chuva, com ou sem neve, invariavelmente. Constituíam-se numa espécie de tortura que “provocava alguns colapsos ou algumas mortes” (p. 100), já que poderia se estender durante

horas, caso persistisse qualquer dúvida quanto ao número de detentos ou diante da suspeita de alguma evasão.

Antes de saírem para as jornadas de trabalho, os prisioneiros eram obrigados a “arrumar a sua cama”: esticar, com precisão milimétrica, o emaranhado do colchão “que não tinha nenhuma consistência e, de noite, sob o peso do corpo, achatava-se imediatamente até as tábuas que o sustentavam” (p. 102). Caso houvesse negligência na organização da cama, o prisioneiro era severamente punido.

Segundo Levi, a tatuagem foi invenção de Auschwitz e era feita por “escreventes” (p. 102) especializados, ágeis e rápidos. Classificada por Levi como exemplo de violência inútil devido à gratuidade cruel e à motivação pela pura ofensa, ele analisa o valor simbólico que a tatuagem carrega e que proclama aos prisioneiros: “este é um sinal indelével, daqui não sairão mais; esta é a marca que se imprime nos escravos e nos animais destinados ao matadouro, e vocês se tornaram isso. Vocês não têm mais nome: este é o seu nome” (p. 103).

Levi menciona, na sua lista, a desconsideração e violência inútil para com os doentes, para com os velhos e, especialmente, no tratamento dispensado aos moribundos: “Por que se meteram a arrastá-los até os trens, para levá-los a morrer longe, após uma viagem insensata, na Polônia, no limiar das câmaras de gás?” (p. 103), deduzindo que o raciocínio dos nazistas era de que: “O ‘inimigo’ não devia apenas morrer, mas morrer no tormento”. Junte-se a essa postura dos alemães: o trabalho “afetivo”, sem finalidade em si, a exemplo do trabalho dos “animais de carga, puxar, empurrar, levar peso, vergar sobre a terra” (p. 104); e as experiências metodicamente bárbaras feitas com cobaias humanas nos campos de concentração, no entendimento de Levi, atestando o “corpo humano como um objeto, uma coisa de ninguém, da qual se podia dispor de modo arbitrário” (p. 106).

A disposição irrestrita aos propósitos dos nazistas, psicológica e fisicamente por parte das vítimas, é confirmada na trajetória da judia alemã Lilli Jahn que, ao ser abandonada pelo marido alemão, é separada arbitrariamente de seus cinco filhos (que ficam praticamente órfãos, já que o pai constitui nova família “ariana”) é levada ao campo de trabalhos forçados de Breitenau e depois a Auschwitz, onde é

assassinada nas câmaras de gás na primavera de 1944. Seu neto, Martin Doerry, é quem organiza as cartas da avó, da mãe dele e dos seus tios, trocadas entre eles durante o período que vai de 1943 até 1944, e explica sobre a falta de motivo convincente e legal para a prisão de Lilli e para a sua manutenção em Breitenau:

Se os nazistas tivessem sido coerentes na implementação de sua desumana política penal, Lilli teria sido libertada quatro semanas depois de sua detenção. Uma contravenção à regulamentação policial implementada em 17 de agosto de 1938 dificilmente teria garantido uma pena longa. No entanto, à medida que a guerra avançava, o sistema penal perdia seu verniz de legalidade. Discernia-se apenas um objetivo principal: o extermínio dos judeus. Lilli acabou passando quase sete meses presa em Breitenau, sem nenhuma explicação oficial. (DOERRY, 2004:337)

As atrocidades nazistas têm a óbvia intenção de instalar a confusão, a desorientação, a violação dos direitos mais básicos das pessoas, disseminar o terror, destruir as resistências das vítimas, reduzindo-as à categoria de objeto, antes de eliminá-las. Algumas sucumbem à morte, lentamente, seja à morte da sua fé (descrença em Deus), à morte da esperança (para os “muçulmanos”<sup>37</sup> presentes nos campos de concentração), à morte física (o extermínio).

A perda da crença em Deus, em Sua infinita bondade, constante orientação e presença divina em todas as coisas e em todas as pessoas, marcou para sempre o jovem Wiesel que, encarcerado em Birkenau, vê seu Deus ser morto no enforcamento de uma criança, “de rosto fino e belo, inimaginável naquele campo” (2006:71), castigada pelos nazistas. Todos os detentos foram obrigados a desfilar e contemplar o morto. Wiesel transcreve, em *A noite*, uma breve conversa que teve com outro prisioneiro:

Atrás de mim, ouvi o mesmo homem perguntar:  
 -E então, onde está Deus?  
 E senti em mim uma voz que lhe respondia:  
 -Onde Ele está? Ei-Lo – está aqui, nesta força.  
 Naquela noite, a sopa tinha gosto de cadáver. (WIESEL, 2006:72)

---

<sup>37</sup> Mencionado em várias narrativas de sobreviventes, o termo “muçulmano” refere-se, grosso modo, aos que sucumbiram psicologicamente às atrocidades nazistas, antes mesmo de perecerem fisicamente. O termo deriva de *Musselmanner* (do polonês *Moslems*) e se tornou palavra de gíria nos *Lagers* significando pessoas próximas da morte pela fome e pelas privações sofridas.



Depois desse episódio, Wiesel comenta que não teve mais vontade de rezar, assegurando que seu credo mais íntimo - os ensinamentos da fé em um Deus de Amor - que aprendera na doutrina junto à família num passado já longínquo da infância, fora assassinado junto com aquele menino de rosto angelical.

Além da morte da fé, a situação extrema do *Lager* levou muitas pessoas à morte da esperança de que aquela realidade pudesse reverter e melhorar, de que houvesse possibilidade, mesmo que remota, de serem libertas do campo, de reencontrarem fora dele os familiares, os companheiros feitos ali, comida, água, oportunidade para recomeçar. Essa atitude de descrença total e irremediável, sem perspectivas de qualquer tipo de solução para o contexto do *Lager*, fez com que muitos prisioneiros estivessem psicologicamente mortos antes do perecimento total do corpo, andando e trabalhando como autômatos, ainda tomando a rala sopa, raramente falando, locomovendo-se com imensa dificuldade pelo espaço do campo. Eram verdadeiros “mortos vivos”, indiferentes à circunstância, esperando, alheios, entregues, à morte física que fatalmente viria.

A esses, impregnados da morte na mente e na força de vontade de continuar resistindo, deu-se o nome de “muçulmanos”. Segundo Levi, na obra *É isto um homem?*:

[...] são eles, os “muçulmanos”, os submersos, são eles a força do Campo: a multidão anônima, continuamente renovada e sempre igual, dos não-homens que marcham e se esforçam em silêncio; já se apagou neles a centelha divina, já estão tão vazios, que nem podem realmente sofrer. Hesita-se em chamá-los vivos; hesita-se em chamar “morte” à sua morte, que eles já nem temem, porque estão esgotados demais para poder compreendê-la. (LEVI, 1988:91)

O sobrevivente espanhol Semprún relata que sempre tentou preocupar-se consigo, nos meios de manter da melhor forma possível a sua saúde e os cuidados com a higiene (acordar e sair correndo para as latrinas coletivas antes de os outros prisioneiros chegarem no local, lavar-se rapidamente, já que o tempo reservado para isso era controlado), pois “o desinteresse, a falta de amor próprio, de uma certa idéia de si, era o primeiro passo no caminho do abandono” (2005:131). O primeiro passo para tornar-se um “muçulmano” entre tantos outros. O escritor ressalta que há uma

marca que evidencia quando um companheiro de bloco ou de beliche está prestes a se entregar ao vazio da espera da sua morte: o olhar. Semprún, em *O morto certo*, escreve:

É pelo olhar que percebemos a mudança súbita, o dilaceramento, quando a aflição atinge um ponto de não-retorno. Pelo olhar subitamente apagado, átono, diferente. Quando o olhar já não é a prova, até mesmo dolorosa, angustiada, de uma presença; quando não passa de um sinal de ausência de si mesmo e do mundo. Então, compreende-se, efetivamente, que o homem está soltando a presa, perdendo o pé, como se não tivesse mais sentido se obstinar em viver; então, apreende-se na ausência a que se resume o olhar que talvez tenhamos conhecido vivo, curioso, indignado, risonho, compreendemos que o homem, desconhecido, anônimo ou camarada, cuja história pessoal conhecemos, está sucumbindo à vertigem do nada, ao fascínio petrificante da Medusa. (SEMPRÚN, 2005:123)

Como ignorar e esquecer o que os sobrepujados foram obrigados a experimentar? De que forma extirpar o Holocausto e suas conseqüências imediatas e retardatárias das vidas e da perspectiva de futuro das vítimas? Decididamente, não é possível agir de maneira indiferente, nem os sobreviventes, nem as demais pessoas que se propõem a aprofundar o conhecimento do Holocausto. No esclarecimento de Klüger: é necessário suscitar “a discussão, a argumentação, o confronto” (2005:129) e não ceder fria e cinicamente à descrença, à apatia, à indiferença, porque “quem quer se aproximar do que aconteceu, com a mente e o coração, necessita de interpretação dos fatos. Os fatos por si só não bastam” (p. 116).

Considerando a fala de Levi (2004) “é natural e óbvio que o material mais consistente para a reconstrução da verdade sobre os campos seja constituído pelas memórias dos sobreviventes”, que devem ser conhecidas por todos, lidas “com olho crítico” (p. 13), a despeito da emoção que despertam. Até porque, o fato se distancia das novas gerações pela passagem do tempo, fazendo com que seja facilmente deturpado e mal-entendido, se não for resgatado com responsabilidade e profundidade pelos historiadores (p. 134). Comentando sobre a sugestão de “plano infalível” dado por um jovem interlocutor que assistiu a uma palestra do escritor, sobre como ele deveria proceder para fugir do campo de concentração, caso o aprisionamento acontecesse novamente, Levi sustenta :

[...] o episódio ilustra bem a discrepância que existe, e que se amplia de ano para ano, entre as coisas como eram “lá embaixo” e as coisas como são representadas pela imaginação corrente, alimentada por livros e mitos aproximativos. Essa imaginação, fatalmente, desliza para a simplificação e o estereótipo; gostaria de levantar aqui uma barreira contra essa derivação. Mas, ao mesmo tempo, gostaria de recordar que não se trata de um fenômeno restrito à percepção do passado próximo nem das tragédias históricas: é muito mais geral, faz parte de uma nossa dificuldade ou incapacidade para perceber as experiências alheias, o que é tão mais pronunciado quanto mais nossas experiências são distantes das nossas no tempo, no espaço ou na qualidade. (LEVI, 2004:134).

### **3.3 Pontos de contato e distanciamentos nas escrituras de homens e mulheres vítimas do Holocausto**

Cronologicamente, sabemos que a intimidação e perseguição nazista às vítimas iniciaram, com apoio e incentivo governamental, em 30 de janeiro de 1933, quando Adolf Hitler é nomeado chanceler do Reich. Em março do mesmo ano, é anunciada a instalação do primeiro campo de concentração destinado aos opositores políticos do regime, na localidade de Dachau. Entre várias sanções e proibições aos judeus, em 15 de setembro de 1935 são proclamadas as Leis de Nuremberg, legalizando, em especial, o casamento e as relações sexuais entre judeus e não-judeus. Em seguida, instalação e isolamento nos guetos e, em 1940, é construído o campo de concentração de Auschwitz, onde, um ano após a sua edificação, será efetivado, pela primeira vez, o assassinato de prisioneiros utilizando-se o mortal gás Zyklon B<sup>38</sup>. Até a capitulação da Alemanha e a libertação dos últimos sobreviventes das marchas da morte e dos campos de extermínio, em maio de 1945, totalizam-se doze anos marcados pela intolerância, pela perseguição e morte.

Em mais de uma década de duração, período marcado por diversas fases e momentos, novas vítimas, de idade, sexo, classe social, formação cultural e profissional diferentes, recrutadas em lugares díspares da Europa, vão sendo submetidas a novas situações da guerra, resultando, obviamente, em testemunhos também marcados por essas diferenças, por tempos e espaços variáveis. É

---

<sup>38</sup> Ácido prússico fabricado por uma indústria química especializada no combate de vermes. Antes usava-se o monóxido de carbono, cujo efeito letal era muito mais demorado. (Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Holocausto: crime contra a humanidade, 2005:56).

importante termos em mente, ao estudarmos os testemunhos produzidos pelas vítimas do Holocausto, as variantes que os acompanham e os determinam nas suas caracterizações.

Tanto Ruth Klüger quanto Primo Levi apontam a necessidade de reconhecer que o entendimento construído acerca do *Lager* é diferente de pessoa para pessoa, de relato para relato. Klüger pondera que Levi, ao chegar no campo de concentração, tinha “a autoconfiança de um europeu adulto, sólido, arraigado espiritualmente no racionalismo e fixado geograficamente em sua pátria italiana”. Ao contrário dela mesma, que vai para Birkenau com doze anos de idade: “Para uma criança era diferente, pois nos poucos anos em que pude existir como pessoa consciente, fui sendo privada gradualmente do direito à vida, de maneira que Birkenau para mim não carecia de uma certa lógica” (KLÜGER, 2005:103).

Levi, por sua vez, declara, no prefácio de *É isto um homem*, que, quando é transportado para o *Lager*, que a situação ali se mostra sensivelmente mudada em relação a anos anteriores:

Por minha sorte, fui deportado para Auschwitz só em 1944, depois que o governo alemão, em vista da crescente escassez de mão-de-obra, resolveu prolongar a vida média dos prisioneiros a serem eliminados, concedendo sensíveis melhoras em seu nível de vida e suspendendo temporariamente as matanças arbitrárias. (LEVI, 1988:7).

É ainda a autora de *Paisagens da memória* que esclarece o imperativo de contrapor informações dos diversos relatos para se obter um conhecimento mais detalhado e rico sobre o que foi e significou o Holocausto para as vítimas e para a Humanidade: “[...] se não fazemos comparações, não surgem idéias e tudo cai no ponto morto das frases feitas, como na maioria dos discursos laudatórios”, estabelecendo-se, assim, “pontes” entre a experiência daquelas pessoas e a dos leitores. Como elucida Klüger em seguida: “No entanto, se não houver ponte alguma entre minhas lembranças e as suas, por que, afinal de contas, escrevo isto?” (KLÜGER, 2005:101).

Cada relato é, concomitantemente, pessoal e coletivo. Pessoal e íntimo porque parte da visão individual da experiência, carregada de vivências próprias que

caracterizam cada um como é. Coletivo porque, no caso da *Shoah*, não se trata apenas de uma criatura, mas de milhares de pessoas com um destino semelhante ou comum, pois pertencentes ao mesmo grupo étnico ou à mesma condição de indesejados. Entendido como produto de nossa História e de nossa humanidade, o relato do Holocausto é também coletivo porque se constitui como herança histórico-cultural para as gerações por vir.

Tendo presentes essas considerações introdutórias, esclarecemos que, neste bloco, procuramos atentar para alguns aspectos específicos definitivos nos testemunhos, como, por exemplo: o que foi comum à grande maioria das vítimas e pode ser apreendido de seus escritos; que diferenciação pode ser estabelecida entre o tratamento dado a mulheres e homens nos campos; como foram situadas as relações familiares e de afeto na prisão; que valor pode ser atribuído à linguagem num contexto concentracionário. Explicamos que, como vários aspectos são passíveis de análise, os itens que abordamos são todos limitados ao espaço do campo de concentração, em língua alemã, o *Lager*. Por que dar um enfoque especial à vida no Campo? Respondemos a esta pergunta com a argumentação de Primo Levi:

Estamos convencidos de que nenhuma experiência humana é vazia de conteúdo, de que todas merecem ser analisadas; de que se podem extrair valores fundamentais (ainda que nem sempre positivos) desse mundo particular que estamos descrevendo. Desejaríamos chamar a atenção sobre o fato de que o Campo foi também (e marcadamente) uma notável experiência biológica e social. (LEVI, 1988:88)

*Lager*, vocábulo alemão que abarca, como podemos conferir a seguir, várias significações no sentido “puro” do dicionário: “jazigo; cama, leito; cova; armazém; depósito; abastecedouro; sortido; sortimento; estoque; caixa; mancal; chumaceira; acampamento; campo; arraial...”.<sup>39</sup>

Em língua portuguesa, como correspondente, chamamos o *Lager* de campo de concentração, campo da morte ou de matança, campo de extermínio, campo de triagem. De fato, as denominações são diferentes, pois, segundo estudos de vários

---

<sup>39</sup> Cf. definição do dicionário Langescheidts Taschenwörterbuch Portugiesisch, 2000:907.

pesquisadores, elas classificam de forma mais específica o campo, dependendo da função exercida no lugar. Assim, alguns eram utilizados com o objetivo de trânsito de prisioneiros no aguardo do transporte para os campos de extermínio, onde encontrariam a morte. Noutros, cujo objetivo era manter o trabalho escravo, os prisioneiros encontrariam uma rotina extenuante de atividades forçadas.

Conforme a professora do Departamento de História e dos programas de Pós-Graduação em História Social e Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas da Universidade de São Paulo, Doutora Maria Luiza Tucci Carneiro (2005): “Uma verdadeira *rede de campos* espalhou-se por toda a Europa ocupada pelos nazistas durante o período do *III Reich*”. Ela esclarece que é difícil classificá-los em categorias, porque a morte estava presente em todos eles, devido às péssimas condições de vida, incluindo castigos corporais, fome constante, instalações sanitárias precárias, contato com epidemias, etc. Porém, sugere que “quanto à terminologia podemos nos referir a *campos de concentração, campos de trabalho e campos de extermínio*”. Acrescenta logo após que outros campos foram construídos ao longo dos anos de domínio pelos nazistas, variando a denominação conforme a especificidade de cada um: “*campos de trânsito, campos para prisioneiros de guerra, campos para prisioneiros civis, campos para poloneses, campos penais*” (p. 45, grifos da autora).

Carneiro prossegue sua explanação sobre os campos, clareando a idéia de que, inicialmente, eles serviram para intimidar diretamente os judeus e fazer com que deixassem a Alemanha, facilitando o confisco dos seus bens pelo Estado. Coloca que os campos com a função de explorar o trabalho dos prisioneiros intensificaram seu funcionamento após 1942, durante o conflito mundial. Carneiro especifica o propósito do campo de Ravensbrück<sup>40</sup>, destinado às mulheres, “que chegou a abrigar cerca de 21.000 internas” (2005:46). A historiadora descreve ainda a existência de “campos modelos”, organizados a fim de impressionar as autoridades internacionais pela eficiência, capricho, funcionalidade que demonstravam, como no caso do campo de concentração de Terezín:

---

40 Criado em 1939, próximo a Berlim, o campo nazista era destinado a mulheres, onde “115.000 deportadas, de vários países estiveram presas antes de irem trabalhar como escravas, ou antes de serem exterminadas” (cf. Larousse Cultural, 1999:4925).

Terezén funcionou como um campo de concentração “modelo” para fins de propaganda e demonstração a comissões internacionais, dentre as quais a Cruz Vermelha. Ali os nazistas criaram um gueto habitado por artistas e intelectuais judeus, que eram apresentados às autoridades forjando a verdadeira realidade anti-semita. (CARNEIRO, 2005:46).

O sobrevivente Jorge Semprún, ao comentar que lia sempre que possível no campo de Buchenwald, esclarece que lá era mantida uma biblioteca, pois os nazistas tencionavam fazer com que o local tivesse cunho de reeducação dos prisioneiros (dos militantes e dos antifascistas), sendo que uma considerável coleção de livros era mantida ali, inclusive inúmeros exemplares de *Mein Kampf*<sup>41</sup>, de Adolf Hitler. “Mas o objetivo de reeducação dos adversários políticos do regime nazista foi logo abandonado. O campo tornou-se o que não deixou mais de ser: um campo punitivo, de extermínio pelo trabalho forçado. Extermínio indireto, se preferir, na medida em que não havia câmaras de gás em Buchenwald”, pondera Semprún em *O morto certo* (2005:69).

O escritor espanhol é um dos sobreviventes que chama a atenção do leitor para a existência de diferenças visíveis entre os campos, porém, é o mesmo que aponta para a estrutura básica que havia em comum entre eles. Em palavras suas, a partir da reflexão que faz comparando dois campos, em específico, Buchenwald e Mauthausen:

Por certo, entre Buchenwald e Mauthausen houve diferenças: em cada um dos campos nazistas a vida dos deportados foi submetida a circunstâncias específicas. O essencial do sistema, porém, era idêntico. A organização dos dias, o ritmo do trabalho, a fome, a falta de sono, as humilhações eternas, o sadismo dos SS, a loucura dos velhos detidos, as lutas de faca para controlar parcelas do poder interno: o essencial era idêntico. (SEMPRÚN, 1995:234)

Semprún principia sua fala, transcrita acima, declarando que há, primeiramente, diferenças nos campos e, depois, que inegavelmente há semelhanças. Em nossa explanação, faremos um movimento contrário ao da citação, pois, num primeiro momento, queremos ilustrar aquilo que se repete nos locais de aprisionamento, para, numa segunda abordagem, ressaltar o que diferenciava um de outro.

---

41 A obra foi idealizada em 1924, durante o confinamento de Hitler. É considerada como fonte de informações acerca das idéias que sustentaram o nacional-socialismo. Título em português: Minha luta.

Iniciamos pela chegada dos deportados nos campos. Os testemunhos, com pequenas variações que não interferem de forma significativa na compreensão do relato, na maioria das vezes começam por descrever a viagem de trem e a chegada nos campos de concentração. Chegada acompanhada pela abertura tão esperada das portas do trem, seguida pela recepção de gritos em alemão e do latido de cães ferozes. Muitas vezes, à noite, a chegada seria iluminada com potentes holofotes que ofuscavam a visão e confundiam os novatos que, desorientados, perdiam-se de seus familiares que eram coagidos a seguir em direções diferentes.

A historiadora Anette Wieviorka, em *Auschwitz explicado à minha filha* (2000), resgata informações sobre a chegada de Berthe, amiga sua e deportada para o campo de Auschwitz com 16 anos, de quem recolheu o testemunho, e explica a Mathilda, sua filha, e a nós:

Como tinha vivido [Berthe] na Alemanha, país que deixara aos dez anos, em 1933, depois que Adolf Hitler chegara ao poder, entendeu o que diziam os gritos: mandavam que se apressassem, que abandonassem suas malas e pacotes na plataforma onde se agitavam homens de uma magreza inacreditável, de cabeça raspada e vestidos com roupas listradas como pijamas. Os alemães já haviam anunciado que os que estivessem cansados podiam ir para o campo de caminhão, e separaram os que tinham chegado em dois grupos. Os mais cansados, os mais idosos, as crianças, as mulheres com gravidez adiantada foram colocados nos caminhões. Os outros, entre eles Berthe, partiram a pé. Depois, homens e mulheres foram também separados. Cada um em seu campo. No caso de Berthe, foi o campo de mulheres de Birkenau, a três quilômetros do campo principal de Auschwitz, ao qual era ligado. (WIEVIORKA, 2000:11-12)

Wieviorka continua falando com base no relato da amiga sobrevivente: conta que as mulheres eram obrigadas a se despir, apesar do grande constrangimento. Eram revistadas, inclusive em partes íntimas do corpo e depois passavam por duchas desinfetantes e tinham os pêlos raspados. Recebiam verdadeiros trapos para vestirem e eram encaminhadas aos blocos.

O escritor italiano, Primo Levi, dedica, em seu primeiro livro *É isto um homem*, um capítulo chamado sugestivamente de “Iniciação”, aos primeiros dias de campo, marcados essencialmente pelo espanto, pela fome, pela confusão com as diferentes línguas, pelas perguntas sem resposta. Depois de “caprichosas mudanças de Bloco



a Bloco”, enfim, instalaram-no naquele de número 30. É noite e ele não consegue dormir, tamanha perturbação o acompanha, pensa na sopa do dia seguinte e em como irá tomá-la, já que não dispõe de colher ou de qualquer outro utensílio. Questiona. Os companheiros exaustos mandam que cale a boca. Na “torre de Babel”, deu para entender a ordem. Dorme um sono tenso. Acorda quando “o bloco inteiro estremece”, enquanto os prisioneiros mais experientes se levantam de um salto, sacodem os cobertores fétidos, vestem-se e saem em disparada para as latrinas de cheiro nauseante e lavatórios de água não-potável. Toda a pressa “porque dentro de cinco minutos começa a distribuição do pão”, na verdade, um “sagrado tijolinho cinzento” (LEVI, 1988:36-40).

Após o café, sob o sol ou abaixo de neve, chamada para a contagem dos prisioneiros. Depois, em fileiras organizadas, seguem para os locais de trabalho. Semprún enfatiza que “as corvéias eram muitas, sempre duras, às vezes, insuportáveis. Inúteis, além de tudo” (2005:43). Campanhas de trabalho realizadas nas pedreiras, nos jardins no próprio campo, para a manutenção do *Lager*, nas costuras de roupas dos soldados SS, na cozinha para o preparo das refeições. Trabalho forçado e exaustivo no geral, depois de um dia todo, os prisioneiros retornavam à noite para os barracões, aguardando a sopa rala, antes de desfalecer por algumas horas, até o toque de despertar na próxima manhã. Jorge Semprún sintetiza, em *O morto certo*, o que era a rotina diária de um prisioneiro, desde o café da manhã até o final dos trabalhos:

Pela manhã, às quatro e meia, antes da chamada e da reunião dos comandos de trabalho, o *Stubendienst*, o serviço dos alojamentos, primeiro escalão da administração interna feita pelos próprios presos, distribui um copo com uma bebida quente e escura que chamamos de café, para ser breve e entendido por todos.

Ganhamos, ao mesmo tempo, a ração de pão e margarina do dia, à qual se acrescenta, de modo irregular, uma fatia de uma espécie de salsicha, de consistência estranhamente esponjosa, claro, mas prodigiosamente apetitosa: dá água na boca nessas manhãs.

Depois de um dia de trabalho, a chamada noturna e a volta aos barracões, o *Stubendienst* distribui a ração de sopa [...].

Cada um dispõe como quer de sua ração diária.

Alguns a devoram imediatamente. Às vezes, até mesmo em pé, quando não há mais lugar nas mesas dos refeitórios. Não terão mais nada para comer até a sopa da noite. Doze horas de trabalho forçado, mais duas horas, em média, de chamada e de transporte.

Seriam quatorze horas com a barriga vazia. (SEMPRÚN, 2005:22)

Temos, nas descrições de Levi e Semprún, caracterizações representativas do campo de concentração nos aspectos referentes à organização dos dias, dos trabalhos, das precárias condições de alimentação e higiene, à falta de sono. Lembramos ainda das inúmeras atrocidades cometidas nos campos, o que aumentava o clima tenso entre os prisioneiros e soldados: os espancamentos, os enforcamentos públicos, as temidas seleções sob inspeção médica. Atos violentos e desumanos presentes em todos os campos, ilustramos especialmente as seleções, no testemunho da sobrevivente Hertha Spier, em biografia intitulada *A Sobrevivente A21646*, escrita por Tailor Diniz, sobre como ela e a irmã escaparam à inspeção de Josef Menguele<sup>42</sup>, na seleção de chegada a Auschwitz:

Hertha e Gisi<sup>43</sup> mantiveram o ritmo da caminhada, acompanhando o fluxo rumo ao portão de entrada. Viriam a saber, mais tarde, que ali funcionavam câmaras de gás e fornos crematórios. A seleção dos que deviam morrer ou não era feita por um jovem médico chamado Josef Menguele, então com 32 anos de idade, conhecido como “anjo da morte”. Durante um ano e meio, Menguele realizou em Auschwitz o que ele próprio chamava de “experiências médicas”, utilizando para isso milhares de prisioneiros, a maioria judeus e ciganos. Cabia a ele a decisão de quem iria morrer ou não, era ele quem gritava “Esquerda!”, “Direita!”, após examinar rapidamente o aspecto físico dos seus prisioneiros. (DINIZ, 2002:126).

Descritos como momentos carregados de tensão e expectativa, sofrimento e medo, as seleções marcaram profundamente as pessoas que foram submetidas a elas. Wiesel conta do dia em que aconteceu “uma seleção decisiva” e seu pai foi obrigado a permanecer no campo, pois “tinham anotado o seu número sem que ele tivesse sido percebido” num outro momento e, naquele dia, ele fora lido juntamente com muitos outros números de outros prisioneiros. O jovem judeu, então contava Wiesel com 16 anos, confessa que foi praticamente impossível trabalhar naquele dia, vagando “como um sonâmbulo o dia inteiro”. Depois do trabalho, corre pelo campo até o seu barracão, onde, felizmente, a morte havia sido ludibriada uma vez mais e o pai apareceu, ainda vivo: fora poupado (WIESEL, 2006:81-82).

Primo Levi também comenta das seleções (1988:126-132). Menciona a “grande seleção de outubro de 1944”. Explica que “os alemães executavam essas tarefas séria e cuidadosamente”, e que a apreensão se espalhava pelo campo quando

---

42 Conhecido pelas experiências médicas monstruosas feitas com prisioneiros nos campos de concentração. Viveu na Argentina, Paraguai e no Brasil sem nunca ter sido preso.

43 Apelido de Gisella Gruber, irmã mais nova de Hertha.

ficavam sabendo das *selekcja*<sup>44</sup>. Todos são trancados no bloco, esperando até que a comissão chegue. “Passei, como todos, com andar enérgico e elástico, procurando manter a cabeça erguida, o peito estofado, os músculos enrijecidos e salientes” (p. 130). Escapara a mais uma *selekcja*, ou seleção.

Tanto a experiência do *Lager* marcou os prisioneiros que, entre outros momentos vividos, é para esse espaço e tempo do *Lager* que os sobreviventes retornam, em inúmeras situações de suas vidas. Como Semprún nos diz depois de um pequeno acidente que teve: num lampejo de iluminada certeza, ao invés de ter caído de um trem de Paris numa pequena estação francesa, havia saído do vagão direto para o frio e a neve de Buchenwald: “O essencial era que havia pulado, em meio a uma barulheira de cachorros e de berros dos SS, para a plataforma da estação de Buchenwald. Era ali que tudo começara. Que tudo sempre recomeçava” (SEMPRÚN, 1995:214).

“Mesmo o maior horror necessita de uma investigação minuciosa. Por trás da cortina de arame farpado, nem todos são iguais, campo de concentração não é igual a campo de concentração. Na realidade, também essa realidade foi diferente para cada um” (KLÜGER, 2005:77). Recorremos à fala da sobrevivente vienense para introduzir a discussão sobre alguns aspectos que foram próprios de um campo e não de outro. Como afirma Klüger, nem as pessoas, por mais que se tentasse anular suas identidades, eram iguais, nem o eram os campos.

Recuperamos dados importantes da realidade dos campos, em evidência, os especificamente femininos, ou os que, em seu conjunto, tivessem um espaço destinado às mulheres, lembrando que, nessa guerra, também o modo como as mulheres eram tratadas foi inédito. Como destaca a pesquisadora Rochelle Saidel<sup>45</sup>, que estuda há vinte anos sobre a situação das mulheres no Holocausto, em outras guerras, elas ficavam à espera de seus maridos e filhos recrutados, junto de seus familiares e outros filhos menores. Na 2ª Grande Guerra foram enviadas, com o resto da família, aos campos de concentração e ao extermínio. Longe de serem

---

44 “Palavra híbrida, latina e polonesa”. Definição de Levi in: *É isto um homem?* (1988:126).

45 Cf. Michèle Canes, da Agência Brasil. Pesquisadora lembra o sofrimento das mulheres no Holocausto. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora/materia.phtml?materia=254255>>. Acesso em: 29 out. 2006.

poupadas ou amenizado o seu sofrimento, “as judias executavam trabalhos semelhantes aos feitos pelos homens. Elas carregavam muito peso e eram usadas como mão-de-obra em fábricas da época”, informa Saidel.

Pelo relato dos sobreviventes, percebemos que grupos familiares inteiros chegavam aos campos, porém eram imediatamente separados. Geralmente, isso significava que as mulheres e as crianças ou iam para o lugar do campo que lhe fora destinado, ou para as câmaras de gás.

Uma vez no *Lager* feminino, vários poderiam ser os destinos. É o caso da médica e mãe de cinco filhos, Lilli-Sara<sup>46</sup> Jahn, abandonada pelo marido ariano, separada dos filhos em 3 de setembro de 1943 e aprisionada na ala feminina do campo de Breitenau, onde trabalhou até ser enviada para Auschwitz, em 17 de março de 1944. Em Breitenau, onde ficou praticamente durante sete meses, “Lilli tinha que trabalhar doze horas diárias” (DOERRY, 2004:169), com pouca comida e nenhum conforto: “as mulheres dormiam sobre tábuas de madeira, sacos de palha ou simples esteiras de palha”. O único meio de comunicar-se com os filhos, nesse meio tempo, órfãos de mãe (e também de pai, uma vez que Ernest, abandonou a família mestiça para viver com outra médica ariana), era através de cartas, permitidas uma vez por mês e com supervisão dos oficiais do campo. Lilli, não suportando a distância e a saudade dos filhos, consegue enviar, clandestinamente, a maior parte das cartas posteriormente preservadas pelo filho mais velho, Gerhard.

Sempre discreta em relação às péssimas condições do lugar (p. 187), em algumas menciona brevemente que passa frio, ou que sente fome, como na carta escrita em 3 de outubro de 1943, da qual transcrevemos o fragmento a seguir:

Em todo caso, estou muito agradecida por tudo que me mandam, porque aqui recebemos muito pouco para comer, nunca manteiga, nem carne, um pedacinho de salsicha de duas em duas semanas e, no mais, só sopa, e aos domingos é pior ainda. Às 6h30, recebemos um pedaço de pão seco e esse terrível café de lavagem, às 11h, ou uma sopa rala ou batatas cozidas com casca, com molho e pickles, e às quatro horas, outra vez um pedaço de pão seco com salsicha ou uma colher de ricota e junto o café, e depois nada mais até a manhã seguinte. De modo que fico muito agradecida de ter algum pão e queijo à noite e, entre as refeições, as suas deliciosas

---

46 A partir de 17 de agosto de 1938, os judeus foram obrigados a acrescentar a seus nomes: “Sara”, para as mulheres, e, para os homens, “Israel”, como mais uma maneira de identificação dos judeus.

maças. Mas pelo amor de Deus *não* mencionem nada disto em suas cartas. (LILLI apud DOERRY, 2005:184-185, grifo da autora).

Essas palavras transcritas acima são de Lilli, numa carta clandestina enviada para os seus filhos, na qual conta-lhes um pouco de sua rotina no campo, porém sempre com o cuidado para não chocá-los com a violenta situação. Em outra carta à sua cunhada Lore, Lilli confessa:

Naturalmente, as coisas são muito piores do que relato nas cartas para as crianças. Alimentação mais que insuficiente, falta de roupas. Não podemos usar sobretudos, nem casacos, nem luvas, e pela manhã muitas vezes temos que esperar em pé, no frio, por 45 minutos ou até por uma hora na estação, pois os trens atrasam muito, e acontece o mesmo à noite. A casa ainda não tem aquecimento. E o simples fato de estar encarcerada. Você não tem como imaginar como é. (LILLI apud DOERRY, 2005:208-209).

Não sabemos com exatidão quais as atividades desempenhadas por Lilli, pois ela não entra em maiores detalhes sobre isso, apenas faz referências superficiais, como na carta onde escreve que “com tanto trabalho na fábrica, não me sobra tempo...” (p. 321).

Já a sobrevivente Hertha Spier, de *A sobrevivente A21646*, pôde testemunhar pessoalmente acerca dos trabalhos que empreendia nos campos. No primeiro campo em que foram prisioneiras, chamado Plaszow, Hertha e sua irmã Gisi “foram para as oficinas do campo, no setor de tapeçarias, pois já haviam demonstrado serem hábeis nessa atividade quando, ainda no gueto, trabalharam na fábrica de uniformes e cerziam tecidos roídos pelos ratos” (DINIZ, 2002:103-104). Utilizando-se de retalhos de pano e couro, Hertha passa a desenvolver mais as habilidades do ofício de costureira aprendidas com a irmã estilista, confeccionando bonequinhos com os retalhos. Chama a atenção de soldados que pedem para ela fazer novos bonecos com uniformes completos para presentear os filhos, no Natal. Em Plaszow, as duas irmãs foram poupadas dos trabalhos forçados por se destacarem nas oficinas de tapeçaria e costura.

O segundo campo para o qual as irmãs foram levadas foi Auschwitz. Ao chegar ali, foram encaminhadas à praça central, onde ficaram sentadas, expostas ao frio e à chuva misturada com neve, impedidas de se levantarem, esperando a primeira

seleção no novo campo. Após várias horas aguardando, “foram obrigadas a se despir e entregar a roupa que vestiam” (p. 128). Tiveram, em seguida, as cabeças raspadas, passaram por jatos desinfetantes e vestiram velhos uniformes sujos. Depois de mais outra longa espera, “receberam no braço as suas respectivas tatuagens de identificação” (p. 129), e depois de transitarem, em grupos de cinco, por valas, “onde jaziam os restos de corpos carbonizados” (p. 130), foram, enfim, levadas aos alojamentos conjuntos.

Em Auschwitz, a sensação de que o tempo demorava dolorosamente a passar era maior, pois Hertha e a irmã foram privadas de costurar, atividade que as mantinha ocupadas e proporcionava-lhes a satisfação de conseguir produzir alguma coisa criativa e útil. Conta o biógrafo de Hertha que, no campo de Auschwitz, “chegaram a fazer algum trabalho forçado, carregando pedras para um campo vizinho, de Birkenau”. Relata também que “de madrugada, elas iam até o refeitório para buscar o café. Com duas varas de madeira enfiadas na alça de um pesado panelão, atravessavam o campo até chegarem às barracas” (p. 135).

Depois de algum tempo em Auschwitz, Hertha e sua irmã, mais uma vez são transferidas para um novo campo, agora de Bergen-Belsen, onde Hertha chama a atenção para a ociosidade sem escolha a que são submetidas na praça de chamada. Já no final da guerra, com o campo em estado de abandono por parte dos nazistas, foi ali para elas mais difícil ainda que nos demais campos, quase impossível, conseguir alimento ou vestes adequadas para se cobrirem. As epidemias varriam o local. Gisi, não conseguindo mais sobreviver em meio a tanta precariedade, morre nos braços de Hertha duas semanas antes da libertação, em 29 de março de 1945.

A pesquisadora, Rochelle Saidel<sup>47</sup> esclarece que, além das horríveis condições de vida nos campos, além dos trabalhos forçados, “as mulheres ainda eram abusadas sexualmente”. Muitas delas eram “levadas para uma espécie de bordel

---

47 Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora/materia.phtml?materia=254255>>. Acesso em: 29 out. 2006.

dentro dos campos para satisfazer alguns homens”, possivelmente oficiais SS e *kapos*<sup>48</sup> (SAIDEL apud CANES, op. cit.).

Uma vez mais, a informação da pesquisadora é confirmada no relato dos sobreviventes. Hertha Spier conta que, ao chegar ao campo de Plaszow, o comandante chamado Amon Goeth, num ritual que se repetia todas as manhãs, caminhava entre as prisioneiras, escolhendo dentre elas as mais bonitas. Estas eram obrigadas a acompanhá-lo até a “Casa Branca”, como nomeavam o bordel de Plaszow, onde aconteciam festas até a madrugada. “As mulheres escolhidas não voltavam mais para o campo, o que deixava entre as demais a convicção de que eram eliminadas para não revelarem o que lá acontecia” (DINIZ, 2002:103).

Importante instrumento para conhecer a situação feminina nos campos de concentração, indicamos a pesquisa da jornalista Erica Fischer, responsável por resgatar a história amorosa de Elisabeth Wust (Lilly) e Felice Schragenheim, na obra *Aimée & Jaguar* (1999). Elisabeth ou Aimée é uma “ariana” casada com um funcionário do governo nazista, mãe de quatro filhos, mora em Berlim, ano de 1942. Nesse mesmo ano, Lilly conhece e se apaixona por Felice, de apelido Jaguar, moça de 21 anos, independente e segura de si, culta, vive na clandestinidade para não ser presa, afinal, é judia. As duas mulheres envolvem-se, têm um caso amoroso registrado em poemas, fotografias e cartas trocadas que dura, aproximadamente, dois anos. Em 21 de agosto de 1944, a história das duas mulheres sofre uma reviravolta quando Felice é capturada pelos policiais da Gestapo. A jovem é levada inicialmente para o campo de Theresienstadt e, em 1945, para outro campo chamado Gross-Rosen. O contato entre elas é mantido apenas pelas cartas, que chegam por algum tempo e através das quais é possível conhecermos a realidade em que Felice sucumbe.

Escreve Felice de Theresienstadt sobre as restrições para comunicar-se com qualquer pessoa de fora: “o que significa que eu só posso escrever uma vez a cada oito semanas, enquanto cada remetente diferente pode me escrever uma vez por mês”. Nesta correspondência, datada de 14 de setembro de 1944, também

---

48 Na linguagem própria dos campos, este era o nome dados aos prisioneiros que detinham algum cargo de autoridade entre os demais. Comenta-se que estes, muitas vezes, eram mais cruéis com os detentos que os próprios soldados.

agradece a Aimée “pelo pão, arroz, e pasta para colocar no pão!” (p. 202) e comenta, veladamente, que sua avó morreu nesse mesmo *Lager*, em setembro de 1942.

“Felice foi transferida de Theresienstadt para Auschwitz no dia 9 de outubro de 1944” (FISCHER, 1999:222) e, apenas em 5 de janeiro de 1945 é que Aimée recebe a primeira breve carta de Felice com carimbo de Auschwitz, em que esclarece: “ainda estou exausta, mas trabalhando ‘feito um mouro’” (p. 232). Na carta seguinte, datada um dia após o Natal, ela relata: “mais uma vez estou indo – sem piolhos – para ser ‘despiolhada’” e que a chegada dos alimentos enviados por Aimée fora tão retardada pela vigilância do campo que aconteceu de lhe serem entregues estragados. Agradece pelas luvas e meias, “pois estou sempre fora, e aqui já estão 15 graus abaixo de zero” (p. 233).

Fischer comenta em *Aimée & Jaguar* que existe pouca documentação sobre os campos femininos, cujo destino fica, e em muito, desconhecido (p. 218). Acrescenta, então, dados fornecidos por outra sobrevivente que passou pelo campo feminino de Peterswaldau, no final de 1944. No dia seguinte à chegada no campo, ela e outras prisioneiras foram levadas “a uma fábrica de munição” onde se fabricavam bombas: “Mais pesado ainda era o trabalho na seção em que os assim chamados corpos de bomba eram banhados em substâncias ácidas. Um trabalho nocivo para a saúde...”. Tinham que transportar caixas com equipamentos muito pesados: “as caixas eram tão pesadas que muitas vezes chegávamos semidesmaiadas”. Quanto à comida no campo, suas informações vêm ao encontro de outras semelhantes que já lemos: as refeições por pessoa eram “rações de fome”, um pedaço mínimo de pão preto por dia, pedacinhos mínimos de margarina e de presunto, queijo ou geléia ou um “xarope preto de cenouras” (p. 219). Uma alimentação tão precária e insuficiente como esclarece Fischer, “todas as mulheres estavam tão subnutridas que não menstruavam” (p. 224). A sobrevivente de Peterswaldau conta que as mulheres ficavam trancadas no prédio, à noite, e havia um único balde para as necessidades de vinte mulheres; que foi espancada por uma supervisora ao tentar ajudar uma colega de trabalho que caiu e torceu o pé; que “as supervisoras se deleitavam em empurrar as meninas escada abaixo” (p. 221) quando os degraus estavam cobertos de gelo. A sobrevivente explica que, enquanto esteve no campo, por volta de



quatorze meses, “houve três ou quatro transferências de gente para Gross-Rosen” e acrescenta que as mais fracas e exaustas nunca chegaram lá, pois “todas elas foram levadas para um campo vazio e executadas” (p. 221).

Entre as sobreviventes que relatam suas passagens pelos campos, temos novamente o depoimento de Ruth Klüger, enviada a diversos campos de concentração durante a infância tumultuada. O primeiro que retrata em suas memórias é o de Theresienstadt que, primeiramente, era considerado um gueto. Local superlotado e sem liberdade de movimento, ela viveu ali juntamente com 40 ou 50 mil pessoas onde caberiam 3.500, dificilmente era possível encontrar um espaço mínimo com um pouco de privacidade. Daí que, ao referir-se ao campo de Theresienstadt, relaciona-o diretamente com “gente”, todos usando a estrela-de-Davi, sofrendo com a fome, com as epidemias e a falta de espaço. Segundo dados levantados pela autora, dos quase 140 mil que passaram por lá, destes nem 18 mil foram libertados ao final da guerra: “Comboios chegavam, comboios partiam, camas eram desocupadas outra vez” (2005:77).

Theresienstadt “tinha como limite uma muralha fortificada que eu não podia ultrapassar” e onde se corria o risco de ser deportado a qualquer momento para outro “campo do terror”. Quando lá chegou, Klüger foi separada de sua mãe e colocada em um dos alojamentos para as crianças, o L 414: “é o único dos meus muitos endereços que jamais esqueci”. Um lugar pequeno que acomodava em seu interior “trinta meninas da mesma idade em um espaço onde deveriam caber duas ou três com algum conforto” (p. 80). No domicílio, que era também o lavatório, depois de um primeiro contato difícil com as outras crianças, pois foi considerada “a novata, a deslocada, a tolinha, a desajeitada” (p. 81), Klüger integra-se ao grupo e conta que elas tinham orgulho por morar no alojamento das crianças, onde podiam, de certa forma, se organizarem como “um braço do movimento juvenil”, aprendendo sobre o movimento sionista, canções e saudações sionistas, sobre a Palestina (p. 82), apesar de aulas serem proibidas ali: “Professores primários e universitários se alegravam quando reuniam em torno de si um grupo de crianças às quais podiam transmitir algo belo sobre a cultura européia” (p. 91). Klüger também menciona a existência de músicos, artistas famosos, diretores de cinema e teatro, comediantes no campo (p. 93). Foi em Theresienstadt que descobriu “que velhos textos podem

ser colocados a serviço de situações atuais” (p. 94), referindo-se aos textos que conheceu ali através da intervenção dos professores, ou rabinos, ou ainda das colegas de alojamento. A passagem pelo campo fez com que, definitivamente, se sentisse e se assumisse como judia (p. 95).

Klüger viajou, depois dos dezenove ou vinte meses passados em Theresienstadt (p. 94), para Auschwitz-Birkenau<sup>49</sup>. Em vagões superlotados, com portas “hermeticamente fechadas, o ar entrava por um pequeno espaço quadrangular, uma janela” (p. 99), essa foi a viagem mais longa de todas (p. 100). Ao chegar, empurrada para frente, a menina caiu do vagão muito alto para ela, quis chorar, porém percebeu que o melhor era não chamar a atenção para si. Quis sentir o alívio de ver-se livre da “lata de sardinhas” na qual estivera confinada até ali, queria respirar ar puro, “mas o ar não era puro, cheirava como nenhuma outra coisa neste mundo” (p. 102). Era o verão de 1944 e Klüger tinha apenas doze anos de idade.

A então menina conta que a sede e o medo eram constantes em Birkenau: “ficávamos de pé durante o toque de reunir. Assim fiquei em Birkenau, sentindo sede e pavor da morte. E era isso, era só isso” (p. 109). Num outro trecho de sua autobiografia, acrescenta: “As lembranças físicas de Auschwitz são o calor (durante o toque de reunir), o fedor (a fumaça sobre o campo) e, sobretudo, a sede” (p. 110).

Especificamente em relação à situação das mulheres, Klüger observa, a partir de uma briga que presenciou envolvendo três mulheres e que culmina, na dedução da escritora, em “dissolução da convivência entre as pessoas”:

Mulheres velhas em Auschwitz, sua nudez e desamparo, as necessidades de gente idosa, o pudor roubado. Mulheres velhas nas latrinas comuns, como seria difícil para elas fazer suas necessidades, ou ao contrário, em caso de diarreia. Tudo público. O que dizia respeito ao corpo era muito menos natural para elas do que para os jovens e crianças: sobretudo para a geração de minha avó que nascera no século XIX, cheia de recato e pudor. (KLÜGER, 2005:111)

---

49 “Birkenau foi o campo de extermínio de Auschwitz e constituía-se de vários pequenos campos ou subdivisões de campos. Em todos eles havia uma rua e galpões de ambos os lados. Mais atrás, o arame farpado e outro campo similar” (KLÜGER, 2005:104).

Klüger também viveu a angústia das seleções, e relata, ao sobreviver a mais uma delas, que vai transferida para um novo bloco, agora de mulheres prisioneiras políticas, e ali também o ambiente mostra-se hostil às judias, desprezadas e inferiorizadas pelas companheiras. Conta que, depois de inúmeros insultos, sua mãe se descontrola e revida a afronta, sendo que é castigada ficando de joelhos, durante horas, na parte central do galpão. Segundo Klüger, presenciar a mãe sofrendo uma ofensa tão dolorosa, foi desconcertante: “Talvez esta seja a cena mais viva, mais gritante de Birkenau” (p. 125). A escritora conclui sua explanação sobre Auschwitz, informando: “Em 7 de julho de 1944, os prisioneiros remanescentes do Campo Familiar de Theresienstadt foram mortos na câmara de gás de Birkenau. Está escrito nos livros, eu os consultei” (p. 126). Em um dia de verão de junho, as duas foram transportadas para um novo (seria o último) campo de concentração.

Assim, removidas mais uma vez em um vagão de cargas, foram transferidas para Christianstadt, descrito pela autora como sendo um lugar idílico e tranquilo, com a novidade de os alojamentos oferecerem divisões para grupos de seis a doze mulheres (p. 132). Ali, as prisioneiras eram supervisionadas pelas chamadas “mulheres da SS”. Segundo pesquisa de Klüger, a tendência era de que as mulheres fossem menos violentas que os homens, o que não se confirma em todos os casos, porém foi o que se deu com ela. Ficando entre as crianças escolhidas do campo, era levada com as guardas para colher frutas silvestres num bosque próximo, mas a apelidaram de “Mico Preto”, o que a depreciava e desagradava. “Provavelmente éramos como animais para elas, mas animais necessários”, ali também as mulheres estavam condenadas a realizar tarefas extenuantes: roçar o mato na floresta, desenterrar os troncos de árvores e levar embora, cortar lenha, carregar trilhos. Às vezes, eram levadas a servir a população civil, ficando horas montando réstias de cebolas com barbante e as pessoas as olhando “como se fôssemos selvagens” (p. 137). Diz mais adiante, referindo-se à condição feminina de trabalho: “Nós, mulheres, éramos a força de trabalho pior, mais barata, mais fácil de substituir e, por conseguinte, mal nutrida” (p. 138). Dessa realidade malograda, Klüger e a mãe fogem durante a evacuação do campo, numa das conhecidas “marchas da morte”.<sup>50</sup>

---

50 Com a aproximação dos aliados às cidades alemãs, sob seu domínio ou não, os nazistas organizaram os detentos para evacuarem o lugar, dirigindo-os para outro campo no interior do país. Em caminhada de vários quilômetros que durava muitas horas, um sem número de prisioneiros morreram devido à fraqueza, à fome, ao frio.

Nunca mais Klüger voltou ao campo de Auschwitz, apesar de ter visitado outros em que viveu parte de sua infância, e outros ainda que só conheceu de visita. A sobrevivente de Viena apresenta uma reflexão muito pertinente para os leitores de hoje, acerca desses campos. Convida cada um a repensar o que foi esse espaço do *Lager*, superando a tendência moderna de transformá-los em museus ou monumentos acabados e rígidos. Com tudo limpo, especialmente organizado para as incursões de turistas, professores, estudantes, os campos-museus perdem a real essência do que foram e, distanciando-se cada vez mais das novas gerações, acabam muitas vezes ocultando tanto quanto revelando, conforme opinião da sobrevivente. “É absurdo querer apresentar os campos, tal qual foram outrora, no sentido espacial. Entretanto, é quase tão absurdo querer descrevê-los com palavras como se nada houvesse entre nós e o tempo em que existiram” (KLÜGER, 2005:73). Finaliza a explanação do que intitulou “Os campos” na sua autobiografia (p. 65-74), convidando em particular as mulheres leitoras (“e até mesmo alguns leitores”), para rememorar sua história, revisitar tudo outra vez, encontrar conexões entre as memórias onde elas existem e estabelecer nós onde forem necessários para uma evocação conjunta.

Inúmeros valores éticos, morais, religiosos e culturais importantes, cultivados e conquistados a duras penas pela humanidade, foram ignorados, deturpados, ou mesmo violentados e exterminados no campo de concentração: o respeito ao outro, a consideração pela vida e sua preservação, a dignidade do humano, a expressão plena das pessoas através da linguagem, o culto à crença religiosa pessoal, as relações familiares e de afeto, mesmo estando a sociedade alemã, e o restante da Europa, num alto grau de civilidade.

O sobrevivente Elie Wiesel conta que, na chegada ao campo de concentração, viu sua mãe e irmãs pela última vez, pois, após a primeira seleção, elas são encaminhadas diretamente para o gás. Escreve ele em *A noite*: “Em uma fração de segundo, pude ver minha mãe, minhas irmãs partirem para a direita. [...] E nem suspeitava de que naquele lugar, naquele instante, estava deixando minha mãe e Tzipora para sempre” (2006:37). Décadas depois que isso aconteceu, ele escreve, em *Palavras de estrangeiro*, um comovente diálogo de uma criança com sua mãe,

do qual transcrevemos alguns trechos aqui, para ilustrar o sofrimento inominável causado pela separação imposta às famílias, ao ingressar nos campos:

- *Eu a vi, você sabe.*
- ...
- *Eu a vi na multidão.*
- ...
- *Ela se afastava, a multidão, como o mar sombrio se afasta da margem.*
- ...
- *Eu não sabia.*
- *O que você não sabia?*
- *Era a última vez que eu a via.*
- *Sim, a última vez.*
- *Você não se virou.*
- ...
- *Nem mesmo uma vez. [...]*
- *Nos separaram. O tempo de um grito abafado. De um bater do coração. Dispersada, separada, nossa família. Quando foi, o embarque do vagão? A descoberta dos arames farpados? Quando foi a ordem: "Famílias, fiquem juntas!" Em menos de uma fração de segundo, eu não era mais o mesmo. Separação total, definitiva: sentimento de perda, de abandono. Eu só fazia procurar você na multidão, eu a procurava com o olhar para chamá-la, para segui-la, para dizer-lhe o que um filho deve dizer à sua mãe e que eu não iria mais poder. Desde então, sufoco. (WIESEL, 1984:44-45)*

Marcado pelo sofrimento, esse diálogo, muito mais um monólogo, é construído com o silêncio e com a mudez de quem foi carregado com a multidão para a morte e não pôde mais voltar. Muitas das relações de afeto terminaram, no universo do campo de concentração, sem despedidas, sem a consciência de que estavam se esvaindo, até sem corpos para comprovar e atestar a separação e morte dos entes queridos, transformados em cinza nos crematórios. Sobre isso, declara Klüger que "onde não existe túmulo, o trabalho de luto nunca termina. Ou então fazemos como os animais e não pranteamos ninguém. Quando digo túmulo não me refiro a um local fixo em um cemitério, mas sim ao fato de saber que a morte ocorreu, que a pessoa querida morreu" (KLÜGER, 2005:87).

Além das relações familiares e de amizade dissolvidas abruptamente no *Lager*, a palavra também sofre um desvirtuamento nesse lugar. Tanto que quase foi impossível conceber poesia depois de Auschwitz, como nos diz a frase célebre de Adorno, embora Paul Celan e Nelly Sachs o tenham desmentido.

Dentro do campo, com prisioneiros vindos de vários lugares da Europa, portanto, com nacionalidades e idiomas diversos, “saber ou não o alemão, era um divisor de águas” (LEVI, 2004:78)<sup>51</sup>. Ser capaz de entender as ordens gritadas dos soldados era ter um elemento a mais em prol de sua sobrevivência. Para os que não sabiam o idioma, ironiza Levi, existia o *der Dolmetscher* ou o intérprete (p. 80), nome dado ao chicote, porque a linguagem da violência todos compreendiam e obedeciam. O alemão do *Lager* era uma língua própria, uma variante bárbara do alemão dos textos literários ou dos textos de química, era uma linguagem setorial, vinculada ao tempo e ao lugar, continua o sobrevivente italiano que tinha um limitado conhecimento da língua alemã adquirido na época de estudante. Também conforme a fala de Wiesel, em *Palavras de estrangeiro*, após uma de suas visitas a Auschwitz: “Aqui as palavras, mesmo as mais profundas e mais humanas, contam pouco. Como outrora. Apenas a força contava como outrora no reino dos arames farpados e das sombras. A única linguagem era a violência” (WIESEL, 1984:23).

O alemão era a língua materna em que foram educadas milhares de vítimas que pereceram de joelhos diante da morte, e a mesma língua que se mostrou violenta e capaz de significações humilhantes e inomináveis. Para descrever posteriormente a realidade do campo, também a linguagem teve que ser esfacelada, como o estavam de corpo e alma as testemunhas, pois assim adverte Levi: “É óbvia a observação de que, quando se violenta o homem, também se violenta a linguagem” (p. 85).

Segundo Edelyn Schweidson<sup>52</sup>, para muitas das vítimas era extremamente conflituoso conciliar a escrita do seu testemunho na língua materna, sentindo-se impostores e traidores utilizando-a para expressarem o absurdo que fora vivido. Associando língua e realidade do *Lager* como partes de um “corpo dividido”, Schwiedson cita Paul Celan, conhecido poeta sobrevivente do Holocausto, quando este afirma que em Auschwitz foi “Onde a palavra que era imortal, caiu” e ainda “Toda a palavra que você pronuncia/ Você a deve/ à destruição” (CELAN apud SCHWEIDSON). Assim, o poeta foi em busca da construção-desconstrução de um

51 Primo Levi dedica, em sua obra *Os afogados e os sobreviventes* (2004:77-90), um capítulo chamado “Comunicar”, no qual reflete sobre a linguagem utilizada nos campos do Terceiro Reich.

52Cf. O silêncio de um passado petrificado. Disponível em: <http://www.geocities.com/hotsprings/villa/3170/EdelynSchweidson.htm>. Acesso em ag. 2006. Artigo publicado originalmente em *International Forum of Psychoanalysis 7*, Scandinavian University Press, 1998.

verso “mais dilacerado e mais elípticamente dilacerador” (FELMAN citada por SCHWEIDSON), só assim para haver uma aproximação entre a linguagem, o vivido e o leitor.

### 3.4 Perdas e ganhos: o que resta de Auschwitz?

O que provavelmente é verdade é que uma experiência como a dos campos amadurece mais rapidamente as pessoas e lhes ensina lições que não aprenderiam de outra maneira: os sobreviventes têm a impressão de haver estado, durante esse período, mais próximos da verdade que durante todo o resto de suas vidas.

*Em face do extremo*, de T. Todorov

Apropriando-nos das falas dos sobreviventes e também daqueles que caíram, escutando as vozes dos segregados e não apenas dos dominantes, temos conhecimento do destino, coincidente, de milhares de vítimas do Holocausto. Já assistimos aos filmes, já vimos as fotos, lemos as memórias. O modo como os judeus foram tratados, com mais brutalidade e abuso que outros prisioneiros, foi denunciado pelos narradores. Já sabemos das diversas restrições a que foram obrigados a se submeterem (confisco dos bens, estabelecimentos fechados, uso da identificação com a Estrela de Davi costurada à roupa, proibição do acesso a escolas e universidades, limitação da circulação em espaços públicos, o confinamento e a miséria do gueto, etc.); da extradição de seus países de origem e transportes em vagões de carga animal até os campos de aprisionamento. Sabemos também que, chegando aos campos, homens, mulheres, crianças e idosos eram separados, famílias inteiramente desmanteladas e muitos jamais se viram novamente.

Temos consciência de que os prisioneiros eram levados aos berros e em meio ao latido de cães ferozes para as câmaras, que podiam ser chuveiros ou gás letal. Os prisioneiros tinham seus cabelos raspados, eram tatuados com o número que passaria a ser sua identidade dentro do *Lager*, ganhavam farrapos com os quais teriam de abrigar o corpo de frios congelantes. Também temos ciência de que iam para galpões onde passariam a “morar” e a disputar os beliches de madeira e as sopas ralas com pessoas desconhecidas e que falavam diferentes idiomas, o que

impossibilitaria ou dificultaria ao máximo a comunicação. Sabemos, por fim, das inúmeras vezes em que perderam pessoas queridas para as epidemias, para a exaustão, para a fome, para as câmaras de gás, para as armas dos soldados.

Como resultado dessa vivência sem par, permanecem cicatrizes de todos os tipos nas vítimas do Holocausto. As feridas persistirão junto dessas pessoas até o momento em que, percorrido o trajeto de vida que lhes foi possível, se encontrem, enfim, com a morte inevitável. Porém, no tempo que durarem suas vidas, elas terão sempre a presença constante dessas marcas da experiência, parte indissociável da própria identidade dos sobreviventes:

Tenho muitas marcas. Tenho cicatrizes de todo o tipo. Minha alma está cheia delas. Meu corpo também. Minha memória, meu pensamento, meu sono, meus sonhos, meus dias e minhas noites. (LACKS e SANDER, 2000:111)

Marcas no rosto, no corpo, na mente, no coração e na alma, que delineiam um cidadão outro, diferente e estranho daquele que lutou a guerra nos guetos e nos campos de extermínio, por vezes, sem reconciliação possível com a antiga imagem de si; um novo e sofrido rosto no espelho:

Um dia pude me levantar, depois de reunir todas as minhas forças. Queria me ver no espelho pendurado na parede em frente. Não via meu rosto desde o gueto.  
Do fundo do espelho, um cadáver me contemplava.  
Seu olhar nos meus olhos não me deixa mais. (WIESEL, 2006:119)

Como nos esclarece, uma vez mais, o psicanalista Nestor A. Braunstein, o espelho deixou de funcionar para quem é sobrevivente. Ele observa o sujeito cujo rosto tem refletido diante de si, mas não se reconhece na imagem que vê, é outro que está ali, tomou um rosto e um lugar que já foram seus. “O trauma deixa cicatrizes inapagáveis”, explica Braunstein, constituindo “sua nova e irrenunciável identidade” (op. cit.), uma identidade cindida e metafórica.

A cisão entre aquele que se foi e o que restou de si ao ser liberto do *Lager* não pode mais ser contornada. Há, por parte dos sobreviventes, o esforço de emergir dos escombros, buscando recomeçar e reconstruir uma vida alternativa, já que à



antiga não é possível voltar, e a recente é inconcebível. Para narrar esse esforço de re-encontro de si com uma possível nova vida, o escritor recorre ao uso lingüístico da metáfora: a imagem da vida em ruínas que necessita ser refeita, reerguida tal qual uma construção bombardeada e desfigurada. No depoimento de Klüger, os sobreviventes estavam “começando algo novo, demolindo velhas estruturas sem muitas vezes ter o que colocar no lugar” e, na verdade, “os velhos edifícios” não estavam vazios nem prontos para serem preenchidos com o vigor de novo contexto, mas sim, “estavam carregados de memórias” (2005:191).

O impossível reencontro consigo, o retorno a casa que muitas vezes não mais ocorre, a volta para os seus e o encontro impraticável com seus mortos, são reflexões importantes elaboradas por diversas vítimas do *Lager* que não sucumbiram ali e viveram a experiência da volta. Para Primo Levi:

Naquele momento, quando voltávamos a nos sentir homens, ou seja, responsáveis, retornavam as angústias dos homens: a angústia da família, dispersa ou perdida; da dor universal ao redor; do próprio cansaço, que parecia definitivo, não mais remediável; da vida a ser recomeçada, em meio às ruínas, muitas vezes só. (LEVI, 2004:61)

Impossíveis de serem quantificadas ou medidas com exatidão, essas cicatrizes e suas conseqüências não podem ser simplesmente negociadas em positivas ou negativas, em perdas e ganhos, em débito ou saldo. Contudo, os relatos apontam que, de certa forma, foi possível estabelecer aprendizados pessoais importantes a partir do Holocausto.

O primeiro grande aprendizado, sintetizado pela fala de Hillesum, diz respeito à teimosa perseverança das vítimas em meio à miséria e sofrimento, à violência e à desumanização. Esta mulher jovem, que não sobreviveu a Auschwitz onde morreu em 1943, registra em seu diário o apelo que mobilizará e fortalecerá muitos judeus no movimento contrário ao Holocausto: “Nunca desista, nunca fuja, agüente tudo, [...] nunca, nunca desista” (1981:133).

A persistência, a resistência, a fortaleza das vítimas na luta pela sobrevivência é traduzida em um metáfora belíssima do pintor francês André Elbaz, também sobrevivente, que retratou o Holocausto em suas obras:

[...] para além dos assassinatos, dos massacres e das ruínas, debaixo do amontoado de pedras ou da estratificação dos corpos, aqueles que insistiram em destruir as raízes, embora tenham conseguido queimar e dizimar milhares de florestas, massacrar horrendamente milhões de arbustos e cinco milhões de árvores, não foram capazes de arrancar as raízes. (ELBAZ apud ZAMPIERI)<sup>53</sup>

Apesar de todo o movimento ferrenho contrário à sua sobrevivência, o cerne do humano, seu ser e âmago permanece, resiste teimosa e bravamente presente nas denúncias e testemunhos, reinante na arte que, “em outras palavras, só pode assumir esta tarefa, a de revelar a raiz indestrutível do humano, aquilo que resiste ao peso desmesurado da violência” (ZAMPIERI, 2004).

Não permitir a dominação da vontade, nem esmorecer diante do infortúnio, nem deixar alquebrar a esperança, jamais desistir, prosseguir resistindo, continuar teimando. Certamente essa postura de resistência fez com que muitas pessoas persistissem e sobrevivessem, ou, no mínimo, tivessem uma morte digna, apesar de toda a situação insuportável de animalização das vítimas. O sobrevivente Michael Stivelman, autor de *A marcha* (1998), questiona-se: “O que lhes dava força, o que os fazia continuar?” (p. 144), e em seguida responde, indicando que a oposição obstinada foi o caminho escolhido por muitos: “Não, com certeza, a esperança consciente e lógica num futuro melhor, pois não acreditávamos em mais nada; apenas uma teimosa recusa intuitiva de obedecer à ordem universal ‘morra!’, e um fortalecimento que parecia advindo do próprio sofrimento” (id., ibid.). Reforçando a opinião de Stivelman, Semprún fala da sua reação ao insano desejo de morte que percebe na conduta dos soldados nazistas: “Em compensação, o olhar do SS, carregado de ódio inquieto, assassino, remetia-me à vida. Ao louco desejo de durar, de sobreviver: de lhe sobreviver. À vontade ferrenha de conseguir” (1995:33).

No fortalecimento dessa idéia de não ceder ao algoz e a sua tentativa de desumanização, mas procurar manter-se firme, protegendo-se como pôde da

---

53 “[...] al di là degli assassinii, dei massacri e delle rovine, sotto l’ammasso di pietre o la stratificazione dei corpi, coloro che si accanirono sulle radici se arrivarono a bruciare e a disboscare migliaia di foreste, a massacrare orrendamente milioni di arbusti e cinque milioni di alberi, non sono stati capaci di strappare le radici”. Cf. ZAMPIERI, Stefano. Scrivere, testimoniare. (Excertos de ZAMPIERI, Stefano. In: \_\_\_\_\_. Il flauto d’osso: Lager e letteratura. Firenze: La Giuntina, 1996). Disponível em: <http://members.tripod.com/littera/scrivere.htm>. Acesso em: 16 set. 2006.

aniquilação e morte arquitetada pelo outro, a sobrevivente Janina Bauman fala do que percebeu enquanto vivenciou a perseguição nazista no gueto de Varsóvia: “Durante a guerra aprendi uma verdade que geralmente preferimos não enunciar: que a coisa mais brutal da crueldade é que ela desumaniza as vítimas antes de destruí-las. E que a luta mais árdua de todas é permanecer humano em condições desumanas” (2005:8).

Preservar-se humano. Superar-se. Superar a própria morte. Alguns sobreviventes declaram que, após passarem por inúmeras circunstâncias assinaladas pela presença da morte, já nem tinham receio dela. Sentiam-se imunes aos seus efeitos, por tê-la vivenciado tão de perto nos assassinatos de pais, irmãos, bebês, companheiros de bloco, de campo... Nas palavras de Wiesel (2006:68): “Mas não temíamos mais a morte; em todo caso, não aquela morte”, referindo-se às explosões de bombas perto do campo, em Buna. O escritor também explica que “Desde a morte de meu pai, nada mais me atingia” (p. 117) e que “A morte me envolvia até sufocar. Estava colada em mim. Eu sentia que poderia tocá-la” (p. 92).

Transpassar a morte, conseguir subjugá-la, tê-la como companheira assídua e fraterna em todos os momentos, seja no clarão insistente da chaminé do crematório (p. 21) ou no suspiro derradeiro de um antigo professor seu chamado Maurice Halbwachs (p. 33), para Semprún a morte significou elo de comunhão, condição inevitável que propiciou a identificação de uns para com os outros, elemento de ligação:

Esta era a substância de nossa fraternidade, chave de nosso destino, sinal de pertencer à comunidade dos vivos. Vivíamos juntos essa experiência da morte, essa compaixão. Nosso ser era definido por isso: estar com o outro na morte que se aproximava. Ou melhor, que amadurecia dentro de nós, que nos invadia como um mal luminoso, como uma luz aguda que nos devoraria. Nós todos que íamos morrer havíamos escolhido a fraternidade dessa morte por gosto de liberdade. (SEMPRÚN, 1995:32-33)

A sobrevivente Ruth Klüger sugere driblar a morte, enganá-la, escapar-lhe: “Quando se espera muito, o que vem é a morte. É preciso aprender a fugir” (2005:23). A escritora de Viena alerta também sobre o valor de aprofundar esse conhecimento acerca da morte: “É importante saber como e quando as coisas

acontecem a alguém, e não só o que aconteceu. Até mesmo a morte. Principalmente esta, principalmente as mortes; como existem tantas, é importante saber de que morte se morre” (p. 34).

É ainda Klüger que chama a atenção para outra metáfora que passou a fazer parte de sua vida após a guerra. Conta que, ao fugirem, ela e a mãe, do campo de Christianstadt, tiveram de desfazer-se dos velhos cobertores que traziam consigo, apesar do frio intenso e de correrem o risco de congelarem no inverno europeu. Comenta que, devido à ajuda de pessoas não “tão raivosas” (p. 158), resistiram ao clima inóspito e não pereceram ao frio. A relação entre decisões dolorosas e difíceis e os “cobertores” a serem abandonados no meio da jornada lhe é muito particular e relevante:

Essa idéia de livrar-se dos cobertores tornou-se para mim desde então uma metáfora para decisões difíceis de tomar mas necessárias, decisões em que se sacrifica algo de grande valor na esperança de que os deuses misericordiosos não desdenhem do sacrifício. (KLÜGER, 2005:158)

O filósofo, teórico da literatura, historiador da cultura, antropólogo búlgaro Tzvetan Todorov, sentindo-se inquieto após duas visitas que fez ao que sobrou do gueto de Varsóvia, decide-se por “ler alguns livros que contassem histórias polonesas” (1995:13) e conhecer melhor sobre as insurreições acontecidas ali, em 1944 e em 1945. De um estudo que aborda vários elementos importantes, Todorov traz uma constatação vital para a explicação da sobrevivência de várias vítimas da guerra, fora e dentro dos campos –, gestos de solidariedade entre eles: “Não é verdade que a vida no campo de concentração obedeça unicamente à lei da selva: as regras de sociabilidade não são mais as mesmas, mas nem por isso deixam de existir”. Cita a fala de uma sobrevivente de Auschwitz que esclarece: “Os dez mandamentos não tinham desaparecido, mas eram reinterpretados” (PAWELCZYNSKA apud TODOROV, p. 45).

À lógica desumana, funcional e extremamente racional opõem-se expressões de amizade, afeto, consideração, solidariedade, que são mencionadas pelas vítimas. Em exemplos menos abundantes do que as atrocidades, é verdade, mas elas existem. Enquanto se desenrolava a guerra, Anne Frank, no seu clássico diário,

escreve em várias passagens do auxílio prestado por conhecidos de seu pai, Otto Frank, para manter a família num esconderijo durante três anos. Resgatamos uma delas, que nos parece especialmente significativa, relativa ao alcance de livros para os prisioneiros, a fim de satisfazer-lhes as necessidades intelectuais: “De vez em quando o Sr. Kleiman traz uns livros escritos para garotas da minha idade. Estou entusiasmada com a série *Joop ter Heul*. Gostei demais de todos os livros de Cissy van Marxveldt. Já li quatro vezes *O verão mais louco*, e as situações ridículas ainda me fazem rir” (FRANK, 2005:47). Além dos livros que a família recebe, Anne registra em sua “amiga Kitty” (p. 17), na verdade o seu diário, todas as pequenas alegrias e amarguras que vivencia, confidenciando-lhe: “Espero poder contar tudo a você, como nunca pude contar a ninguém, e espero que você seja uma grande fonte de conforto e ajuda” (p. 11). A jovem de treze anos relata que, além das leituras das obras que chegam até ela, mais do que as anotações quase diárias em *Kitty*, cabe-lhe aproveitar o tempo no “anexo secreto” (p. 34) estudando e fazendo lições que o pai ministra, exigindo de Anne dedicação de aluna comprometida com seu próprio aprendizado. Conta Anne em 14 de outubro de 1942:

Estou terrivelmente ocupada. Ontem comecei a traduzir um capítulo de *La Belle nivernaise* e a escrever palavras do vocabulário. Em seguida trabalhei num problema *medonho* de matemática e traduzi três páginas de gramática francesa. Hoje é gramática francesa e história. [...] Também estou estudando taquigrafia, coisa de que eu gosto.

Além disso, li um bocado das peças de Körner. Gosto do modo como ele escreve. Por exemplo, *Hedwig*, *Os primos de Bremen*, *A governanta*, *O dominó verde*, etc. (FRANK, 2005:65-66)

A sobrevivente Janina Bauman reforça a fala de Frank ao relatar que, no gueto de Varsóvia, em meio à privação generalizada de tudo – liberdade, comida, informação, trabalho – a preocupação das famílias em garantir a instrução dos filhos, mesmo em situação crítica, é proeminente. Janina Bauman escreve que havia professores dispostos a transmitir o que sabiam aos inúmeros adolescentes reclusos no gueto. “Havia muitos professores bons aprisionados no gueto, assim como um monte de crianças desejando aprender”, conta Bauman, e explica: “Descobri algumas de minhas antigas colegas morando agora perto de mim, fizemos contato com alguns professores [...] e dentro de alguns dias já havíamos começado o terceiro ano do curso secundário” (2005:51).

Então, como mostram os relatos de Frank, Bauman e Semprún, outro aprendizado importante é relativo à demonstração de amizade e consideração para com o outro, até mesmo na degradação do campo, marcado pela concorrência e pela lei do egoísmo que deveria impelir cada um a importar-se e a cuidar apenas de si mesmo. Temos, em um fato rememorado por Semprún (2005:44-48), um exemplo de solidariedade, possível nos momentos mais tenebrosos. Conta o sobrevivente que, numa das jornadas de trabalhos forçados, um soldado nazista indicou-lhe uma pedra enorme que deveria carregar vários metros e depois depositá-la num monte, para mais tarde ser trazida de volta por outro grupo de prisioneiros. Deu alguns passos e percebeu que essa função estava além de suas forças. Um “jovem russo de olhos claros, com ombros largos, muito forte” (p. 45) e companheiro de corvéia, aproveitando-se da desatenção do soldado SS, dirige-se a Semprún no idioma do qual conhece apenas algumas palavras isoladas. Entende, por meio dos gestos do outro e de seu precário vocabulário, que o homem lhe oferece uma permuta: trocar a pedra menor que carrega pela do espanhol. Já que o companheiro russo é bem maior e mais forte que Semprún, eles mudam entre si os carregamentos; o escritor espanhol sente-se eternamente grato ao desconhecido que lhe oferta ajuda e reflete:

Gesto inaudito, totalmente gratuito. Ele não me conhecia, nunca mais me veria, não podia esperar nada de mim. Membros anônimos, impotentes da plebe do campo, estávamos em um mesmo plano de igualdade desprovida de poder. Gesto de pura bondade, portanto, quase sobrenatural. Ou seja, exemplar da radical liberdade de fazer o bem, inerente à natureza humana. (SEMPRÚN, 2005:46)

Em *Palavras de estrangeiro* (1984:60), Wiesel relaciona diversas ações de companheiros do campo, ações significativas por sua simplicidade e gratuidade, pelo seu caráter de fraternidade no sofrimento. Conta do homem que entoava, durante a noite, canções do seu país aos “muçulmanos” selecionados; do anão mudo que oferecia, todas as manhãs, um pedaço do seu pão a um companheiro mais fraco e faminto do que ele próprio; de um pai que se sacrificou para salvar o filho de um amigo; de um adolescente que aceitou ser chicoteado no lugar de um velho, por demais debilitado. Na seqüência, Wiesel relata a reflexão de um colega seu, professor e também sobrevivente: “Mas, mesmo impondo sua Lei, o inimigo não obteve vitória definitiva. Em seu universo de horror frio, de humilhação total e abjeta,

a solidariedade humana permanecia possível. E a compaixão. E a bondade. E a abnegação de si mesmo” (p. 60).

Para finalizar este bloco de considerações, gostaríamos de pontuar um episódio que Janina Bauman registrou em seu diário que, como já mencionamos, levou 40 anos para ser escrito. Bauman comenta um fato ocorrido no final da guerra e que apontamos como um aspecto para reflexão, muito mais que um aprendizado, propriamente dito. Conta que, ao dirigir-se até o galpão a pedido de sua protetora, Sra. Pietrzyk, para levar comida a um refugiado que fora acolhido por ela, depara-se com um jovem soldado alemão. A menina judia chega ali e observa o rapaz, amedrontado e faminto, agora no papel invertido de perseguido dos aliados. Bauman constata:

Vi o rosto pálido do alemão, mais um garoto que um homem, olhando para mim, aterrorizado. Tomou de minhas mãos a tigela quente e devorou a comida com uma ânsia indescritível. Ainda tremia de fome e medo. Por um longo tempo eu o observei sem emoção. Não senti nem pena, nem ódio, nem prazer. (BAUMAN, 2005:224)

Esse fato que a autora pormenoriza nas suas memórias evidencia e lança-nos um novo questionamento: quem algoz? Quem subjugado? No momento final da guerra, em que Bauman encontra o jovem soldado alemão não mais na condição de perseguidor, mas na de procurado como criminoso, percebemos quanto os papéis e funções sociais atribuídos aos indivíduos podem sofrer drásticas modificações e mesmo inversões.

Considerando-se essa possibilidade de “troca de papéis”, projetam-se outros novos questionamentos que somam ao primeiro. Essas indagações, contextualizadas em nossa época, poderiam ser traduzidas: quem viria a ser o novo perseguido no século XXI? Quem poderia ser o indesejado, o inadequado, com espaço negado em nossa configuração sócio-cultural? Quais seriam as próximas vítimas: os pobres, as mulheres, os negros, os idosos, as crianças? Quem potencialmente poderia vir a constituir-se dominante?

## 4 HOLOCAUSTO: MAIS DO QUE UM QUADRO NA PAREDE

Ao começarmos este estudo sobre o Holocausto, era possível identificar a nossa postura em relação ao assunto, a exemplo do posicionamento de Zygmunt Bauman, no prefácio de sua obra, *Modernidade e Holocausto* (1998:9-17). Ali o sociólogo comenta que, antes de refletir profundamente a respeito do Holocausto, o que sucedeu mais precisamente com a publicação do livro de sua esposa sobrevivente da 2ª Guerra, Janina Bauman, considerava o Holocausto como se ele constituísse um quadro emoldurado na parede da História, diferente do restante da decoração, no entanto, integrado ao todo. Dito de outra maneira, ele e outros estudiosos entendiam o Holocausto como um fato já concluído, resolvido, dissecado, apropriado para a contemplação e vaga lembrança. Um acontecimento que merecia respeito e rememoração, com um dia dedicado especialmente à celebração da memória das vítimas, e só. Estaria cumprida a tarefa de preservação do Holocausto como uma paisagem do século XX, mas ainda um *quadro na parede*.

Mergulhando na leitura de *Inverno na manhã* (2005), o sociólogo de origem polonesa percebeu que tinha pouco conhecimento sobre o Holocausto, que havia pensado precariamente sobre ele, que aquilo que dominava mostrava ser superficial e não elucidava a moldura que limitava a figura, menos ainda a própria figura, precisando ser primeiro decifrado em códigos bem próprios para possibilitar uma verdadeira compreensão. A partir da força propulsora encontrada no texto de Janina, Bauman vasculhou em inúmeros outros textos teóricos e de sobreviventes e chegou



à máxima: “O Holocausto era uma janela, mais do que um quadro na parede” (BAUMAN, 1998:10).

Uma janela na parede que permite o contato real entre o ambiente interno e o que se percebe vivo lá fora. Possibilidade de interação do hoje com o Holocausto acontecido há várias décadas. Uma paisagem que se modifica com os ares, as chuvas, as estações, com o tempo que passa. Assim, o que se vislumbra na abertura não é estanque, nem pode ficar alheio às mudanças certas na paisagem aquele que as observa.

A exemplo de Zygmunt Bauman, também nós percebemos a imperativa necessidade de abrir a janela, enxergar o que está presente fora dela, e pensar com muito cuidado sobre as alterações que visualizamos na paisagem da História. Neste bloco, abordamos dois elementos que se desenham nitidamente neste cenário e que precisam ser definitivamente traçados para que esta pintura seja mais completa e clara, portanto de propriedade e entendimento ao alcance de todos. O primeiro item do qual nos aproximamos procura elucidar como fica a Educação das gerações pós-Holocausto; o segundo item procura respostas ao questionamento: qual é a nossa herança da *Shoah*?

#### 4.1 A educação depois de Auschwitz

Um dos fortes elementos na formação da civilização é a transmissão de conhecimento entre os seres humanos, que decorre, em grande parte, do relato de experiências de vida exemplares.

Luis Gustavo Guilhermano<sup>54</sup>

Preocupo-me com a nova geração. Espero que o meu passado não seja o futuro das gerações que estão por vir.

Laks e Sender<sup>55</sup>

---

54 Posfácio de A sobrevivente A 21646, 2002:177.

55 Como esclarece Aleksander Henryk Laks, radicado há muitos anos no Brasil, o livro O sobrevivente foi escrito com Tova Sender, psicóloga e educadora (grifo do autor na capa da obra).

As aquisições de conhecimento acerca da natureza, dos fenômenos científicos, de nosso próprio funcionamento psíquico e fisiológico, de nossa organização social, de aparatos tecnológicos complexos e sofisticados que modificam nossas vidas, chegam, em nosso tempo, a um patamar nunca visto anteriormente. Com os conhecimentos que foram sendo acumulados e aperfeiçoados historicamente pela humanidade, atingimos possibilidades de vida que ainda não haviam sido estimadas. A modernidade traz consigo perspectivas inéditas de sobrevivência, resultantes do esforço humano em empreender tentativas que envolvem acertos e erros, com pesquisa e leitura, mas também é uma época marcada pelas catástrofes, pelas crises, pela dificuldade de convivência entre as pessoas, pela intensa manifestação de intolerância e desconsideração pela vida e pelo outro, numa demonstração de inaptidão no uso de ferramentas cognitivas que deveriam auxiliar a preservar a vida.

Já foi esclarecido como Auschwitz é resultado direto da tecnologia, com efeitos cada vez mais fortalecidos pelo emprego pernicioso de seus mecanismos modernos. Portanto, o conhecimento utilizado para legitimar e potencializar o Mal. Cabe, então, o questionamento: como deve ser conduzido o conhecimento pelas próximas gerações no sentido de não permitir a repetição das atrocidades de Auschwitz e de outras crueldades já ocorridas e que continuam acontecendo? Ou então: que papel a educação pode exercer no sentido de a humanidade usufruir positiva e coletivamente das vantagens que a tecnologia pode oferecer?

No sentido de responder a esse questionamento, valemo-nos de algumas declarações de Adorno, filósofo e diretor do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade Johann Wolfgang Goethe. O professor pauta seu estudo a partir de uma premissa: a de que Auschwitz não se repita, pois toda a barbárie se opõe à educação, apesar de o barbarismo estar no princípio da civilização. Defende que é necessário ter clareza quanto aos mecanismos capazes de tornar as pessoas genocidas, esclarecê-las e à sociedade em geral sobre esses mecanismos, para despertar a consciência de todos e impedir que funcionem novamente.

Adorno indica que a Educação é a maneira pela qual se podem conhecer os dispositivos que possibilitam a barbárie e ajudam a evitá-la. Entende educação como postura de auto-reflexão crítica que deve ser estimulada desde a infância, sobretudo

na primeira (1995:108), com a autonomia como força para a reflexão, para a autodeterminação, para gerir e assumir as próprias decisões e atitudes sem se deixar influenciar pela coletividade massiva. Para isso, esclarece que a sociedade deve ocupar-se dos impactos produzidos pelos meios de comunicação de massa sobre um “estado de consciência primitivo e não liberal”, sugerindo a formação de “grupos e colunas móveis de educação” (1995:112) como maneiras de aprendizado coletivo, apesar de toda a resistência social que, segundo ele, certamente haverá. Propõe, ainda, a necessidade de enfrentarmos o problema da coletivização (p. 113) e da civilização que amarra e sufoca as pessoas, tornando-as sádicas, incapazes de amar e cegas na identificação com o coletivo.

O filósofo atenta para o fato de que, num mundo que prima pela técnica e produz “pessoas tecnológicas” (1995:118), nem mesmo o Cristianismo foi capaz de acabar com a frieza que permeia os homens porque não aboliu “a ordem social que produz e reproduz a frieza” (p. 120). E que, por isso, devemos investir numa “educação que não mais premie a dor e a capacidade de suportá-la” (p. 114). Em outras palavras, não devemos reprimir a angústia resultante do contexto moderno, mas encará-la reflexivamente e elaborá-la, como há muito orienta a filosofia.

Adorno finaliza seu raciocínio apontando um item como urgente para análise: o sentimento de nacionalismo agressivo. Afirma que este foi um fator importante para o surgimento do genocídio, bem como pode estar na base de um ressurgimento da perseguição e eliminação dos judeus e de outros povos: “Amanhã pode ser a vez de outro grupo que não seja o dos judeus; o dos velhos, por exemplo, que ainda foram poupados - em parte - no Terceiro Reich, ou os intelectuais, ou simplesmente os grupos dissidentes. O clima – e saliento esse ponto – que mais favorece a repetição de Auschwitz é o re-despertar do nacionalismo” (1995:122). E o que é urgentemente relevante, como Adorno assinalou no início do seu texto e enfatiza novamente no final, é a idéia primeira de que *Auschwitz não se repita* (grifo nosso).

A professora Shoshana Felman também reflete sobre a educação e sua ligação com situações traumáticas como o Holocausto, por sua vez, relacionando a educação à crise que se instala no ser humano por ocasião do questionamento de suas certezas. Interrogações que surgem nos momentos trágicos e sinistros.

Acreditando que há possibilidade de aprendermos com e por meio de crises vivenciadas, ela aplicou a teoria à prática com um grupo de alunos seus, obtendo resultados inesperados inclusive para si mesma. E apresenta algumas considerações importantes quanto à conexão possível entre crise, aprendizagem e o papel pedagógico do professor-orientador nesse processo.

Partindo de leituras significativas sobre testemunhos de crise de escritores como Kafka, Camus, Dostoievski, Freud, Mallarmé, Celan; depois assistindo com sua classe de alunos a documentários e a entrevistas de sobreviventes do Holocausto, percebeu que algo inédito estava ocorrendo: seus alunos estavam, literalmente, em crise, com o trabalho que fora conduzido, tendo, eles mesmos, vivenciado momentos de angústia, de incompreensão, de deslocamento e desajuste semelhante aos experimentados pelos escritores e sobreviventes (esse aspecto do trauma da sobrevivência já abordamos com maior especificidade no capítulo 2). Felman esclarece que: “os estudantes emergiam de alguma forma mudados do encontro com cada um dos textos” (2000:51); e acrescenta: “Parece-me que esta dimensão acrescida do *real* [vídeos] foi, neste momento, igualmente relevante e necessária para o *insight* que estávamos adquirindo em relação ao testemunho” (p. 55, grifos da autora).

E Felman constatou que, justamente a partir dessa situação de incômodo produzida pela experiência didática das leituras e filmes, foi possível aos alunos compreenderem em profundidade a situação extrema do Holocausto e de outros fatos devastadores nas vidas das pessoas destacadas nos estudos, culminando no aprendizado dos seus alunos, bem como na correspondência aos objetivos que ela se propôs e à turma. Felman chama a atenção para o aspecto de vivermos um momento histórico marcado por crises intensas, e é justamente delas que podemos tirar uma “lição genérica” que auxilia na construção de conhecimento:

Aventuraria-me a propor, hoje, com a lição acidental, mas ainda assim, genérica, que aprendi com a classe, que ensinar, em si mesmo, enquanto tal, ocorre apenas através de uma crise: se o ensinar não se depara com uma espécie de crise, se ele não encontra nem a vulnerabilidade nem a explosividade de uma dimensão crítica e imprevisível (explícita ou implícita), ele provavelmente não ensinou verdadeiramente: ele talvez tenha transmitido alguns fatos, transmitido algumas informações e alguns documentos, com os quais o estudante ou o público – os receptores – possam, por exemplo fazer exatamente o que as pessoas fizeram com a

informação durante o Holocausto, que deixavam fluir, mas que ninguém podia *reconhecer*, e que ninguém podia, portanto, verdadeiramente, *aprender* ou *pôr em prática*. (FELMAN, 2000:67, grifos da autora)

Segundo Felman, é condição própria da vida o aprendizado constante do homem. E cabe ao professor promover momentos de crise e reflexão sobre ela para que o ensinar e o aprender realmente aconteçam: “penso, portanto, que meu trabalho de professora, por mais paradoxal que possa soar, foi de fato aquele de criar o estado de crise mais agudo que a classe pudesse tolerar, sem ‘enlouquecer os estudantes’, sem comprometer os vínculos dos estudantes” (p. 67, grifos da autora).

Conforme apontam os autores aprofundados nesse ponto, a Educação deve orientar-se a partir das vivências históricas, traumáticas ou não, para reformular-se, constituir, realmente, ferramenta de reflexão, autocrítica, libertação para esta e para as próximas gerações. A Educação deve ser instância privilegiada para a preocupação com o humano e o social, o particular e o coletivo, o respeito e a tolerância, no sentido de garantir a todos uma vida digna e plena neste nosso tempo e no vindouro.

## 4.2 A herança de Auschwitz

Na Europa – e também nos Estados Unidos –, o Holocausto tem espaço garantido para o estudo nas escolas e em cursos organizados especialmente com esse objetivo: resgatar continuamente o acontecimento, não deixando que ele caia no esquecimento coletivo. Na Itália, existe uma data especial, conhecida como o Dia da Memória [Giorno della Memória]<sup>56</sup>, na qual são lembradas as vítimas e pessoas que as auxiliaram durante a guerra. Já em Israel, instituiu-se o Dia da Recordação do Holocausto<sup>57</sup> quando o tráfego pára e as pessoas ficam imóveis no mesmo lugar, durante dois minutos. Delegações de escolas israelenses (e de outros países)

<sup>56</sup> Em virtude de uma lei italiana, o dia 27 de janeiro se tornou o Dia da Memória (dia da libertação do campo de Auschwitz em 1945). Conforme Cidro (2004), nos últimos anos, a data reverencia muito mais os “justos”, pessoas que arriscaram suas vidas para salvar alguns judeus, do que as próprias vítimas.

<sup>57</sup> Data comentada no livro dos jornalistas Yehuda Koren e Eilat Negev: Gigantes no coração, 2006:212-214.

visitam Auschwitz-Birkenau anualmente, também o fazem os estudantes poloneses. Há levas, inúmeras levas de turistas visitando o pátio de Auschwitz durante todo o ano. Cerimônias oficiais acontecem em datas significativas nos países europeus para lembrar as vítimas do Holocausto. Inúmeras publicações de autobiografias, diários, cartas, biografias de sobreviventes ou não, fazem parte da bagagem cultural de quem se dispõe a ler em alemão, francês, inglês, espanhol, italiano, iídiche, português, entre outras línguas.

Numa época notadamente contraditória, marcada pelos questionamentos e suspeitas levantadas quanto à autenticidade e/ou alcance do Holocausto, formulados com frequência por “revisionistas” e “negacionistas”, num momento histórico em que a Europa e também outras partes do globo, entre elas o Brasil, são abaladas por manifestações anti-semitas e de cunho essencialmente preconceituoso, evidentes e violentas, torna-se cada vez mais importante e necessário manter viva a memória do fato.

Primo Levi comenta, em *Os afogados e os sobreviventes* (2004), de uma pergunta comum formulada e dirigida a ele em suas palestras, sobre a possibilidade de acontecer no futuro um genocídio semelhante ao infligido aos judeus no séc.XX. E ele respondia que o Holocausto aconteceu como resultado de vários elementos que se combinaram: o estado de guerra, o perfeccionismo tecnológico e organizativo alemão, a vontade e carisma de Hitler, a ausência de sólidas raízes democráticas na Alemanha. Segundo Levi, esses elementos tiveram que compactuar e ocorrer simultaneamente para a concretização do Holocausto, sendo improvável que todos eles venham a figurar novamente, numa sincronia de tempo e espaço, mas, alerta, isso não é impossível. “Esses fatores podem reproduzir-se, e parcialmente já estão se reproduzindo em várias partes do mundo” (p. 75). Portanto, a idéia de lembrar para não deixar cair no esquecimento, tornando real o recado de que nunca mais aconteça, é essencial para nossa postura de humanidade que aprende com suas falhas e procura, a partir delas, projetar e viabilizar um mundo melhor a ser deixado para quem virá depois de nós.

Porém, celebrar a memória e cantar um “nunca mais”, em algumas datas específicas do ano, é muito pouco. Segundo a professora de origem francesa Amelia

Cidro, em resenha redigida a partir da obra de Georges Bensoussan, *Auschwitz en héritage. D'un bon usage de la mémoire* (1998), a celebração coletiva, em relação principalmente a uns poucos que tiveram a iniciativa de rejeitar a ordem vigente na época e se dispuseram a salvar algumas centenas de judeus, corre o risco de neutralizar as ações que deveriam ser enaltecidas, traduzindo-se numa narrativa de cunho comum, tranquilizadora e pacificadora, na qual uns poucos passam a ser tidos como heróis enquanto se ignora a atitude da grande maioria. Cidro, a partir de proposição de Bensoussan, questiona: alguns indivíduos realmente ajudaram os judeus durante o Holocausto, mas, e todos os demais? E os amigos e vizinhos e colegas de escola? E os colegas de trabalho? E os parceiros de negócios? E todos os outros? O herói que deveria ser a norma, na verdade representa a exceção, e esse é um dado que precisa ser analisado com profundidade. Cidro comenta que as datas de celebração do Holocausto, como o Dia da Memória na Itália, e em outros países europeus, acabam absolvendo uma massa de culpados, devido ao caráter anônimo dessa massa, marcada pela generalidade e pelo pouco efeito dos atos individuais perdidos numa gama imensa de atos comuns.

Conforme Cidro ressalta das idéias de Bensoussan, é imprescindível a análise histórica para se determinar o que realmente possibilitou o Holocausto, se foi uma barbárie imprevista na trajetória da humanidade ou se potencialmente inerente à evolução e organização civilizatória, além de esclarecer o sentido do que veio antes e depois, evitando os nivelamentos generalizantes e colocando em relevo o que o acontecimento apresentou de singular e inédito. Caso contrário, “Chegará o dia, quando os contemporâneos do desastre tiverem desaparecido, no qual essa saída da História favorecerá a mitificação, isto é, a banalização do fato, de resto já iniciada, que consiste em não diferenciar sua especificidade” (BENSOUSSAN, 2002, p. 102 apud CIDRO).<sup>58</sup> Essa catástrofe é particularmente diferente, e é assim que deve ser refletida pela História, e transmitida às gerações: em toda a sua singularidade.

“A memória de Auschwitz, ao colocar interrogativos sobre as estruturas do nosso presente, é uma memória viva, não apenas ligada ao martiriológico”

<sup>58</sup> “Verrà il giorno quando i contemporanei del disastro saranno tutti scomparsi, in cui questa uscita dalla Storia favorirà la mitizzazione, vale a dire, l’ulteriore banalizzazione del fatto, del resto già avviata, che consiste nel non distinguere la specificità [...]”

(BENSOUSSAN, 2002, p. 102, apud CIDRO).<sup>59</sup> Estruturas entendidas como mecanismos de controle e de gestão de todos os homens. Em tempos tranquilos, é possível prever como esses mecanismos atuam, porém, suspensas a tranquilidade e a normalidade, como em períodos de guerra por exemplo, torna-se complicado antever como funcionarão os mecanismos. A memória de Auschwitz favorece a desconfiança em relação à autoridade e ao controle do grupo, e também estimula a crítica à ordem estabelecida, “Porque examina os mais diversos comportamentos sociais. Ilumina as relações entre crime e normalidade” (id., ibid.).<sup>60</sup>

Como esclarece CIDRO em sua resenha, Bensoussan propõe uma análise dos conflitos acontecidos no século XX, em especial da 1ª Guerra, e aponta indícios comprometedores como as novidades bélicas na trincheira ou o uso de gases sobre vítimas amontoadas, afirmando que as guerras do século foram desejadas, arquitetadas, planejadas e aperfeiçoadas pelos estados e pelas nações, numa verdadeira “legalidade do horror”. É esse aspecto que legitima a violência e a banaliza que deve deixar a todos atentos e cautelosos, uma vez que não é um acidente, nem uma calamidade histórica, e sim, um projeto institucional resultante da sociedade de massa, de sua estrutura e pressupostos. O relevante legado que recebemos de Auschwitz é a chance de questionarmos esses pressupostos, essa estrutura social através da análise histórica.

É a pesquisa histórica a atividade que permite a análise e a reflexão geral, que “devolve o nome às pessoas e também aos algozes”, sejam estes últimos “feras”, “burocratas” ou apenas pessoas comuns que optaram pelo papel de ignorantes do fato ou de carrascos das vítimas. A pesquisa histórica permite resgatar a voz das vítimas e conceder-lhes seu devido espaço, favorecendo que conheçamos as suas verdades.

Bensoussan alerta para o perigo de uma certa pornografia do horror ou do mal, na qual a ênfase se dá na circulação de fotos e imagens com a única função de

---

59“La `memoria di Auschwitz´, ponendo interrogativi alle strutture del nostro presente, è una memoria viva, non legata al solo martiriologio. Essa educa alla diffidenza nei confronti dell'autorità e del gruppo, così come alla critica dell'ordine costituito.”

60“Poiché esamina i più diversi comportamenti sociali, mette in luce i legami fra il crimine e la normalità.”



ofender e humilhar indefinidamente as vítimas, não favorecendo em nada o pensar e lembrar a *Shoah*. Divulgar fotos de corpos calcinados, cadáveres expostos, montanhas de mortos “são elementos de uma dessacralização da pessoa no próprio coração da sociedade de massa”, (BENSOUSSAN, 2002, p. 101 apud CIDRO)<sup>61</sup>, produzindo um sentimentalismo que favorece a tolerância diante do que deveria chocar, indignar porque intolerável, diz o historiador francês.

Questiona-se, então: o que comemorar, o que lembrar, o que ensinar? Nas palavras de Cidro, “longe de ser uma ocasião para celebrações, a herança de Auschwitz se configura como uma lição de História e de Política tremendamente atual”.<sup>62</sup> Sua lembrança deve ser capaz de questionar o nosso presente político, não apenas nossa atitude moral, pois lembrar e ensinar Auschwitz significa colocar “em discussão a arqueologia da nossa modernidade, as estruturas disciplinares e de exclusão social, o peso do conformismo numa sociedade individualista de massa, o primado da visão biológica sobre a política” (BENSOUSSAN, 2002:118). O historiador assinala a necessidade de avançar além da questão do dever moral da comemoração, por si só desprovida de valor reflexivo, para um nível mais elevado de comprometimento, de modo que “o dever de História deve prevalecer sobre o dever de memória” (BENSOUSSAN, 2002:101).<sup>63</sup>

No ano de 2004, o sobrevivente de Auschwitz e Buchenwald, Nobel da Paz de 1986, Elie Wiesel, foi o protagonista do Dia da Memória na Itália. Em entrevista acompanhada por Ida Dominijanni<sup>64</sup> pelo Telejornal, ela transcreve uma das falas do sobrevivente, na qual ele declara:

Ninguém pode imaginar o que significou estar num campo de concentração. Os jovens de hoje podem perguntar-se por que aconteceu; por que os aliados não bombardearam as estradas de ferro que conduziam a Buchenwald; por que Pio XII não disse aquilo que poderia ter dito contra a perseguição hebraica; por que o povo alemão, em sua totalidade ou quase, apoiou as idéias e a política de extermínio de Hitler. Mas, de maneira alguma, podem ensimesmar-se naquilo que as vítimas viveram diretamente. A experiência de Auschwitz permanece não-cognoscível. (WIESEL apud DOMINIJANNI, 2004)<sup>65</sup>

---

61 “sono elementi di una desacralizzazione della persona nel cuore stesso della società di massa”,

62 “Ben lontana dall'essere occasione di celebrazioni, l'eredità di Auschwitz si configura così come una lezione di storia e di politica maledettamente attuale”.

63 Cf. edição italiana consultada: L'eredità di Auschwitz. Come ricordare? Tradução de Camilla Testi. Torino, Einaudi, 2002.

64 Ida Dominijanni é pesquisadora, jornalista e docente universitária.

Apesar de todos os filmes, os documentários, as imagens, os estudos, a experiência e a herança de Auschwitz precisam ser profundamente lembradas, refletidas, na busca de “um trabalho genealógico, não na descoberta de um passado objetivado, mas da nossa proveniência, daquilo que nos constitui da maneira como somos” (DOMINIJANNI, 2004). Ela propõe um trabalho de resgate dessa memória, não mais como uma atividade arqueológica, mas, sobretudo, como uma atividade de característica genealógica. Isso porque, pelo que Dominijanni observa, a comemoração do Dia da Memória pode acabar sendo fixada como algo definitivamente pertencente à esfera do passado, relegada a um segundo plano de importância. Auschwitz é “uma recordação da qual não deveríamos nos isentar em nenhum dia do ano”, pois, completa, é “um evento cuja atualidade espectral reside no fato de que foi e não é mais, mas pode voltar”.<sup>66</sup>

A escritora, mais adiante na sua reflexão, afirma: “O campo nasce antes do nazismo”,<sup>67</sup> e ele foi e é possível cada vez que houve e há a suspensão dos direitos fundamentais estabelecidos, num verdadeiro “estado de exceção” que, por sua vez, também é resultado da normatização. Dominijanni enfatiza a importância de estarmos atentos aos regimes políticos, em especial, à democracia que é massificante, revelando até uma certa afinidade desta com o totalitarismo. Dominijanni finaliza seu artigo citando o filósofo Giorgio Agamben em *Homo Sacer*. Auschwitz é “uma anomalia que pertence ao passado, porém, de alguma maneira, representa a matriz escondida, o *nomos* do espaço político no qual ainda vivemos” (AGAMBEN apud DOMINIJANNI).<sup>68</sup>

---

65 “Nessuno può immaginare che cosa significasse trovarsi in un campo di sterminio; i giovani di oggi possono chiedersi perché è successo; perché gli alleati non bombardarono le ferrovie che portavano a Buchenwald; perché Pio XII non disse quello che poteva dire contro la persecuzione ebraica; perché il popolo tedesco nella sua intelligenza o quasi appoggiò le idee e la politica di sterminio di Hitler; ma non possono in nessun modo immedesimarsi in ciò che le vittime dello sterminio vissero direttamente. L’esperienza di Auschwitz resta inconfondibile”.

66 “un ricordo dal quale non dovremmo esentarci in nessun giorno dell’anno [...] un evento la cui attualità spettrale sta nel fatto che è stato e non è più, ma può tornare.”

67 “Il campo nasce prima del nazismo [...]”.

68 “[...] una anomalia appartenente al passato, ma, in qualche modo, la matrice nascosta, il *nomos* dello spazio politico in cui ancora viviamo”.

## CONCLUSÕES

Naquele momento, depois de um tempo que foi ao mesmo tempo de chamas e vapores, a névoa se tornara rarefeita e eu agora via a escadaria, livre de qualquer monstro, branca no sol de abril. (ECO, 2005: 431)

O limbo: névoa. Perguntas. A mão e o tempo. O caminho (monstros). Escolhas. Luzes nos degraus. O sol. Eu. Ao início do trabalho, afirmávamos a intenção de empreender trajeto semelhante ao do Sr. Giambattista Bodoni, personagem de Umberto Eco. Ele, a quem conhecemos a partir do momento em que acorda envolto pelas brumas do desconhecimento de si mesmo. Ele que, perguntando sobre a sua identidade, submerge em seus livros para resgatar-se e flagrar a si mesmo menino nos porões e sótãos da antiga casa que fora de seus pais. Angústia, curiosidade, medo, descobertas, surpresa, persistência, marcam a procura frenética e o provável encontro consigo.

De certa forma, esse parece ser o trajeto de todo aquele que, certo apenas de sua incompletude humana, lança-se em busca do desconhecido para compreendê-lo e aproximar-se dele. O Sr. Bodoni embrenha-se de corpo e alma nas névoas impregnadas de esquecimento e lembranças para redefinir-se numa memória de papel. Nós nos lançamos nas leituras e discussões para iluminar o Holocausto, fato, até a realização deste trabalho, de pouca visibilidade para nós.

Acreditamos que algumas luzes puderam ser lançadas a fim de que o tema do Holocausto se tornasse mais inteligível, através desta pesquisa. Realizada no breve período de dois anos, correspondentes à duração do Curso de Mestrado, a mais contundente afirmação que podemos fazer é de que a investigação não se esgota

aqui, nem o problema está definitivamente equacionado. E que não temos a pretensão de declará-lo resolvido. Muitas coisas importantes foram aprendidas, mas é certo que o assunto não se fecha e acaba em si mesmo, pelo contrário, abre inúmeras portas e janelas para que adentremos e reconstruamos o nosso pessoal e coletivo entendimento da guerra e da História, da solidariedade ou de sua falta, do medo, da morte, do desrespeito às diferenças, da intolerância, da organização social, da vida. Ou ainda e essencialmente, para repensar acerca do questionamento elaborado por Ety Hillesum que, no fundo, é próprio das pessoas que adotam a postura de eternos aprendizes: “Os seres humanos não sabem muito acerca de si mesmos, não é verdade?” (HILLESUM, 1981:58).

Apostamos no fato de que nosso trabalho possa colaborar a pensar realmente o Holocausto, pois, refletir com profundidade sobre ele permite e resulta em conhecimento e aprendizado. Só nos apropriamos daquilo que investigamos com afinco.

Num momento em que “falar com os jovens é cada vez mais difícil” (LEVI, 2004:172), em que se despedem da vida os últimos sobreviventes e vítimas diretas do Holocausto, época em que se bombardeiam com dúvidas revisionistas e negacionistas os depoimentos das vítimas, são imprescindíveis os resgates empreendidos nos meios acadêmicos e na mídia, com o estímulo de professores e outros profissionais comprometidos com a História, nas sugestões de leituras indispensáveis, na angústia positiva que impregna a nossa alma de principiantes que precisam saber mais sobre a trajetória da sua Humanidade.

De fato, a nossa história é também a do Holocausto. Nas palavras do doutor em Filosofia, professor Luis Milman (2004)<sup>69</sup>, “[...] é fundamental fazer uma observação: o Holocausto não diz respeito apenas aos judeus. Ele é parte da história humana e sua incidência na história demanda uma capacidade de análise crítica sobre os alicerces da própria civilização moderna e seus valores” (MILMAN). Nossa aproximação com o Holocausto não se dá por sermos vítimas ou envolvidos diretos no fato, mas na condição de modernos homens e mulheres ocidentais que

---

69“O Holocausto: verdade e preconceito”, por Luis Milman. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 30 nov. 2006.

recebem a *Shoah* como herança memorialística e histórica. É de responsabilidade da nossa geração e das vindouras manter viva a lembrança do Holocausto, uma vez que aqueles que o vivenciaram, na pele, estão desaparecendo.

“[...] observamos uma mudança de paradigma na atual literatura do Holocausto”, deduz a crítica literária alemã, Sigrid Löffler<sup>70</sup>. “Não são mais as próprias vítimas sobreviventes que narram” e, sim, uma nova geração de narradores preocupados em resgatar a reminiscência biográfica das vítimas, evitando que ela se perca ou desapareça da memória coletiva. “Afinal, é preciso transferir a lembrança pessoal do testemunho de época para a forma duradoura da construção literária”, continua Löffler.

Na verdade, o tema do Holocausto nunca foi tão presente como em nossa época. Contundente em cada obra original ou traduzida para acesso dos mais diversos leitores. Um apelo à reflexão em cada filme que aborda o assunto. Uma chama que queima e machuca a mente nas entrevistas ou documentários assistidos e lidos. Também é lembrado a cada manifestação neonazista, em cada artigo ofensivo e inescrupuloso escrito por indivíduos ou organizações negacionistas e revisionistas. São textos, na maioria das vezes, propagados em caráter de verdades absolutas, difundidas inclusive na internet. O forte e incontrolável anti-semitismo que instigou e permitiu o genocídio está evidente, mais uma vez. Como analisa o pesquisador, historiador e jornalista, que morou no Brasil durante 50 anos, atualmente residindo em Belluno (Itália), Giulio Sanmartini:<sup>71</sup>

O anti-semitismo na Europa está recomeçando prepotentemente. Sinagogas são queimadas na França, cemitérios hebreus são destruídos na Suécia, outro dia mesmo, um príncipe inglês, neto da Rainha, foi a uma festa fantasiado de nazista; um time de futebol holandês, ligado historicamente aos judeus, resolveu tirar qualquer sinal dessa religião para evitar ser vaiado pelos adversários. Conversando com um grupo de intelectuais bellunenses, tive que ouvir de um deles, a seguinte imbecilidade: “Os judeus têm que parar com essa coisa de Holocausto, já passou”. (SANMARTINI, 2005, grifo do autor)

70 Sigrid Löffler (1942), de ampla atuação na imprensa alemã e austríaca, participou até 2000 do extinto programa literário de televisão Literarisches Quartett e fundou a revista *Literaturen* em 2001. Citamos aqui trechos do artigo de Löffler, intitulado “Holocausto vira objeto de ficção”. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1470087,00.html>. Acesso em: jul.2006.

71 O jornalista Giulio Sanmartini é autor do artigo “Holocausto I”. Disponível em: <http://www.visaojudaica.com.br/Fevereiro/2005/artigo/8.htm>. Acesso em 10 dez. 2006.

“O Holocausto já passou, chega de os judeus incitarem a compaixão da humanidade para si”; ou “os campos de concentração nunca existiram nem funcionaram da maneira como são descritos pelos judeus, interessados em manipular os dados a seu favor”. Estes são dois dos conhecidos argumentos dos quais se valem revisionistas e negacionistas para justificar as suas opiniões sobre o Holocausto.

Conforme a professora Valentina Pisanty<sup>72</sup>, cabe fazer uma distinção entre revisionistas e negacionistas. No entanto, antes de esclarecer as diferenças e semelhanças entre eles, Pisanty reflete sobre o discurso histórico, suas implicações e particularidades, apresentando-nos pontos teóricos importantes: “[...] sabe-se que todo discurso histórico”, afirma ela, “bem como toda crônica de jornal, todo testemunho jurídico, toda reportagem televisiva, etc., são fruto de uma reconstrução eminentemente falível de eventos, por si sós de difícil apreensão em sua totalidade” (PISANTY, 2004, p. 41).<sup>73</sup>

Como o fato histórico é algo que já aconteceu, cujo discurso não é transparente, nem óbvio, nem pode ser reduzido, cabe aos historiadores empreenderem o esforço de elucidá-lo, considerando a sua complexidade: “[...] o que o historiador pode fazer é partir dos sinais ou marcas que o evento deixou no presente, sob forma de documentos, de testemunhos, de resíduos materiais e assim por diante, para reconstruir, de forma conjectural, uma versão verossímil dos fatos” (PISANTY, 2004, p. 41).<sup>74</sup> Assim, o historiador deverá selecionar, dentre as mais variadas informações, registros, documentos, as mais diversas versões de um mesmo fato, para apresentar à sociedade uma reconstrução confiável desse fato, embasada na investigação minuciosa e comprometida do profissional.

---

<sup>72</sup>“Revisionismo e Negazionismo”, por Valentina Pisanty. Università di Bologna (Itália) – Atas do Seminario Figure della Memoria, Università di Firenze, 8-15 Gennaio, 2004, p. 41-51. Disponível em: <http://www.rete.toscana.it/sett/lefp/publicazioni/allegati/edu05op.pdf>. Acesso em 31 out. 2006.

<sup>73</sup> “[...] si sa che ogni discorso storico così come ogni cronaca giornalistica, ogni testimonianza giuridica, ogni reportage televisivo, eccetera è il frutto di una ricostruzione eminentemente fallibile, di eventi di per sé inafferrabili nella loro totalità.”

<sup>74</sup> “[...] ciò che lo storico può fare è di partire dai segni che l’evento ha lasciato nel presente, sotto forma di documenti, di testimonianze, di residui materiali, e così via, per ricostruire congetturalmente una versione di come verosimilmente si sono svolti i fatti.”

Sustentando essa postura, na verdade, todo historiador deveria estar disposto a expor as suas convicções teóricas e deixar-se provocar por questionamentos que poderiam suscitar a discussão interessada em melhorar a reconstrução do evento histórico. Nessa medida, afirma Pisanty, todo historiador é um pouco revisionista. Entretanto, alerta Pisanty, isso não significa estar “disposto a recolocar constantemente em jogo sua própria reconstrução do passado, sempre que emerge algum novo indício ou alguma nova hipótese que se apresente incompatível com a interpretação anterior dos fatos [...]” (p. 41).<sup>75</sup>

Conforme a autora, os revisionistas “propõem, em suma, hipóteses provocatórias que aspiram a minar ou reverter certas crenças históricas consolidadas” (p. 42).<sup>76</sup> Alguns são mais radicais e sugerem interpretações totalmente contrárias às sustentadas pela historiografia, “introduzindo nexos causais inéditos na representação dos fatos [...]” (p. 42)<sup>77</sup>, o que vem a ser, de certa forma, menos nocivo do que pretendem os negacionistas.

“Mas os piores de todos são os chamados ‘negativistas’, aqueles que negam a existência da *Shoah* [...]. Afirmando que os campos de concentração não existiram, que tudo foi propagado pela imprensa mundial nas mãos dos judeus”, comenta o italiano Giulio Sanmartini (op. cit.). Apesar de alguns negacionistas se autodenominarem revisionistas, os historiadores contestam essa identificação, pois “enquanto o historiador respeitável é revisionista, no sentido de que está disposto a questionar constantemente seus próprios conhecimentos adquiridos – sempre que a evidência documental o induza a rever suas posições -, o negacionista é aquele que nega a própria evidência histórica” (PISANTY, 2004, p. 44).<sup>78</sup>

Segundo Pisanty, o negacionismo não é um fenômeno novo, havendo manifestações de contestação ao Holocausto logo após a libertação dos campos no

---

75 “[...] è disposto a rimettere costantemente in gioco la propria ricostruzione del passato qualora emerga qualche nuovo indizio o qualche nuova ipotesi che si dimostri incompatibile con la sua precedente interpretazione dei fatti.”

76 “[...]propongono insomma ipotesi provocatorie che aspirano a minare o a capovolgere certe credenze storiche consolidate”.

77 “[...] introducendo nessi causali inediti nella rappresentazione dei fatti.”

78 “[...] mentre ogni storico che si rispetti è revisionista, nel senso che è disposto a rimettere costantemente in gioco le proprie conoscenze acquisite qualora l’evidenza documentaria lo induca a rivedere le sue posizioni, il negacionista è colui che nega l’evidenza storica stessa.”

final da guerra, porém, eram isoladas e menos evidentes. Desde 1978, a situação se modificou com a fundação do *Institute for Historical Review* (IHR), Califórnia. Antes isolados e sem grande crédito, agora organizados num instituto pseudo-acadêmico (afinal, nenhum revisionista é historiador), no qual negacionistas publicam seus textos numa revista chamada *The Journal of Historical Review*, sob responsabilidade do instituto.

A pesquisadora indica a existência de, pelo menos, três grupos distintos de negacionistas. O primeiro é formado pelos “precursores”, seriam os primeiros que se aventuraram a negar o Holocausto. Nesse rol, a autora menciona, na França, os nomes de Maurice Bardèche e Paul Rassinier (p. 44). Os próximos seriam os “pesquisadores”. Para Valentina Pisanty, são basicamente oito as principais idéias difundidas pelos negacionistas “pesquisadores”, citadas a seguir:

1. a Solução Final consistia na emigração e não no extermínio;
2. não houve nenhum morto com gás;
3. a maior parte dos judeus desaparecidos emigrou para a América ou União Soviética, o que impede um controle rigoroso das suas origens;
4. os poucos judeus justicados pelos nazistas eram criminosos subversivos;
5. a comunidade hebraica mundial persegue todos aqueles que desejam desenvolver um trabalho de pesquisa histórica honesta ao redor da II Guerra Mundial, por temerem que a verdade dos fatos seja revelada;
6. não há provas do genocídio;
7. o ônus da prova cabe aos “exterminiosistas”;
8. as contradições evidentes nos cálculos demográficos que os historiógrafos apresentam atestam a fraude desses dados. (p. 45)<sup>79</sup>

Um terceiro e mais agressivo grupo, composto pelo que ela propõe denominar “divulgadores”, são os que operam, sobretudo, nos Estados Unidos e no Canadá, devido à flexibilidade das leis nesses países. Pisanty esclarece:

---

79 “1. La soluzione finale consisteva nell’emigrazione e non nello steminio; 2. non ci furono gassazioni; 3. la maggior parte degli ebrei scomparsi emigrarono in America e in Unione Sovietica facendo perdere le loro tracce; 4. i pochi ebrei giustiziati dai nazisti erano criminali sovversivi; 5. la comunità ebraica mondiale perseguita chiunque voglia svolgere un lavoro di ricerca storica onesta attorno alla seconda guerra mondiale per timore che emerga la verità dei fatti; 6. non vi sono prove del genocidio; 7. l’onere dela prova sta dalla parte degli “sterminazionisti”; 8. le contraddizioni presenti nei calcoli demografici della storiografia ufficiale dimostrano con certezza il carattere menzognero delle loro tesi.”



O que caracteriza o trabalho dos divulgadores é a extrema grosseria de suas argumentações, expressas de acordo com o estilo vulgar da propaganda anti-semita mais chula – é preciso dizer que nos Estados Unidos os negacionistas são protegidos pela Primeira Emenda da Constituição (liberdade de opinião) e, portanto, não têm problemas em driblar a censura como, pelo contrário, precisam fazer seus colegas e parceiros de cruzada europeus. Os divulgadores são particularmente ativos nos campi universitários, onde fazem proselitismo a partir das páginas das revistas estudantis e na internet, onde existe uma proliferação de *sites* negacionistas, impossíveis de serem censurados. [...] eles dificilmente perdem tempo polemizando com uma testemunha pouco conhecida de quem se ocupa profissionalmente da historiografia concentracionária. Pelo contrário, escolhem alvos de efeito garantido [...] como Elie Wiesel e Anna Frank. O que estimula os negacionistas a denegrir os testemunhos desses personagens célebres deve ser buscado no impacto midiático que eles têm. Insinuando dúvidas sobre a credibilidade das testemunhas, esperam estender essa atitude de desconfiança a qualquer outro aspecto da história da II Guerra Mundial, inclusive às câmaras de gás. [...] (PISANTY, 2004, p. 46-48)<sup>80</sup>

A seleção, alteração e manipulação aleatória, sem qualquer preocupação moral e ética para com as fontes, é a primeira característica, evidenciada por Pisanty, que diferencia o “método interpretativo adotado pelos negacionistas” (p. 47-48). Esse tipo de interpretação arbitrária e ilegítima, diretamente divergente em relação ao aceito pela maioria, não pode ser acolhida como viável. Quem contesta um consenso histórico, deve apresentar provas que ratifiquem as hipóteses levantadas, “responder de forma límpida e exhaustiva diante das objeções que o resto da comunidade, pautada na riqueza da documentação disponível, poderia levantar. [...]” (p. 51).<sup>81</sup>

---

80 “Ciò che caratterizza il lavoro dei divulgatori è l’estrema grossolanità delle loro argomentazioni, che vengono espresse secondo lo stile rozzo della propaganda antisemita più dozzinale – c’è da dire che negli Stati Uniti i negazionisti sono protetti dal Primo Emendamento della costituzione (libertà di opinione), e quindi non hanno problemi di dribblare la censura, come invece devono fare i loro colleghi e compagni di crociata europei. I divulgatori sono particolarmente attivi nei campus universitari, dove fanno proseliti dalle pagine delle riviste studentesche e su internet, dove c’è una proliferazione di siti negazionisti impossibili da censurare. [...] difficilmente un negazionista perderà tempo a polemizzare con un testimone poco noto a chi non si occupa professionalmente della storiografia concentracionaria. Piuttosto scieglierà bersagli di sicuro effetto [...] come Elie Wiesel e Anna Frank. Ciò che stimola i negazionist a denigrare le testimonianze di questi personaggi celebri va cercato nell’impatto mediatico che essi hanno. Insinuando dubbi sulla attendibilità dei testimoni in questione, sperano di estendere l’atteggiamento diffidente a ogni altro aspetto della storia della seconda guerra mondiale, camere a gas comprese.”

81 “[...] rispondere in modo limpido ed esaustivo alle obiezioni che il resto della comunità, sulla scorta dei documenti di cui dispone, con ogni probabilità gli rivolgerbbe.”

Trazemos também presente a esta reflexão o posicionamento do conhecido negacionista Arthur R. Butz<sup>82</sup>, que foi professor associado de Engenharia Electrotécnica, em Chicago. Em artigo publicado no jornal *Daily Northwestern*, datado de 13 de maio de 1991, Butz defende os seus argumentos de forma eloqüente e irônica. Começa falando sobre a “lenda de milhões de judeus mortos pelos alemães durante a 2ª Guerra Mundial”: no fato de os aliados terem encontrado, ao final da guerra, nos campos alemães, pilhas de cadáveres, e de ser reduzido o número de judeus sobreviventes a voltar para a Polónia. Esclarece a preocupação alemã em erradicar o tifo, moléstia epidêmica que assolou o país durante as duas guerras mundiais. A doença teria, na explicação de Butz, sido a responsável por tantas mortes. Também se deve à epidemia o encaminhamento dado aos judeus quando chegavam aos campos: raspar o cabelo, banhos de chuveiro e o uso de gás Zyklon para matar os piolhos.

Conforme o negacionista Butz, o que foi visto e registrado após a abertura dos campos, nada tinha a ver com extermínio. Os próprios campos teriam abrigado, na sua versão, apenas “prisioneiros políticos, criminosos comuns, homossexuais, objectores de consciência e judeus recrutados para o trabalho”. Em relação à “Solução Final”, Butz comenta que, ao contrário do carácter de extermínio que é atribuído aos alemães, “era um programa de evacuação, recolocação e deportação de judeus, que tinha como último objetivo a sua expulsão da Europa”. Continua afirmando não serem apenas alemães os envolvidos nas movimentações de judeus, que também os russos partilharam da mesma tática, em 1940, deslocando os judeus da Polónia para o Leste, o que seria a razão para a quase inexistência de comunidades judaicas na Polónia. Depois da guerra, muitos judeus foram absorvidos por outros países, o que acarreta a impossibilidade de indicar, numericamente, a quantidade de judeus que passaram pelos campos e sobreviveram.

Butz ainda menciona a “incompreensível cegueira” que toma conta da grande maioria dos historiadores que apóia a “lenda” do Holocausto e que, em alguns países, os revisionistas têm sido processados, o que resulta numa postura favorável

---

82 Cf. Pequena introdução ao estudo do Holocausto, por Arthur R. Butz. Disponível em: <http://aaargh-international.org/port/butz.html>, e também em: <http://www.radioislam.org/islam/portugues/revision/butz1/htm>. Acesso em agosto de 2006.

ao Holocausto por pressão política. É difícil aceitar a idéia de judeus sendo massacrados em série, sistematicamente, e outros países da Europa não terem se apercebido, afirma Butz. Conclui o seu artigo afirmando sarcasticamente que, para atestar a realidade do Holocausto, foram necessários os julgamentos pós-guerra, caso contrário, não seriam legitimados pela sociedade.

Queremos, ainda, apresentar alguns elementos defendidos pelo negacionista francês Robert Faurisson<sup>83</sup>, em artigo veiculado na internet, no qual contesta rudemente a Elie Wiesel, a quem Faurisson chama de “testemunha falsa”. Faurisson começa seu texto mencionando que, dos mitos relativos a Auschwitz e Buchenwald de que os judeus eram queimados vivos, mortos por eletrocussão ou pelo uso de água fervente, o mito das supostas câmaras de gás é o único que sobrevive. E afirma que Wiesel teve muita sorte em não ter perecido em alguns desses falsos tratamentos dados aos judeus: “A personalidade de Wiesel ter sobrevivido foi, evidentemente, o resultado de um milagre”, comenta ironicamente Faurisson.

Mencionando nomes que depreciam a obra de Wiesel e de outros sobreviventes, Faurisson atribui os textos das vítimas a romancistas ou a escritores fantasmas dispostos a produzir e lucrar com plágios. Voltando a Elie Wiesel, Faurisson coloca:

Elie Wiesel anda alarmado e faz apelos inflamados contra autores Revisionistas. Ele sente que as coisas começam a ficar fora de controle. Começará a ficar mais e mais difícil para ele manter a maldita crença de que os judeus foram exterminados nas chamadas câmaras de gás. (Id., *ibid.*)<sup>84</sup>

Idéias como as de Butz e Faurisson correm, “metódica e regularmente”, à solta pelo mundo, há 30 anos, “nos principais países do mundo”, declara Milman (2004, *op. cit.*). As afirmações negacionistas, arraigadas em um anti-semitismo integrado “em programas políticos radicais, de direita, esquerda ou fundamentalistas

---

83 Dados retirados de artigo divulgado na internet, intitulado “Elie Wiesel: uma notável testemunha”. Disponível em: <http://www.radioislam.org/isalm/portugues/revision/eliewiesel.htm>. Acesso em 26 nov. 2006. No endereço eletrônico da Radio Islam, encontramos informações sobre Robert Faurisson: “é o revisionista Europeu do Holocausto mais conhecido. Nascido em 1929, foi educado na Sorbonne de Paris, e serviu como professor na Universidade de Lyon em França de 1974 a 1990. Ele é especialista na análise de textos e documentos”.

84 Disponível em: <http://www.radioislam.org/isalm/portugues/revision/eliewiesel.htm>.

religiosos”, como percebido na Europa, Estados Unidos, Argentina, países do Leste europeu, nações muçulmanas e, inclusive, no Brasil, “[...] repetem que, na década de 40, a Alemanha foi levada à guerra pelos judeus; os campos de extermínio não existiram e o regime hitlerista jamais cometeu as atrocidades que lhe são atribuídas” (MILMAN, 2004).

Num tom menos agressivo do que o adotado por Butz e Faurisson, o escritor alemão, Martin Walser<sup>85</sup>, em discurso proferido em outubro de 1998 - ao receber o Prêmio da Paz dos Livreiros Alemães -, questiona e polemiza o que denominou de “instrumentalização do Holocausto”. Segundo Walser, o tema é exaustivamente explorado pela mídia, utilizado para a “rotina da culpa” e para a “apresentação duradoura da vergonha alemã”. Afirma que “nenhum homem sério, nenhum homem gozando de plenas faculdades mentais nega Auschwitz”, mas que quando o passado alemão vem à tona, insistentemente revigorado pela mídia, o escritor deduz que essa obstinação não se deve ao respeito à memória, e sim, à “instrumentalização de nossa culpa para causas do presente. Sempre causas honrosas. Ainda assim, instrumentalização”.

Da discussão acirrada entre Martin Walser e Ignatz Bubis, líder da comunidade judaica da Alemanha na época das declarações, houve apenas um consenso: de que “não há ainda uma linguagem adequada para tratar do passado alemão”.

Contraditória, pois, parece ser a publicação de *A indústria do Holocausto*<sup>86</sup>, de Norman Finkelstein. Filho de judeus perseguidos pelos nazistas, porém sobreviventes do Gueto de Varsóvia e dos campos de concentração, o polêmico escritor não nega o Holocausto, mas aponta alguns elementos perturbadores que vêm, há alguns anos, assombrando a comunidade judaica espalhada pelo mundo e contribuindo para as citações de diversos revisionistas que recorrem ao seu livro como instrumento de questionamento do Holocausto. Apresentamos, na seqüência, alguns dos posicionamentos revelados por Finkelstein em sua obra. A seguir, a

---

85 O polêmico discurso de Martin Walser sobre a instrumentalização do Holocausto pode ser conferido na íntegra em: <http://www.ig.com.br/paginas/igler/especiais/finkel/walser.html>. Acesso em 15 dez. 2006. Walser é autor de diversos livros, e considerado herdeiros dos grandes literatos alemães clássicos.

86 FINKELSTEIN, Norman. *A indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*. Tradução de Vera Gertel. São Paulo: Record, 2001.

opinião do eminente historiador Raul Hilberg sobre o livro e, concluindo, trechos da resenha escrita pela historiadora e professora da Universidade de São Paulo, Maria Luiza Tucci Carneiro<sup>87</sup>.

Filkenstein discute, em seu livro, a idéia propagada de o Holocausto ser único, apesar de admitir que alguns aspectos sejam singulares. Assim, o Holocausto “deveria estar sujeito aos procedimentos fundamentais de contraste e comparação”, como todos os demais temas de investigação histórica. Continua afirmando que “o ponto de partida da indústria do Holocausto é: ‘não compare’”. O autor considera a sua obra como representativa de “um acerto de contas com os ‘publicitários’ do Holocausto que corromperam e rebaixaram a memória do sofrimento do povo judeu”, o que define em crime e desgraça. “A indústria do Holocausto”, assegura Finkelstein, “é uma das maiores fomentadoras do anti-semitismo e da negação do Holocausto no mundo hoje. Ela deve ser exposta, repudiada e banida da vida pública”.

Perguntado sobre a recepção de seu livro nos Estados Unidos, na Alemanha, em Israel, Finkelstein respondeu que poucas críticas sérias foram feitas em relação a sua obra. No geral, dirigiram-lhes ataques pessoais, rejeitaram e boicotaram seu texto. Foi acusado de vingativo porque sua mãe não recebeu qualquer indenização de guerra. Em especial nos EUA, “o quartel-general da indústria do Holocausto”, na explicação dele. A exceção foi a Alemanha, onde a reação do público foi positiva, considerando-se as 130 mil cópias vendidas e as mensagens via e-mail que o autor recebe: “Acho que muitos alemães estão gratos que um judeu finalmente tenha publicado o que quase todo mundo pensa privativamente: o negócio do holocausto fugiu do controle”.

Em relação à manifestação de Martin Walser, Finkelstein declarou concordar com o escritor alemão, pois “a exploração do holocausto nazista e a coerção moral da Alemanha são, francamente, um espetáculo nauseante”. É momento dos moralizadores “olharem para o espelho” e serem honestos.

---

<sup>87</sup>Entrevista com o escritor Norman Filkenstein. Disponível em: <http://www.ig.com.br/paginas/igler/especiais/finkel/entrevista.html>. Opinião de Raul Hilberg. Disponível em: <http://www.ig.com.br/paginas/igler/especiais/finkel/hilberg.html>. Resenha de Maria Tucci Carneiro. Disponível em: <http://www.ig.com.br/paginas/igler/especiais/finkel/tucci.html>. Artigos acessados em 15 dez. 2006.

Finkelstein esclarece que seu livro objetiva “expor todas as bobagens que a ‘educação do holocausto’ vem promovendo, que são, na verdade, propaganda pura – uma arma ideológica em uma ação política corrupta”. Isso numa linguagem clara, direta, dirigida ao grande público, “daí sua brevidade e aparato acadêmico modesto”.

O escritor de *A indústria do Holocausto* menciona, seguidas vezes, o nome de Hilberg durante a entrevista da qual transcrevemos alguns fragmentos acima. O reconhecido pesquisador do Holocausto, Raul Hilberg, também expôs sua opinião acerca do livro de Finkelstein em entrevista concedida ao jornal alemão *Berliner Zeitung*. Quanto à acusação de Finkelstein de que as indenizações não chegam até as vítimas, Hilberg comenta que “há judeus conservadores que corroboram suas críticas de que o dinheiro das indenizações não vai diretamente para os sobreviventes” e cita artigo da revista do *American Jewish Committee*, que define como um “escândalo crescente” a questão das indenizações.

“Sobre o fato de as exigências de indenização terem sido feitas tantos anos após o final da Segunda Guerra Mundial”, pergunta feita pelo entrevistador, Hilberg explica que, durante a Guerra Fria, os EUA tinham interesse em tratar bem seus aliados, “mas hoje as organizações judaicas podem pressionar os europeus sem que isso comprometa a seguranças dos EUA”.

Hilberg comenta que o interesse em estudar o Holocausto nos EUA é recente, surgiu há cerca de 15 a 20 anos e favorece a realização de palestras e venda de livros que explorem o assunto. Inclusive, “há muitos intelectuais americanos que utilizam o holocausto para conseguir empregos em museus e universidades”. Conforme Hilberg, não existe controle a respeito da qualidade dos debates feitos nas universidades americanas, e exemplifica com o fato de Goldhagen (autor de *Os carrascos voluntários de Hitler*) ter alcançado o doutorado em Harvard “sem que ninguém na banca de examinadores fosse especialista no assunto”.

A historiadora de São Paulo, Prof.a Carneiro, é mais enfática em seu posicionamento. Inicia sua resenha sobre o livro afirmando ser este “um verdadeiro convite ao anti-semitismo”, até porque a própria comercialização de *A indústria do*

*Holocausto* é uma forma de captar recursos através da abordagem de um tema que, para nós, ainda é “um fenômeno humanamente inexplicável”.

Segundo Carneiro, a narrativa de Finkelstein é dúbia: “de um lado, por tratar a questão judaica sobre um viés acusatório, anti-sionista e recuperar [...] o mito da conspiração judaica”. Em outro momento, o autor protesta “contra a elite judaica americana que ‘explora’ economicamente o Holocausto”, visando lucros.

Carneiro comenta a idéia básica de Finkelstein que diferencia os judeus norte-americanos em dois grupos distintos: os que foram vítimas do Holocausto, e os que foram vítimas e usaram dessa condição para transformarem o acontecido numa verdadeira “indústria da corrupção”, resultando na memória do Holocausto transformada em “negócio”. Tais foram os desdobramentos dessa “catástrofe”, que permitiu que o Estado de Israel pudesse “projetar-se como um Estado ‘vítima’”, Carneiro comenta, citando a fala de Finkelstein.

Segundo a historiadora, a obra é uma ferramenta perigosa, num momento histórico em que os noticiários enfocam a paz no Oriente Médio, enfatizando “uma abordagem anti-Israel”, em que ressurgem grupos neonazistas que duvidam das câmaras de gás. O livro resgata alguns conceitos anti-semitas historicamente difundidos, como a imagem dos judeus relacionada a preconceitos de que eles sejam exploradores natos, conspiradores e também oportunistas. O que estaria contribuindo para retomar e atualizar esses preconceitos no “espaço e tempo histórico”.

Primo Levi chama a atenção, em *Os afogados e os sobreviventes*, sobre militares do alto escalão de Hitler, ligados diretamente à efetivação do Holocausto e que, por ocasião de seu julgamento, negaram veementemente as deportações e sua relação com a Solução Final para a questão judaica, bem como as mortes em massa nas câmaras de gás. Cita como exemplo a declaração de Louis Darquier de

Pellepoix<sup>88</sup>, em 1942, encarregado, no governo de Vichy<sup>89</sup>, da deportação de setenta mil judeus:

Darquier nega tudo: as fotografias das pilhas de cadáveres são montagens; as estatísticas dos milhões de mortos foram fabricadas pelos judeus, sempre ávidos de publicidade, de comiseração e de indenizações; talvez tenha havido deportações (ser-lhe-ia difícil contestá-las: sua assinatura está exposta em muitos ofícios que dispõem sobre as próprias deportações, inclusive de crianças), mas ele não sabia nem para onde nem com qual desfecho; em Auschwitz havia decerto câmaras de gás, mas só serviam para matar piolhos e, de resto (note-se a coerência!), foram construídas com o objetivo de propaganda após o final da guerra. (LEVI, 2004:23)

Com relação às contestações enunciadas especialmente pelos negacionistas, o professor Luis Milman apresenta um levantamento significativo, que invalida, se não a todos, a grande maioria dos argumentos apresentados por aqueles. Ele inicia sua contra-argumentação referindo-se aos números que quantificam o Holocausto, cuja oscilação é percebida em diversos materiais sobre o assunto: em Nüremberg foi indicada a cifra de seis milhões de judeus mortos, mas há bibliografia que indica 5,1 e 5,7 milhões de judeus dizimados na Europa.

Segundo Milman, isso se deve ao uso da “metodologia de escala numérica” para quantificar as vítimas, método por si só oscilante. De algo podemos ter certeza, esclarece o professor: “[...] não há um número exato de vítimas, e a razão para tanto é simples: o genocídio foi praticado em escala total. Jamais houve condições para estabelecer um número definitivo porque é impossível identificar individualmente todas as vítimas do Holocausto”.

Ainda em relação ao número controverso de judeus mortos, Milman considera que “em menos de quatro anos, foi assassinada metade dos judeus europeus e mais de um terço de toda a população judaica mundial na época”. Onde antes existiam milhões de judeus, depois de 1945, restaram apenas alguns milhares de sobreviventes.

---

88 Cf. Primo Levi (2004:23), declarações dadas à L'Express, em 1978, pelo ex-comissário encarregado das questões judaicas do governo de Vichy, Darquier.

89 O Governo de Vichy foi: “o governo do Estado francês instalado em Vichy (1940-1944) que, sob o comando do Marechal Pétain, dirigiu a França durante a ocupação alemã” (Cf. Larousse Cultural, 1999:5936).



Os nazistas não foram os primeiros nem os únicos a praticarem o assassinato e a violência, a matança de ocupação, o genocídio, “mas se especializaram nessa atrocidade, porque a tornaram essencial para sua geopolítica racial, fundamentada na agressão militar, numa obstinada determinação de eliminar um povo inteiro e na conquista e ‘arianização’ territorial” (MILMAN, 2004) <sup>90</sup>.

[...] Dizimaram massivamente, além de judeus, pessoas de ‘raças’ que consideravam inferiores”. Nesse ponto da explanação, Milman rebate um outro argumento negacionista, o de que os judeus se julgavam dignos de comiserção eterna pelo sofrimento que lhes foi infligido na 2ª Guerra, o argumento de que sofreram mais que os demais presos políticos. Na verdade, como já vimos, essa guerra não envolveu apenas presos políticos, mas a população civil, indiscriminadamente. Seria desconhecimento afirmar que apenas os judeus sofreram com a guerra. Também outros grupos foram perseguidos e massacrados: homossexuais, opositores do nazismo, doentes mentais, Testemunhas de Jeová, ciganos, etc.

No entanto, o Holocausto apresenta particularidades sem precedentes em comparação com qualquer outro acontecimento histórico, e sua especificidade está diretamente ligada ao modo como os judeus foram tratados pelo governo alemão:

[...] primeiro, porque contra os judeus foram aplicados os métodos jamais imaginados de extermínio; segundo, porque os judeus foram destinados a desaparecer completamente como povo; terceiro, porque contra os judeus, os nazistas travaram uma guerra racial, sem qualquer outro objetivo que não fosse o de exterminá-los completamente; quarto, porque nunca se configurou uma burocracia e uma indústria voltada para a matança de seres humanos tal qual como a construída pelos nazistas; quinto, não havia salvação dessa matança, que ocorreu em fases distintas e foi sendo paradoxalmente incrementada na medida em que os alemães percebiam que não tinham mais qualquer chance de vencer a guerra. (MILMAN, 2004)

O marco documental para o início programado e sistemático do genocídio foi o “Protocolo de Wannese” de cujas dezoito atas redigidas durante o encontro, apenas uma conseguiu ser resgatada, esta secretariada por Adolf Eichmann. Com o

---

<sup>90</sup> Essa idéia é corroborada na obra *A memória vã* (1990), do importante filósofo francês Alain Finkielkraut, quando cita Saul Friedländer: “a partir do momento em que um regime decide, baseando-se em qualquer tipo de critério, que certos grupos devem ser inteiramente aniquilados e nunca mais autorizados a viver na terra, deu-se um passo fundamental. E penso que na história moderna, esse limite só foi alcançado uma vez: pelos nazistas” (p. 25-26, grifo do autor).

intuito de superar o resultado das experiências feitas com gás no campo de Chelmno, datadas de dezembro de 1941, a Conferência, realizada em janeiro de 1942, objetivou operacionalizar a “solução final para a questão judaica” e “[...] o genocídio tomaria as proporções que hoje conhecemos quando os alemães invadiram a União Soviética, com o propósito de varrer do mundo o bolchevismo e o judaísmo, que eles tinham como irmãos políticos”, elucida Milman.

Milman comenta sobre a forte e perigosa divulgação de uma outra imagem de Hitler, procurando salientar aspectos humanos e idealizados do nazista, bem como do seu regime. Em contraponto, divulga-se, em nível mundial, o conceito de “satanização” dos judeus, generalizando a idéia de que eles estão na raiz dos problemas políticos, econômicos, culturais, etc. Apesar de aparentemente ser uma posição reducionista e primária, essa concepção acaba ganhando adeptos e alargando o preconceito, que é a base do sentimento anti-semita.

“A indiferença intelectual e acadêmica quanto ao negacionismo e, pior, uma certa complacência desses meios com respeito a formas de anti-semitismo que freqüentam meios políticos mais à esquerda é sintomática” (MILMAN, 2004). O anti-semitismo está presente, inclusive em declarações e decisões políticas, motivando-as e determinando-as. Ser ideologicamente indiferente ao fato é oportunizar e fortalecer o anti-semitismo. Não conhecer o Holocausto a fundo, é ser complacente com ele.

Não conhecer o Holocausto com mais profundidade, agregar-se a grupos neonazistas sem discernir-lhes os conceitos, ignorar ou alimentar uma idéia equivocada de quem sejam os judeus, apoiar-se em imagens construídas sobre esse grupo da população, são alguns dos elementos que favorecem uma postura anti-semita na América Latina, em especial no Sul do Brasil e em São Paulo<sup>91</sup>. Classificando “como ilusão pensar que não pudesse existir anti-semitismo ou racismo no Brasil”, o professor alemão Wolfgang Benz<sup>92</sup> (apud PESSOA) comenta

---

91 As cidades de São Paulo e Porto Alegre são os locais de maior concentração de comunidades judaicas do Brasil, conforme Benz.

92 Artigo produzido pelo premiado jornalista brasileiro Márcio Pessoa, disponível em: <http://www.deutsche-welle-de/dw/article/o,21441/1783117,00.htm>. Publicado em 23 nov. 2003. Acesso em: dez. 2006.

que a polícia brasileira identificou focos de grupos neonazistas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Para Benz, o fenômeno é generalizado no mundo e funciona como uma válvula de escape para os problemas sociais: “Quando há problemas econômicos e sociais, em qualquer que seja a nação, a culpa é atribuída às minorias e, principalmente, aos judeus”.

O professor explica acerca de manifestações anti-semitas ocorridas nas cidades brasileiras de Porto Alegre, São Paulo e Curitiba (universitários presos por agressões físicas ou verbais a judeus; pessoas que foram denunciadas devido às suas ações claramente anti-semitas; neonazistas que espancaram e esfaquearam jovens judeus que usavam quipá, em Porto Alegre, quando lembravam os 60 anos do final da Segunda Guerra Mundial; homossexuais agredidos com tesouradas em Curitiba), colocando que, comumente, os brasileiros envolvidos com grupos neonazistas o fazem por ignorância ou por medo de uma derrocada social provocada pela crise geral no Brasil que afetaria diretamente a classe média. Para ele, “esse medo levaria facilmente a manifestações contra minorias, inclusive judeus”.

“Sites de relacionamento com comunidades neonazistas têm proliferado na internet. O Orkut abriga dezenas de comunidades formadas por jovens brasileiros, com fóruns de discussões anti-semíticas ou neonazistas”, esclarece Benz, apontando que os jovens são mais suscetíveis à ideologia do nacional-socialismo com suas frases feitas, suas idéias sobre honra e nação, pelo toque marcial e pelos uniformes. É difícil qualquer punição, porque não há legislação internacional e os autores desses artigos se escondem no anonimato.

O discurso argumentativo de revisionistas e negacionistas, como é inerente a qualquer ato discursivo, é uma luta pelo poder, no sentido de quem convence mais e melhor. Contrapostas com as falas das testemunhas que, como já comentado, estão se calando aos poucos, pois estão desaparecendo, aquelas falas se elevam e se evidenciam, confundindo os interlocutores. Apela-se, especialmente, para a idéia de “ver para crer”: não há como ver, porque o fato histórico já se consumou, há apenas a possibilidade de RE-VER. No mínimo, ouvir os dois lados e jamais optar e permitir a violência e a coisificação da pessoa.

Há de se partir para a análise, do princípio de que nada justifica o genocídio e os seus horrores, que são validados e legitimados em situações extremas como foi o Holocausto. E o que está em jogo não é só a crença ou não sobre a existência das câmaras de gás e do genocídio de fato, mas a própria intenção, o que não é menos violento e cruel do que executar um plano: desejar e idealizar uma Alemanha sem judeus é anti-semita, também antiético, inumano.

O Holocausto terminou há décadas. Mas as idéias anti-semitas transitam, tal qual monstros disfarçados, rondando o século XXI. Povos que se autodenominam superiores a outros, pessoas que se consideram imbuídas do direito de dominar os menos “aptos”, a ignorância geral quanto aos fatores que possibilitaram a *Shoah*, a memória do Holocausto sendo denegrida e deturpada ao bel prazer do interesse de alguns, o desinteresse e a falta de perguntas da sociedade.

Considerando-se a investigação dos relatos autobiográficos e das biografias das vítimas do Holocausto, várias delas reconhecidas mundialmente pela legitimidade de seu testemunho e idoneidade de seu caráter, com base em documentários de teóricos comprometidos na verificação mais próxima possível da verdade histórica, nas pesquisas sérias e minuciosas de diversas áreas de conhecimento, alicerçadas na busca incessante de compreensão do Holocausto que, mesmo hoje, apresenta pontos inacessíveis, ainda cabe perguntar: como puderam os negacionistas simplesmente negar o Holocausto e tudo o que ele implica, quando os próprios sobreviventes e os historiadores honestos confirmam os fatos? É preciso questionar sempre, mas com a postura de procurar respostas viáveis, não apenas invalidar e pôr em descrédito o que já foi possível construir.

Nosso trabalho tencionou, precisamente, responder aos problemas e às hipóteses formuladas antes de iniciar a pesquisa, propriamente dita. Quanta coisa para descobrir sobre o Holocausto: como aconteceu, o que significou, por quê? De que maneira o definiram e explicaram os diferentes estudiosos, das diversas áreas do conhecimento humano? Como seria a escritura de quem foi vítima? Poderiam essas obras constituir instrumentos na valorização do texto de testemunho? A

literatura do *Lager* questionaria a versão oficial da história do Holocausto? O que privilegiariam esses narradores e suas narrativas?

Na medida do possível, no entanto, de modo que avaliemos como satisfatório, conseguimos finalizar esse trabalho, concretizando nossos objetivos principais: conhecemos várias obras nas quais pudemos analisar as repercussões da experiência do Holocausto sobre homens e mulheres autores de suas narrativas e percebemos o fato histórico com maior profundidade, inclusive pelas falas das mulheres que foram vítimas e que expuseram, nos relatos, sua especificidade.

Mais ao final da pesquisa, evidenciaram-se, com muita força, as questões relativas ao Revisionismo e ao Negacionismo, que não haviam sido contempladas nas hipóteses ou objetivos iniciais da dissertação. Aspectos extremamente relevantes, o Revisionismo e o Negacionismo foram abordados nas considerações finais no trabalho, mas, certamente, poderiam essas questões comporem problemas a serem refletidos numa futura tese de doutoramento.

É preciso perguntar para formular ou encontrar respostas. Levantar hipóteses e suscitar a reflexão. Investigar para promover conhecimento. Estar em sintonia com outros teóricos que buscam entender o Holocausto. Instigar as novas gerações a considerarem o assunto. Assegurar o espaço devido à memória e à verdade histórica. Por essas razões, esperamos que nosso trabalho tenha constituído instrumento em favor da Educação e em favor da História. Com a fala de Stefano Zampieri, queremos conjugar nossa voz à dele e reafirmar:

Eis que, para mim, o sentido mais autêntico da memória, dessa memória especial que é a memória encarnada pela literatura do Lager, seja este: *recordar para interrogar*, não apenas lembrar, lembrar para interrogar, que é uma coisa muito mais complexa e muito mais envolvente, fazer perguntas a nós mesmos, porque somos nós, agora, nós, no sentido de leitores, ouvintes, neste momento, somos nós que precisamos juntar os interrogativos, e somos nós, obviamente, que precisamos tentar responder. Trazer de volta a lembrança, fazer circular de novo uma memória que está sempre a ponto de desaparecer, assim como, aos poucos, se apagam as vozes dos que poderiam dizer “eu estava lá”. (ZAMPIERI, 2004, p. 79, grifos do autor)<sup>93</sup>

93 “E allora, secondo me, il senso più autentico di questo tipo di memoria, di questa speciale memoria che è la memoria incarnata dalla letteratura del Lager, può essere sintetizzato con questa formula: ricordare per interrogare, non ricordare semplicemente, ricordare per interrogare che è una cosa molto più complessa, e molto più coinvolgente: porre delle domande a noi perché siamo noi, ora, noi, nel senso di lettori, ascoltatori, noi dobbiamo ovviamente provare a rispondere. Richiamare il ricordo,

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Tradução de Maria Helena Ruschel. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: ensaio sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BAUMAN, Janina. *Inverno na manhã*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BENSOUSSAN, Georges. *L'èredità di Auschwitz: come ricordare?* Tradução de Camilla Testi. Torino: Einaudi, 2002. (Tradução italiana de *Auschwitz en héritage? D'un bon usage de la mémoire*. Paris: Mille et Une Nuits, 1998).

BRAUNSTEIN, Nestor A. Sobrevivendo ao trauma. Tradução de Marylink Kufeberg, do original *Surviving trauma*. *Tempo Psicanalítico*. Rio de Janeiro: SPID (Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle), n. 35, 2003. Disponível em: <<http://nestorbraunstein.com/trauma.html>>. Acesso em: 26 mar. 2006.

BRUNER, Jerome. *Atos de significação*. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BUTZ, Arthur R. Pequena introdução ao estudo do revisionismo do Holocausto. Disponível em: <http://www.radioislam.org/islam/portugues/revision/butz1/htm>. Acesso em: ago. 2006.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Holocausto: crime contra a humanidade*. São Paulo: Ática, 2005.

---

rimettere in circolazione la memoria sempre sul punto di scomparire, così come in qualche modo, piano piano scompaiono coloro che possono dire: io c'ero."

\_\_\_\_\_. Resenha do livro *A indústria do Holocausto*. Disponível em: <http://www.ig.com.br/paginas/igler/especiais/finkel/tucci.html>. Acesso em: 15 dez. 2006.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 1986.

CIDRO, Amelia. Oltre la memoria. Una lezione scomoda. Un libro per cominciare: *L'eredità di Auschwitz: come ricordare?*, di Georges Bensoussan. Disponível em: <http://www.golemlindispensabile.it/Puntata45/articolo.asp?> Acesso em: 4 nov. 2006.

COHEN-GEWERC, Elie. Arendt e Heidegger, destinos cruzados. *Cult*, n. 99. São Paulo: Bregantini, p. 56-57, jan. 2006.

CZERESNIA, Fiszal. *Uma história para meus netos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

DINIZ, Tailor. *A sobrevivente A21646*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

DOERRY, Martin. *Meu coração ferido: a vida e as cartas de Lilli Jahn*. A história de uma médica e mãe judia na Alemanha de Hitler. Tradução de Rose Evelyn Noa Guimarães. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DOMINIJANNI, Ida. Per il presente. Le relazioni operative della memoria. Disponível em: <http://www.golemlindispensabile.it/Puntata45/articolo.asp?> Acesso: 4 nov. 2006

DURAS, Marguerite. *A dor*. Tradução de Vera Adami. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ECO, Umberto. *A misteriosa chama da Rainha Loana: romance ilustrado*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FAURISSON, Robert. Elie Wiesel: uma notável testemunha falsa. Disponível em: [www.radioisalm.org/isalm/portugues/revision/ElieWiesel.htm](http://www.radioisalm.org/isalm/portugues/revision/ElieWiesel.htm). Acesso: 24 nov. 2006.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

FINK, Ida. *A viagem*. Tradução de Marcelo Paiva de Souza. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

FINKELSTEIN, Norman. Entrevista. Disponível em: <http://www.ig.com.br/paginas/igler/especiais/finkel/entrevista.html>. Acesso em: 15 dez. 2006.

FINKIELKRAUT, Alain. *A memória vã: do crime contra a humanidade*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

FISCHER, Erica. *Aimée & Jaguar*. Tradução de Kristina Michahelles e Regine Michahelles. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FRANK, Anne. *O diário de Anne Frank*. Tradução de Ivanir Alves Calado. 21 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. A (im) possibilidade da poesia. In: *Cult*, n. 23. Dossiê Literatura de Testemunho, p. 48-51, jun. 1999. (Org. Márcio Seligmann-Silva).

GOLDENSOHN, Leon. *As entrevistas de Nüremberg*. Conversas de um psiquiatra com os réus e as testemunhas. Tradução de Ivo Korytowski. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler*: o povo alemão e o Holocausto. Tradução de Luís Sérgio Roizman. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

*Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

HILBERG, Raul. Entrevista: Opinião sobre o livro *A indústria do Holocausto*. Disponível em: <http://www.ig.com.br/paginas/igler/especiais/finkel/hilberg.html>. Acesso em: 15 dez. 2006.

HILLESUM, Etty. *Uma vida interrompida*: os diários de Etty Hillesum – 1941 a 1943. Tradução de Antônio C. G. Penna. Rio de Janeiro: Record, 1981.

HITLER, Adolf. *Minha luta*. Mein Kampf. Tradução de Klaus Von Puschen. São Paulo: Centauro, 2001.

IRMEN, Friedrich; KOLLERT, Ana Maria Cortes. *Langenscheidts Taschenwörterbuch Portugiesisch*. Germany, 2000.

IZQUIERDO, Ivan. *A arte de esquecer*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

IZQUIERDO, Ivan. *Questões sobre memória*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

KERTÉSZ, Imre. *Kadisch*: por uma criança não nascida. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sem destino*. Tradução de Paulo Schiller. São Paulo: Planeta, 2003.

KLEMPERER, Victor. *Os diários de Victor Klemperer*: testemunho clandestino de um judeu na Alemanha nazista. 1933-1945. Tradução de Irene Aron. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KLÜGER, Ruth. *Paisagens da memória*: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto. Tradução de Irene Aron. São Paulo: Editora 34, 2005.

KORCZAK, Janusz. *Diário do gueto*. Tradução de Jorge Rochtlitz. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.



KOREN, Yehuda; NEGEV, Eilat. *Gigantes no coração: a emocionante história da Trupe Lilliput – uma família de anões que sobreviveu ao Holocausto*. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

LAKS, Aleksander Henryk; SENDER, Tova. *O sobrevivente: memórias de um brasileiro que escapou de Auschwitz*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

\_\_\_\_\_. *A trégua*. Tradução de Marco Luchesi. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LÖFFLER, Sigrid. Holocausto vira objeto de ficção. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1470087,00.html>. Acesso em: jul.2006.

MANGUEL, Alberto. *No bosque do espelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARKOWITSCH, Hans. A reconstrução do passado. In: *Viver, mente e cérebro*. São Paulo: Ediouro, n. 156, jan. 2006, p. 52-56.

MILMAN, Luis. O Holocausto: verdade e preconceito. *Espaço Acadêmico*, n. 43, ano IV, dez. 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/043/43cmilman.htm>. Acesso em: jun.2006.

NESTROVKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

PEREC, Georges. *W ou a memória de infância*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PESSOA, Márcio. Seria um milagre a inexistência do anti-semitismo na América Latina. Disponível em: <http://www.deutschewellede/dw/article/o,21441/1783117,00.htm>. Acesso em 15 dez. 2006.

PISANTY, Valentina. Revisionismo e negazionismo. In: Atas do *Seminario Figure della memoria*, Firenze, 8-15 gennaio, 2004, 1.ed., p. 41-48, 2004. Disponível em: <http://www.retetoscana.it/sett/lefp/pubblicazioni/allegati/edu/osop.pdf>. Acesso em: jun. 2006.

ROSEMAN, Mark. *Os nazistas e a solução final: a conspiração de Wannesse: do assassinato em massa ao genocídio*. Tradução de Maria Luiza X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANMARTINI, Giulio. Holocausto I. Disponível em: <http://visaojudaica.com.br/Fevereiro/2005/artigo/8.htm>. Acesso em: 10 dez.2006.

SARTRE, Jean Paul. *A questão judaica*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Ática, 1995.

SCHWEIDSON, Edelyn. O silêncio de um passado petrificado. Disponível em: <http://www.geocities.com/hotsprings/villa/3170/EdelynSchweidson.htm>. Acesso em ag. 2006. Artigo publicado originalmente em *International Fórum of Psychoanalysis 7*, Scandinavian University Press, 1998.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Viver e contar o trauma. In: *Viver, mente e cérebro*. São Paulo: Ediouro, n. 156, p. 56-61, jan. 2006.

\_\_\_\_\_. A literatura do trauma. *Cult*, n. 43. São Paulo: Bregantini, p. 41-47, jun. 1999.

SEMPRÚN, Jorge. *O morto certo*. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Arx, 2005.

\_\_\_\_\_. *A escrita ou a vida*. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPIEGELMAN, Art. *Maus: a história de um sobrevivente*. Tradução de Antonio de Macedo Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

STIVELMAN, Michael. *A marcha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Tradução de Egon de Oliveira Rangel e Enid Abreu Dobránszky. São Paulo: Papirus, 1995.

TRAVERSO, Enzo. *La violenza nazista: una genealogia*. Bologna: Il Mulino, 2002.

WALSER, Martin. Discurso. Disponível em: <http://www.ig.com.br/paginas/igler/especiais/finkel/walser.html>. Acesso em: 15 dez. 2006.

WELZER, Harald. As guerras da memória. *Viver, mente e cérebro*. São Paulo: Ediouro. N. 156, p. 44-51, jan. 2006.

WIESEL, Elie. *Palavras de estrangeiro*. Tradução de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

\_\_\_\_\_. *A Noite*. Tradução de Irene Ernest Dias. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

WIEVIORKA, Anette. *Auschwitz explicado a minha filha*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Via Lettera Editora, 2000.

ZAMPIERI, Stefano. Lager e letteratura. Atas do 137<sup>o</sup>eminário *Figure della Memória*. Firenze, 8-15 jan. P. 73-85, 2004. Disponível em: <http://www.rete.toscana.it.sett.lefp/publicazioni/allegati/edu05op>. Pdf. Acesso em 10 set. 2006.

\_\_\_\_\_. Le radici. In: \_\_\_\_\_. *Il flauto d'osso: Lager e letteratura*. Firenze: La Giuntina, 1996. Disponível em: <http://members.tripod.com/littera/scrivere.htm>. Acesso em 16 set. 2006.

**ANEXOS**

## **Anexo 1 – Leis de Nüremberg**

AS LEIS DE NÜREMBERG SÃO LEIS ESCRITAS PARA DEFENDER A RAÇA ALEMÃ E DITAVAM O COMPORTAMENTO A SER ADOTADO EM RELAÇÃO AOS JUDEUS, SOBRETUDO OS DE SANGUE MISTO.

LOGO ESSAS LEIS SE TORNARAM A “CONSTITUIÇÃO” DO REICH.

Obcecado pela crença de que a pureza do sangue alemão é a premissa para a preservação do povo alemão, e animado pelo propósito irredutível de assegurar o futuro da nação alemã, o Reichstag aprovou por unanimidade a seguinte lei que aqui é promulgada.

(par.1)

1. Estão proibidos os casamentos entre judeus e cidadãos da nação que tenham sangue alemão ou afim. Os matrimônios já celebrados são nulos mesmo que celebrados no exterior, para fugir desta lei.

2. A ação legal para a anulação pode ser solicitada somente pelo Procurador do Estado.

(par. 2)

Estão proibidas as relações extra-matrimoniais entre judeus e cidadãos do estado que tenham sangue alemão ou afim.

(par. 3)

Os judeus não poderão contratar domésticas de sangue alemão ou afim abaixo dos 45 anos.

(par. 4)

1. Aos judeus é proibido hastear a bandeira do Reich e a bandeira nacional, além de expor as cores do Reich.

2. É permitido aos judeus expor as cores judaicas. O exercício desta faculdade está protegido pelo estado.

(par. 5)

1. Quem não obedecer à proibição citada no parágrafo 1 será punido com o cárcere fechado.

2. Quem não obedecer às normas do parágrafo 2 será punido com a prisão e o cárcere fechado.

3, Quem não obedecer às normas do par. 3 ou 4 será punido com a prisão até um ano e com uma multa ou penas alternativas.

(par. 6)

O Ministro do Interior do Reich, de acordo com o substituto do Führer e o Ministro da Justiça do Reich emana as normas jurídicas e administrativas necessárias para o cumprimento e a integração da lei.

(par. 7)

Esta lei entra em vigor no dia de sua promulgação. O parágrafo 3, entra em vigor a partir do 1 de janeiro de 1936.

Fonte: <http://it.geocities.com/difensoridellarazza/legge.htm>

## **Anexo 2 – Cronologia do Holocausto**

(Fonte: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Holocausto: crime contra a humanidade. São Paulo: Ática, 2005, p. 86-93.)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)